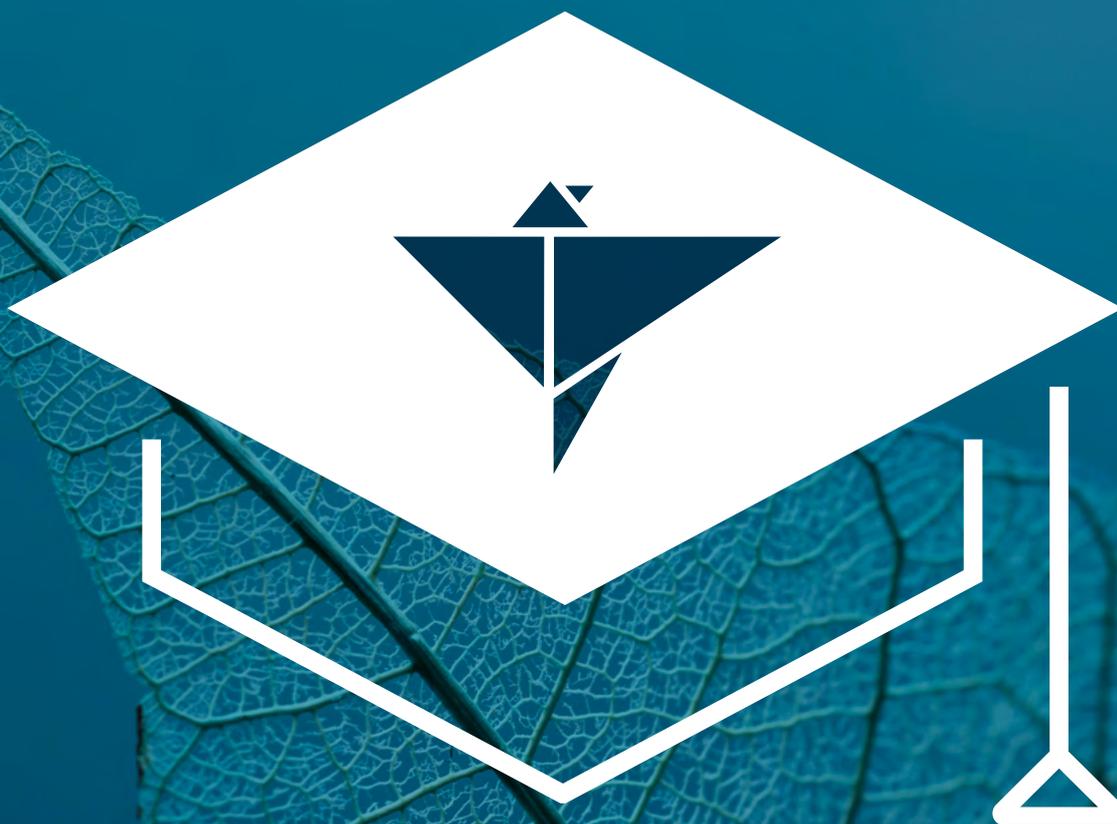


Universidade dos Açores



RELATÓRIO

DE ATIVIDADES
E CONTAS

2024



UAc
UNIVERSIDADE
DOS AÇORES

índice

Enquadramento	4
Nota Introdutória	5
Missão, Objetivos e Organização da Universidade dos Açores	7
I Atividades	9
1. Comunidade Académica	10
1.1. Docentes	10
1.2. Investigadores	16
1.3. Trabalhadores não Docentes e não Investigadores	20
1.4. Bolseiros e Colaboradores Eventuais	23
1.5. Relação entre os Grupos da Comunidade Académica	23
2. Ensino	25
2.1. Número de Alunos Inscritos	25
2.2. Número de Alunos Matriculados pela primeira vez na UAc	27
3. Formação Complementar	29
3.1. Formação dos Trabalhadores da UAc	29
3.2. Cursos de Curta Duração	31
3.3. Academia Sénior	32
3.4. Academia Júnior	33
3.5. Academia das Artes	34
4. Mobilidade	35
4.1. Mobilidade Erasmus+	35
4.2. Outras Mobilidades	37
4.3. Universidade Europeia	38
5. Investigação e Desenvolvimento	39
5.1. Unidades de Investigação e de Apoio ao Ensino	39
5.2. Projetos de I&D	39
5.3. Serviços de I&D	41
5.4. Outras Iniciativas de I&D	42
6. Inovação e Empreendedorismo	44
7. Tecnologias de Informação e Comunicação	47
8. Protocolos e Acordos	48
II Relato Financeiro	50
1. Análise Financeira	52
1.1. Balanço	52
1.1.1. Ativo	54
1.1.2. Património Líquido e Passivo	55
1.2. Demonstração de Resultados	56
1.2.1. Rendimentos e Ganhos	56
1.2.2. Gastos e Perdas	57
1.2.3. Resultados	60

2. Análise Orçamental	61
2.1. Desempenho Orçamental	61
2.2. Alterações Orçamentais	64
2.3. Execução Orçamental da Receita	67
2.3.1. Grau de Execução da Receita	67
2.3.2. Propinas	74
2.4. Execução Orçamental da Despesa	77
2.4.1. Grau de Execução da Despesa	77
2.4.2. Despesas com Pessoal	80
2.4.3. Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	83
3. Contabilidade de Gestão	87
3.1. Considerações Prévias	87
3.2. Estrutura Organizacional	89
3.3. Sistema de Informação	90
3.4. Sistema de Custeio	90
3.5. Metodologia de Implementação	91
3.6. Critérios de Imputação	91
3.7. Reporte da Contabilidade de Gestão	93
3.7.1. Resultados por Funções	93
3.7.2. Resultado da Atividade de Ensino	95
3.7.3. Resultado da Atividade de Investigação	96
3.7.4. Resultado da Atividade de Prestação de Serviços à Comunidade	98
3.7.5. Rendimentos e Gastos não Incorporados	100
4. Nota Final	101
5. Proposta de Aprovação das Contas e da Aplicação dos Resultados	102
6. Demonstrações Financeiras	103
6.1. Balanço	103
6.2. Demonstração de Resultados por Natureza	104
6.3. Demonstrações de Alterações ao Património Líquido	105
6.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa	106
6.5. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023	107
7. Demonstrações Orçamentais	133
7.1. Demonstração do Desempenho Orçamental	133
7.2. Demonstração de Execução Orçamental da Receita	135
7.3. Demonstração de Execução Orçamental da Despesa	136
7.4. Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos	137
7.5. Anexo às Demonstrações Orçamentais em 31 de dezembro de 2024	138
III. Documentos do Órgão de Fiscalização	146
IV. Declarações Previstas no Artigo 15.º da Lei n.º8/2012, de 21 de fevereiro, relativas à Assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas	155

Enquadramento

O Relatório de Atividades e Contas da Universidade dos Açores (UAç) que ora se apresenta reporta-se ao ano de 2024 e enquadra-se no disposto no artigo 92.º n.º 1 alínea a) iii) e iv) da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, publicada no Diário da República, 1.ª série, N.º 174, que estabelece o Regime Jurídico das Insituições de Ensino Superior (RJIES), e nas alíneas iii) e iv), da alínea a) do n.º 1 do artigo 83.º do Despacho Normativo n.º 8/2022, de 1 de junho, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106, que aprovou os Estatutos da Universidade dos Açores, nos termos dos quais incumbe ao reitor elaborar e apresentar ao Conselho Geral o relatório anual de atividades e contas, acompanhado do parecer do fiscal único, para efeitos de aprovação.

Nota Introdutória

O presente Relatório de Atividades e Contas da Universidade dos Açores, referente ao ano de 2024, apresenta uma visão abrangente do desempenho institucional ao longo do período em análise, reunindo informações detalhadas sobre as principais atividades desenvolvidas no âmbito do ensino e da formação complementar, da investigação, da inovação e empreendedorismo, da mobilidade internacional e nacional e da extensão cultural.

Num ano marcado por desafios e oportunidades, a Universidade dos Açores reafirmou o seu compromisso com a excelência académica e científica, promovendo iniciativas que consolidam o seu papel estratégico no contexto regional, nacional e internacional. Este relatório pretende, assim, fornecer um retrato dos avanços alcançados, reforçando a missão de serviço público da nossa instituição.

Este documento inclui igualmente uma análise financeira completa da Universidade, com um balanço detalhado das receitas e despesas, prestando contas à comunidade académica e à comunidade em geral sobre a sua execução orçamental e financeira e evidenciando a sustentabilidade e o crescimento da instituição em 2024.

Em continuidade com o observado em 2023, a receita cobrada pela UAc cresceu mais de 12%, ultrapassando pela primeira vez os 40 milhões de euros. Para tal contribuiu o aumento de mais de meio milhão em propinas cobradas, a contratualização de novos projetos de investigação de âmbito internacional, designadamente no âmbito do programa Horizonte Europa e Interreg Mac, em resultado da crescente competitividade da investigação produzida pelos docentes e investigadores da instituição, bem como a contratualização e execução de vários projetos com financiamento do Orçamento de Estado e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), orientados, designadamente, para a promoção do sucesso escolar e da saúde mental dos estudantes, da atualização e inovação pedagógica e da modernização tecnológica na formação superior.

O ano de 2024 foi o primeiro ano de execução material do Contrato-programa celebrado entre a UAc e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Direção-Geral do Ensino Superior, o Governo Regional dos Açores, a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, o Air Centre e a Agência Espacial Portuguesa, no final de 2023, bem como de realização dos concursos e adjudicação dos projetos de conceção-construção das novas residências universitárias a construir em Angra do Heroísmo, na Horta e em Ponta Delgada, cujas obras devem ter início nos primeiros meses de 2025.

Em matéria de números, importa aqui também destacar o aumento em cerca de 5% do número de estudantes matriculados na UAc em 2024, com particular destaque para os inscritos em cursos de pós-graduação e de mestrado resultante em larga medida quer da política interna de incentivos às unidades orgânicas para a criação e oferta de formação pós-graduada não conferente de grau, quer dos apoios existentes na Região à frequência de pós-graduações e cursos de especialização através do programa Qualifica Superior, que suporta encargos com propinas.

Em 2024 a UAc deu igualmente um passo estratégico na sua internacionalização ao ver aprovada a criação da aliança europeia de universidades de regiões insulares, portuárias e costeiras EUniCoast, apresentada ao programa Erasmus+ em conjunto com 11 universidades europeias da Alemanha, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslovénia, Finlândia, França, Grécia, Itália e Polónia. A EUniCoast permitirá potenciar os conhecimentos e experiências mútuos complementares das diversas instituições para impulsionar a investigação e a oferta conjunta de novos cursos sobre matérias críticas para o desenvolvimento das várias regiões.

Em 2024, registámos igualmente um alargado número de aposentações tanto entre docentes e investigadores, como entre os colaboradores técnicos, administrativos e operacionais, que embora represente uma perda ao nível da experiência e conhecimento acumulados da comunidade académica, apresenta igualmente uma oportunidade de rejuvenescimento e renovação dos quadros da UAc através da abertura de concursos para a sua substituição.

Aos que em 2024 cessaram connosco o seu vínculo profissional, registo o meu profundo reconhecimento pelo trabalho empreendido e a dedicação dedicada ao desenvolvimento da nossa instituição, desejando os maiores sucessos e alegrias nesta nova etapa das suas vidas; aos que ficam e aos que, entretanto, se juntaram a nós neste ano, o meu agradecimento pela confiança, dedicação e profissionalismo no cumprimento da nossa missão coletiva e manifesto contributo para os sucessos alcançados em 2024. Novos e renovados projetos e objetivos nos mobilizem a todos em 2025.

Ponta Delgada, 20 de março de 2025.

Susana Mira Leal

Reitora

Missão, Objetivos e Organização da Universidade dos Açores

Missão

A UAc tem por missão criar e difundir cultura, conhecimento e tecnologia, no respeito pela liberdade de pensamento e na valorização do exercício crítico, contribuindo para a educação superior e para a construção de uma sociedade inspirada em valores humanistas, que promova o desenvolvimento sustentável e o bem-estar através do saber, da criatividade, da iniciativa e da cooperação.

Objetivos

São objetivos da Universidade:

- a)** Contribuir, através do ensino e da investigação, para a criação, compreensão e divulgação da ciência, da tecnologia, das artes e das humanidades;
- b)** Contribuir para a melhoria do nível de qualificação dos cidadãos e para o bem-estar da comunidade;
- c)** Aprofundar a prática dos direitos e deveres no exercício da cidadania;
- d)** Reforçar a igualdade de oportunidades no acesso à educação e ao emprego;
- e)** Participar ativamente na definição e avaliação de políticas públicas e na identificação de prioridades e necessidades nacionais e regionais;
- f)** Contribuir para a construção da identidade cultural e ambiental da Região Autónoma dos Açores;
- g)** Contribuir para a sustentabilidade económica e social da Região Autónoma dos Açores;
- h)** Estreitar a cooperação regional, nacional e internacional e facilitar a aproximação entre povos e culturas.

Organização

A Universidade dos Açores (UAc) compreende como órgãos de governo o conselho geral, o reitor e o conselho de gestão.

Em 2024 é constituída pelas vice-reitorias para o ensino e a gestão académica, para a administração, planeamento e infraestruturas, para os estudantes, bem-estar e comunicação institucional, e para a ciência, inovação e transferência de conhecimento. Conta ainda com as pró-reitorias para a qualidade e inovação pedagógica, para a cooperação, internacionalização e ensino à distância, para os *alumni* e projetos culturais, para o *campus* da Horta e para o *campus* de Angra do Heroísmo.

No que respeita aos órgãos de coordenação e consulta, a UAc conta com o senado, o conselho das unidades orgânicas de ensino e de investigação e o conselho das unidades de investigação, estando os conselhos científico, técnico-científico e pedagógico na alçada das Faculdades e Escolas.

No final do ano de 2024, a UAc compreendia como unidades orgânicas de ensino e de investigação (UOEI) a Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente (FCAA), a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e a Faculdade de Economia e Gestão (FEG), assim como a Escola Superior de Saúde (ESS) e a Escola Superior de Tecnologias e Administração (ESTA).

No que respeita às unidades orgânicas de investigação (UOI), a par das demais unidades de I&D, com responsabilidades no apoio científico e laboratorial ao ensino em particular aos cursos de 2.º e 3.º ciclo, existiam em 2024 o Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente (IITAA), o Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos (IVAR) e o Instituto de Investigação em Ciências do Mar (OKEANOS).

Quanto aos serviços gerais, a UAc contou com os seguintes serviços: Serviço da Reitoria, Serviço de Gestão Académica, Serviço de Tecnologias de Informação e Comunicação, Serviço de Ciência e Tecnologia, Serviço de Recursos Humanos, Serviço de Recursos Financeiros, Serviço de Aquisições e Património e Serviço Infraestruturas, Segurança e Ambiente. Adicionalmente, beneficiou também dos Serviços de Ação Social Escolar (SASE).

Como unidades de extensão cultural, contou-se com a Academia Sénior, Academia Júnior e Academia das Artes, o Centro de Formação Complementar, a Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM). Acresce o funcionamento da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (InUAc) e o Centro de Resposta a Emergências.



ATIVIDADES

1. Comunidade Académica

1.1 Docentes

No que se refere ao corpo docente, o número de docentes do quadro de pessoal da UAc em regime permanente tem-se mantido estável ao longo dos últimos anos, registando-se, contudo, um decréscimo regular fruto de aposentações cujas substituições estão em curso. No ano de 2024 verificou-se, ainda, um decréscimo do número de ETI contratados e de Leitores (Figura 1.1). O decréscimo registado no corpo docente permanente ocorre em ambos os subsistemas de ensino (Figura 1.2).

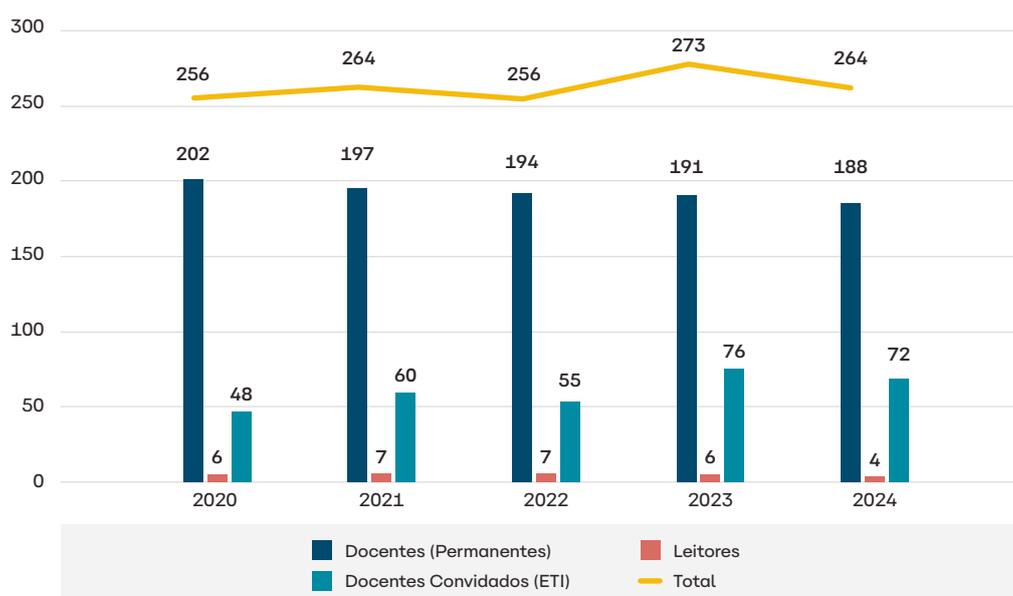


Figura 1.1 | Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal (Permanentes e Temporários)



O NÚMERO DE DOCENTES DO QUADRO DE PESSOAL DA UAc EM REGIME PERMANENTE TEM-SE MANTIDO ESTÁVEL AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS (...)

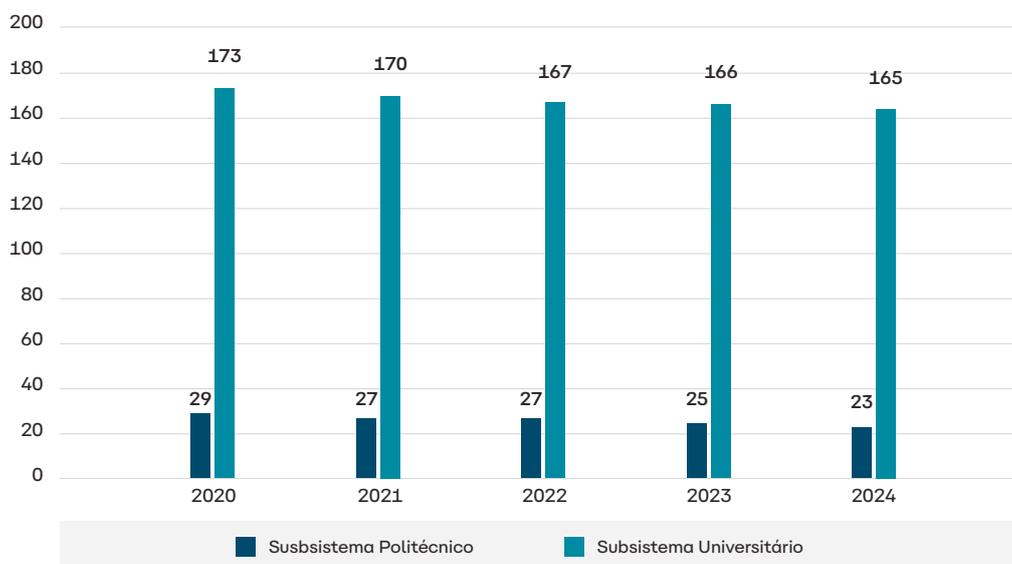


Figura 1.2 | Evolução do Número de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente dos Subsistemas Universitário e Politécnico

No que respeita à distribuição por género, constata-se que, em termos de pessoal docente permanente, a UAc mantém o equilíbrio ao longo dos anos (Figura 1.3), apresentando, em 2024, 52% de homens e 48% mulheres (Figura 1.4). Não obstante, a análise da questão ao nível dos subsistemas permite constatar que no universitário o número de homens e mulheres é idêntico, enquanto no subsistema politécnico, 65% do corpo docente é constituído por mulheres (Figuras 1.5 e 1.6).

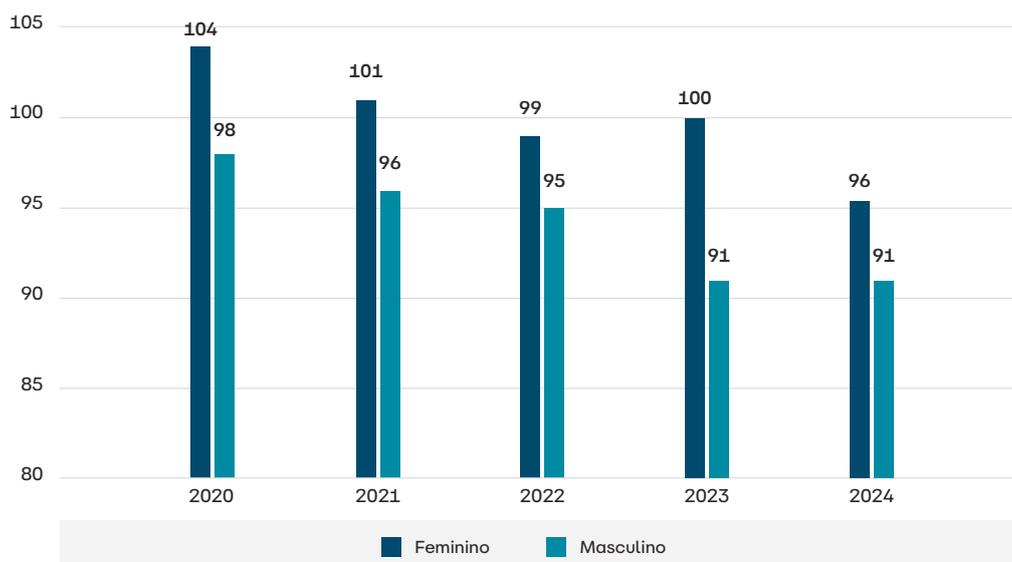


Figura 1.3 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género

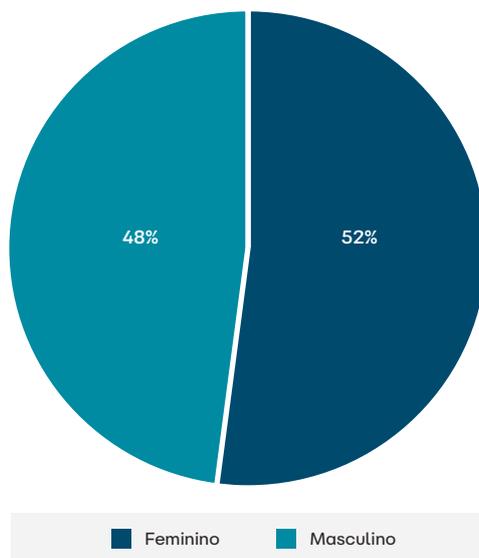


Figura 1.4 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género em 2024

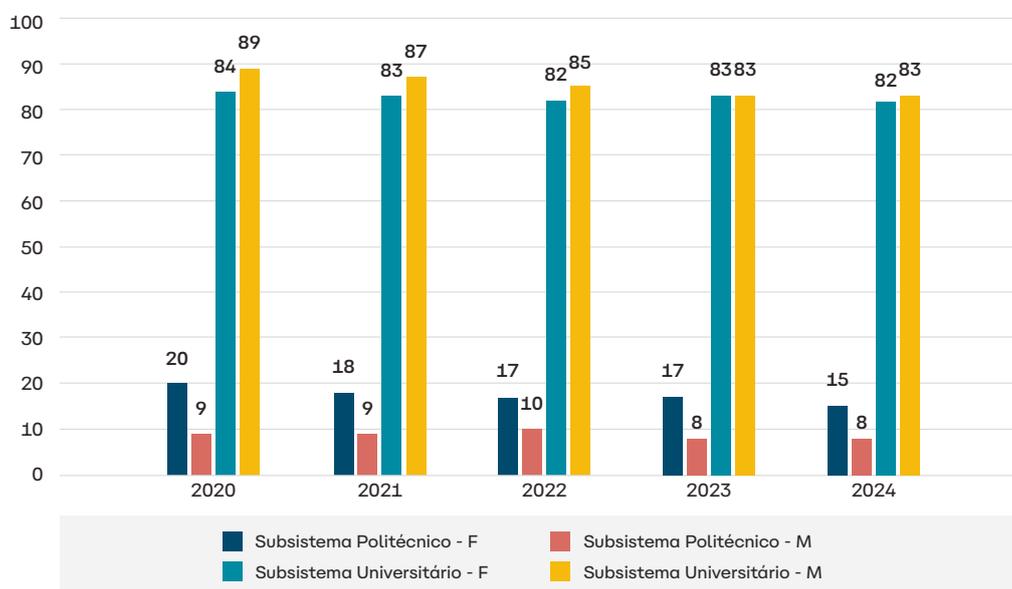


Figura 1.5 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Género nos Subsistemas Universitário e Politécnico

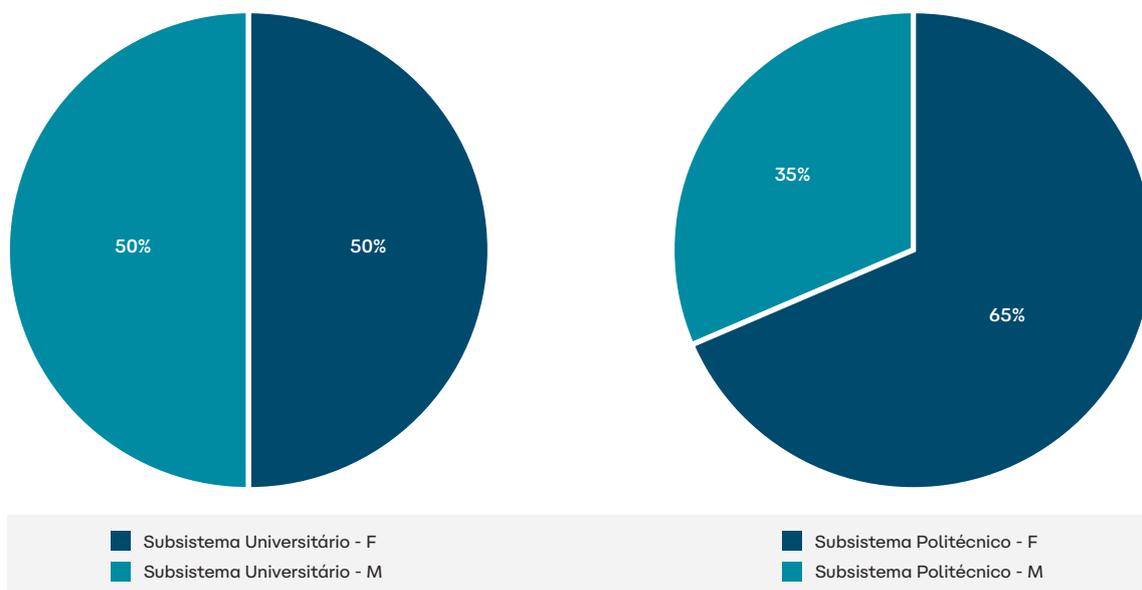


Figura 1.6 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Sexo em 2024

Em termos médios, a idade dos docentes da UAc mantém-se, em 2024, nos 56 anos (Figuras 1.7 e 1.8). Tal situação deverá melhorar fruto do número de concursos internacionais de recrutamento para professores que serão abertos em 2025. Contudo, tem-se verificado que o ingresso na carreira académica ocorre cada vez mais tarde (acima dos 40 anos), o que não contribui substancialmente para melhorar este indicador.

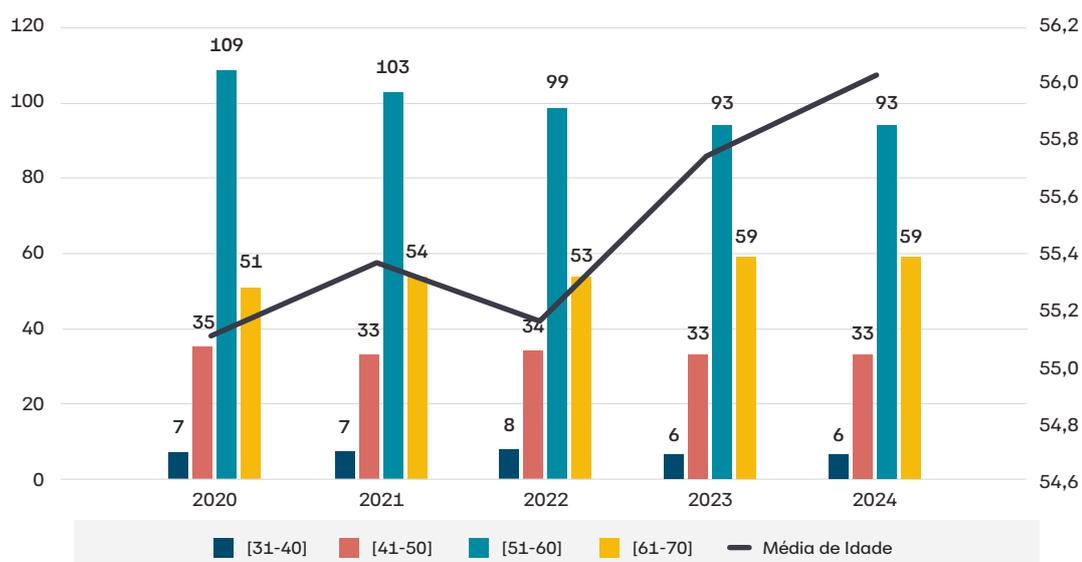


Figura 1.7 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades

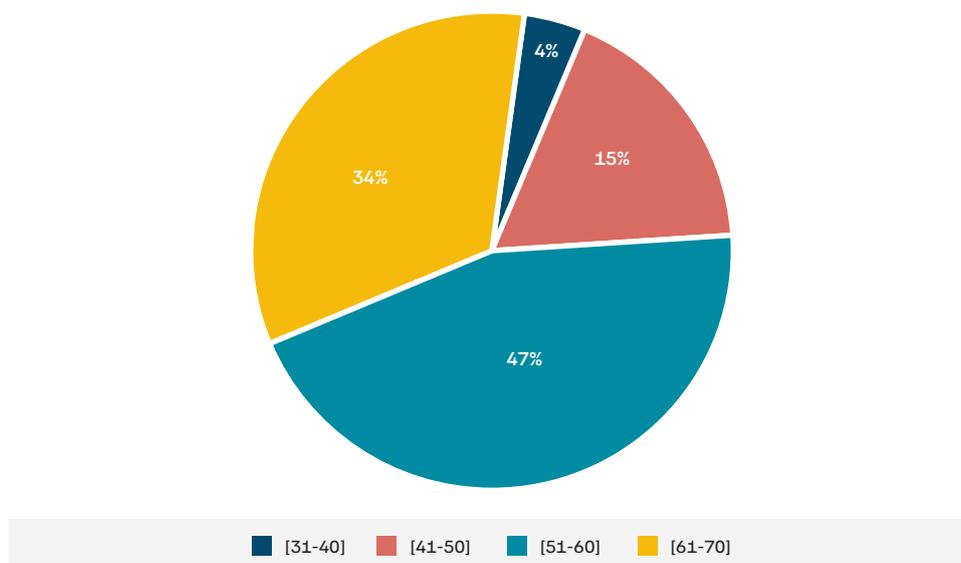


Figura 1.8 | Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2024

No que respeita a categorias, em 2024 verifica-se um acréscimo de 11% nos professores associados e catedráticos (com *tenure*), e um decréscimo, na mesma proporção, nos professores auxiliares (Figuras 1.9 e 1.10). O aumento verificado deveu-se aos vários concursos internos de promoção, superando-se já o rácio mínimo de professores com *tenure* no sistema universitário (51%) requerido pelo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior em vigor e no Estatuto de Carreira Docente Universitária (ECDU) que apontam para percentagens, de professores com *tenure* (entre 50% e 70%).

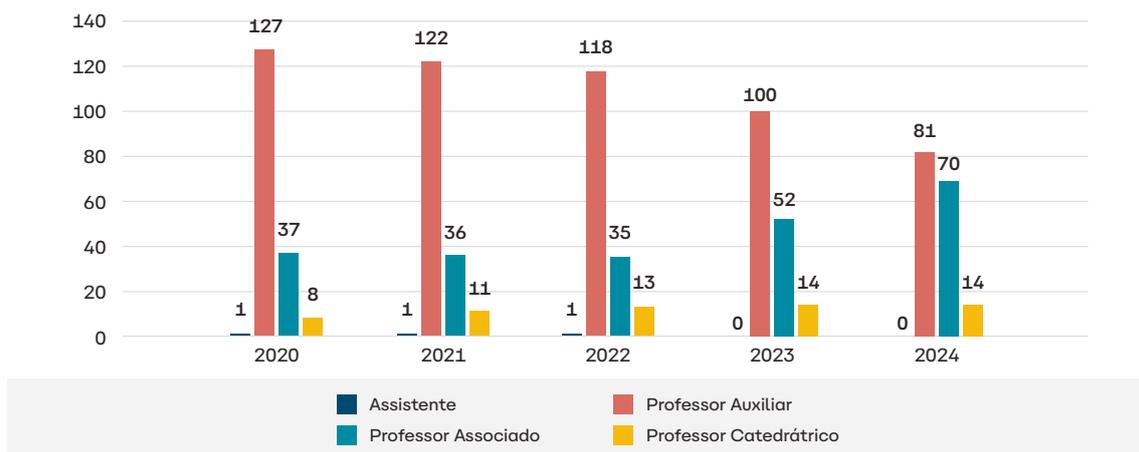


Figura 1.9 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário por Categoria

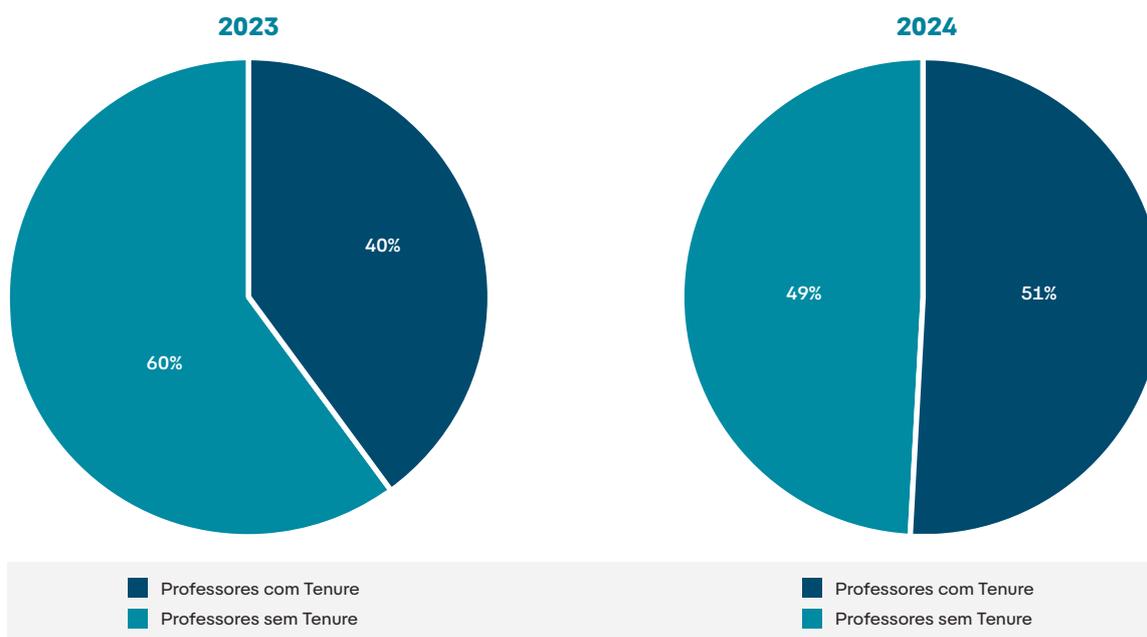


Figura 1.10 | Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário com e sem *Tenure*

No subsistema politécnico, por via das aposentações ocorridas, verificou-se uma redução do número de Professores com *tenure*, mantendo-se o número de professores sem *tenure* (Figura 1.11) provocando, em termos de rácio, um decréscimo de 4% nos Professores com *tenure* (Figura 1.12).

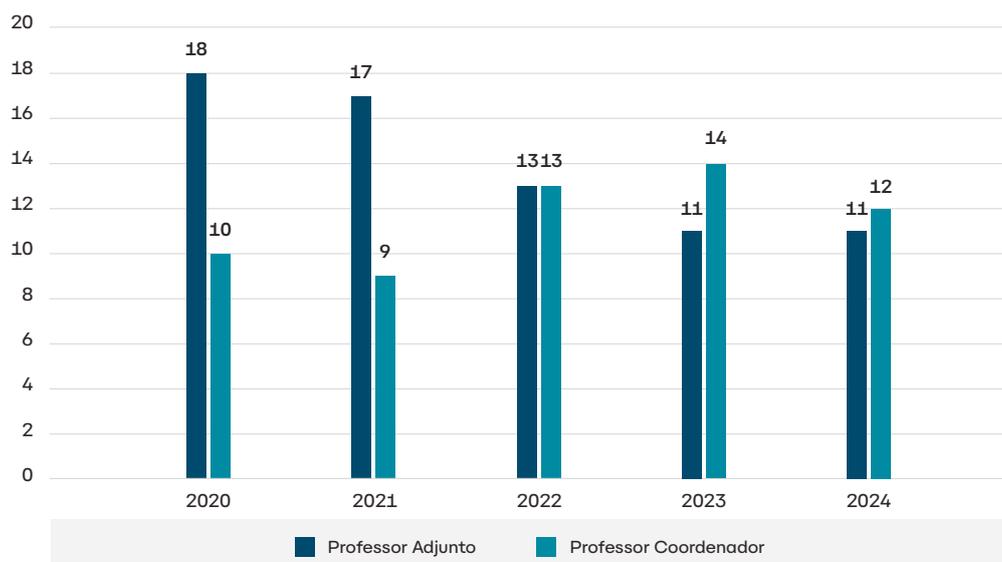


Figura 1.11 | Evolução da Distribuição dos Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Politécnico por Categoria

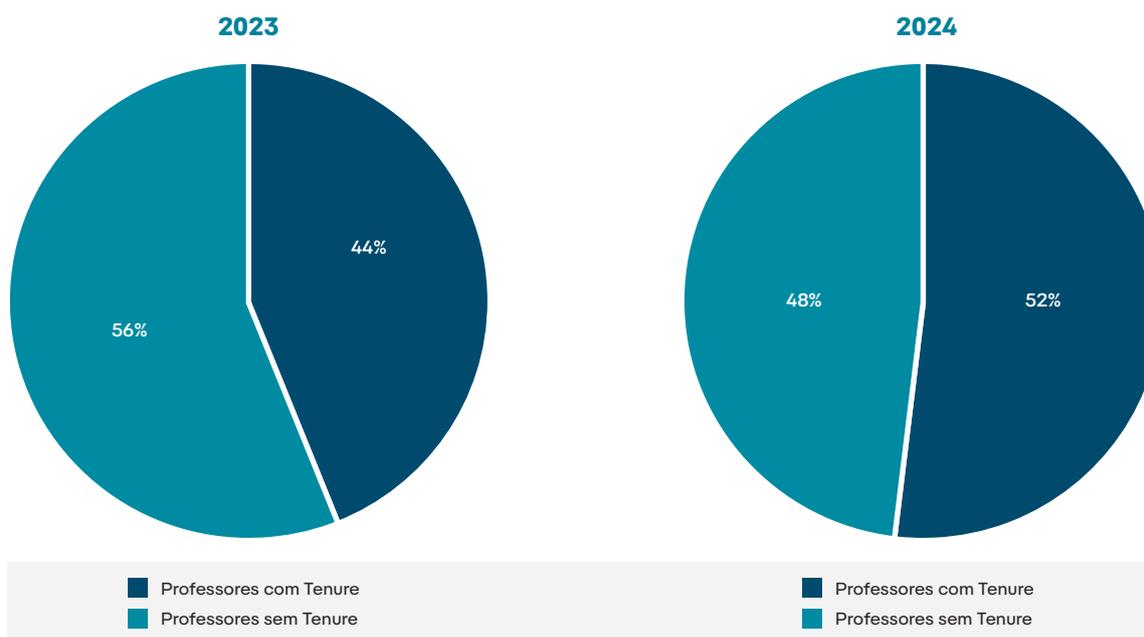


Figura 1.12 | Percentagem de Docentes do Mapa de Pessoal Permanente do Subsistema Universitário com e sem *Tenure*

1.2 Investigadores

O número total de investigadores permanentes na UAc continua residual, mas tem vindo a crescer paulatinamente nos últimos anos fruto da aplicação do disposto na Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, ao abrigo da qual, em 2020, se integraram 7 investigadores no quadro permanente da UAc e ao abrigo do programa de estímulo ao emprego científico estabelecido pelo Decreto-Lei 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei 57/2017, de 19 de julho. A UAc conta atualmente com 12 investigadores de carreira e 27 investigadores a termo certo (Figura 1.13), o que representa um decréscimo de 20% em relação a 2023, fruto de algumas aposentações ocorridas. Estima-se que, no próximo ano, este número venha a aumentar por via dos concursos internacionais para Investigadores ao abrigo do instrumento de financiamento FCT-Tenure, ao qual a UAc se candidatou com 15 lugares para investigadores auxiliares e um para investigador principal.

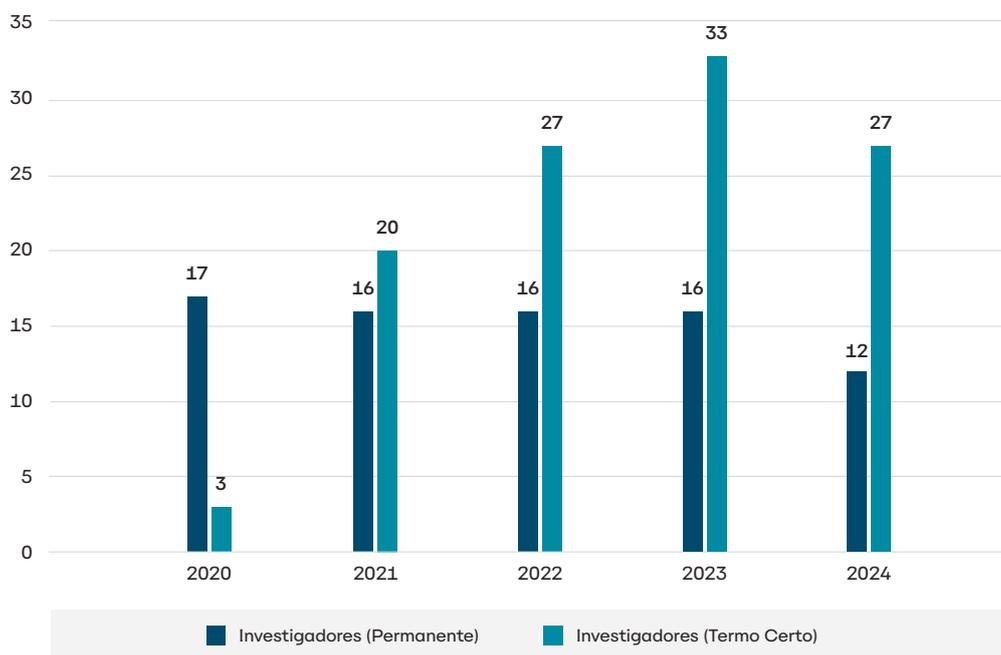


Figura 1.13 | Evolução do Número Total de Investigadores do Mapa de Pessoal (Permanentes e a Termo Certo)

Na carreira de investigação predominam os investigadores na categoria de auxiliar (Figuras 1.14 e 1.15), que atingem cerca de 83% do total, verificando-se uma preponderância de investigadores do sexo masculino (67%) (Figuras 1.16 e 1.17). É de salientar a redução do número de investigadores na faixa etária dos 61-70 anos e consequente redução da idade média para os 56 anos em 2024 face aos 57.5 registados em 2023 (Figuras 1.18 e 1.19).

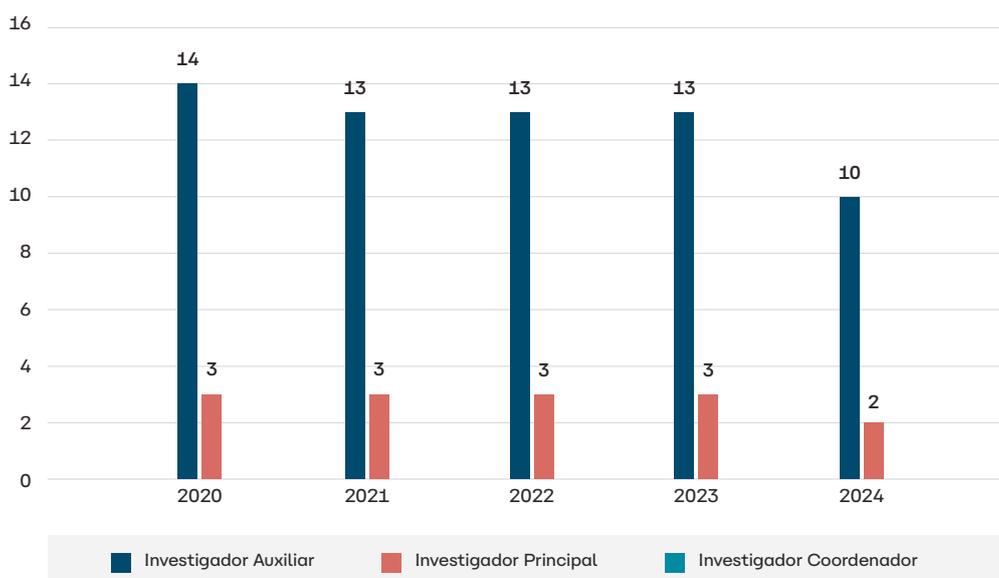


Figura 1.14 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do mapa de Pessoal Permanente por Categoria

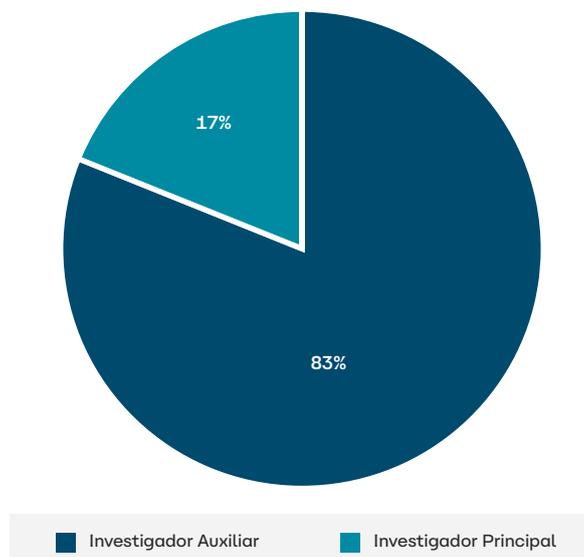


Figura 1.15 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Categoria em 2024

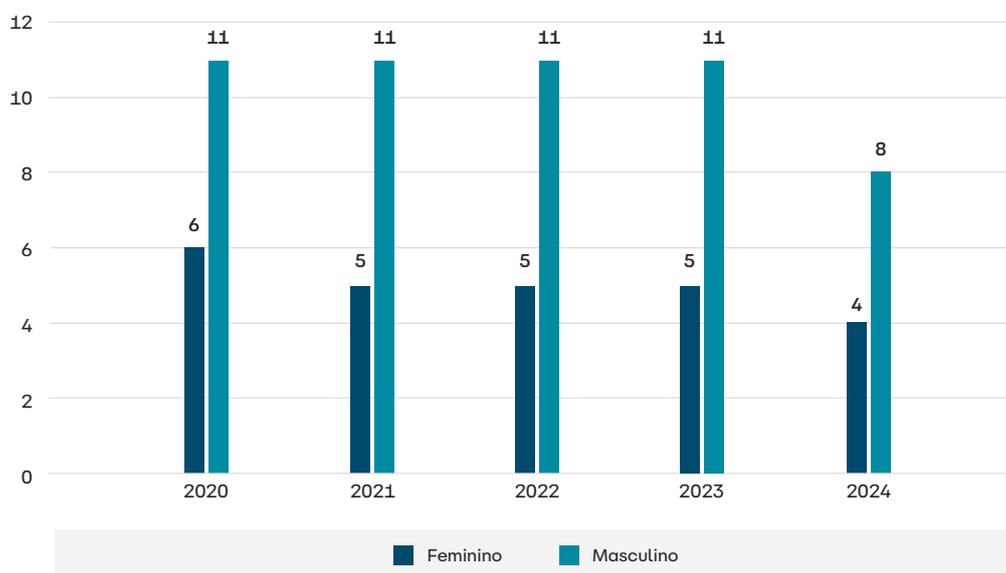


Figura 1.16 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Género

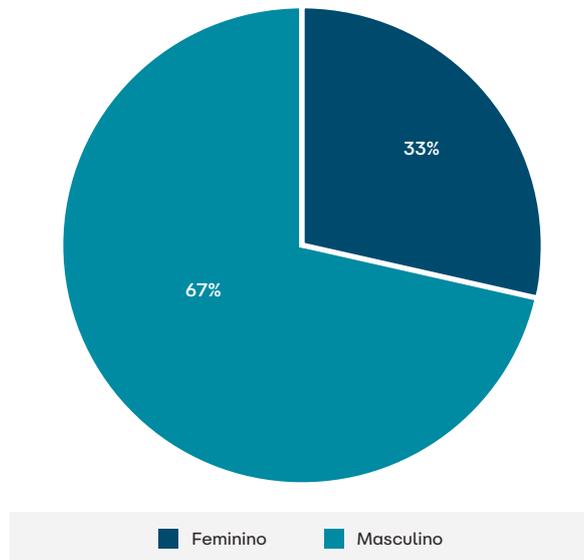


Figura 1.17 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Gênero em 2024

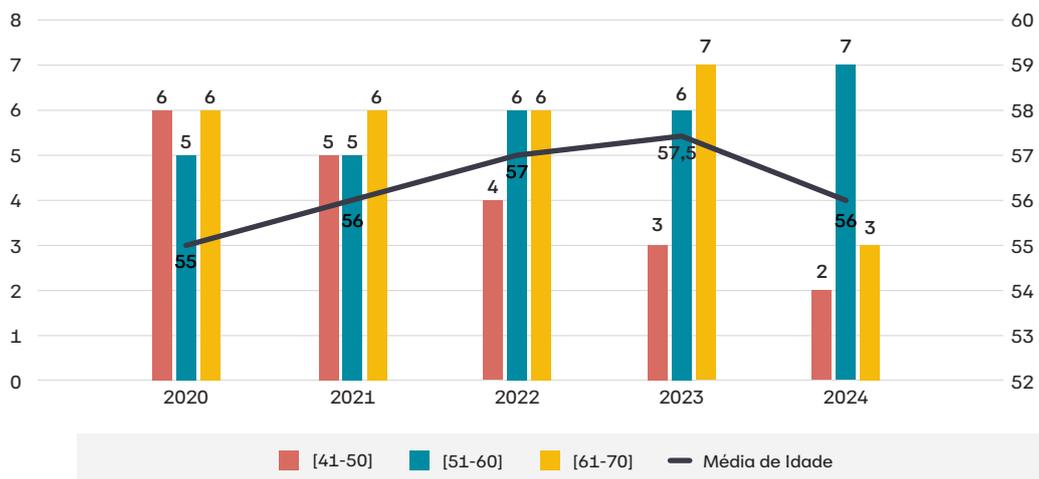


Figura 1.18 | Evolução da Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária e da Média de Idades

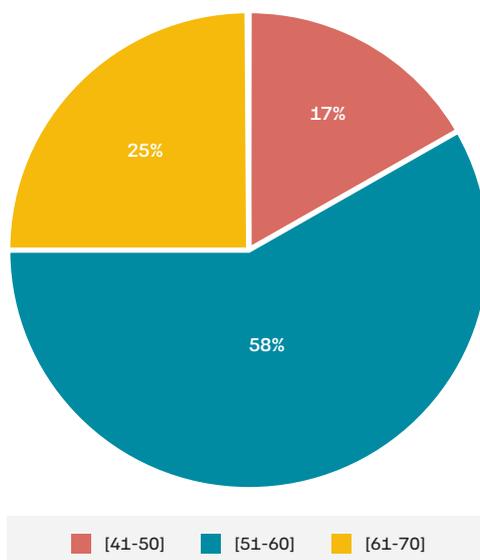


Figura 1.19 | Distribuição dos Investigadores do Mapa de Pessoal Permanente por Faixa Etária em 2024

1.3 Trabalhadores não Docentes e não Investigadores

O número de trabalhadores não docentes e não investigadores tem-se mantido relativamente constante ao longo dos últimos anos. O decréscimo em 2024 diz respeito a aposentações cujos lugares se encontram ainda em concurso (Tabela 1.1).

	2020	2021	2022	2023	2024
Assistente Operacional	42	44	44	45	39
Assistente Técnico	83	83	81	80	78
Coordenador Técnico	6	7	6	6	5
Encarregado Operacional	1	1	2	2	2
Especialista de Informática	5	5	5	5	5
Técnico Superior	29	34	38	38	39
Técnico de Informática	8	8	8	8	8
Total	174	182	184	184	176

Tabela 1.1 | Total de Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Carreira/Categoria

Em termos globais, neste grupo da comunidade académica, o número de trabalhadores do sexo feminino (68%) é, sensivelmente, o dobro do dos trabalhadores do sexo masculino (Figuras 1.20 e 1.21), tendo baixado ligeiramente a média de idades em 2024, aproximando-se dos 53 anos (Figuras 1.22 e 1.23).

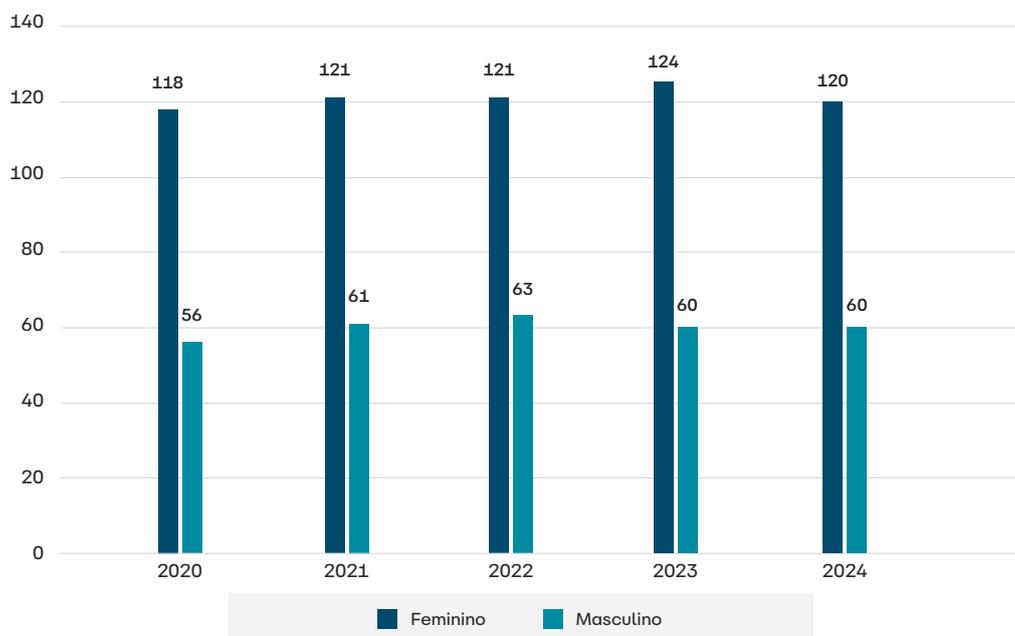


Figura 1.20 | Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Género

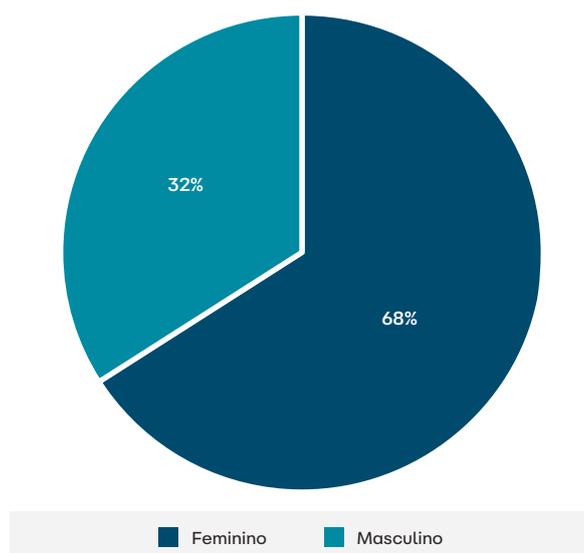


Figura 1.21 | Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Género em 2024

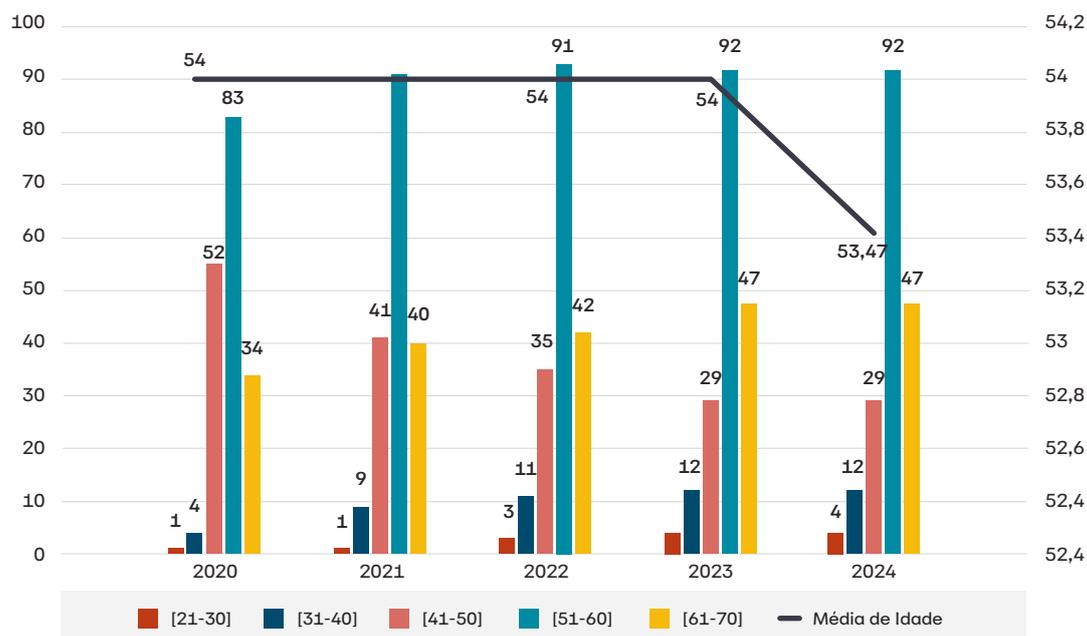


Figura 1.22 | Evolução da Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária e da Média de Idades

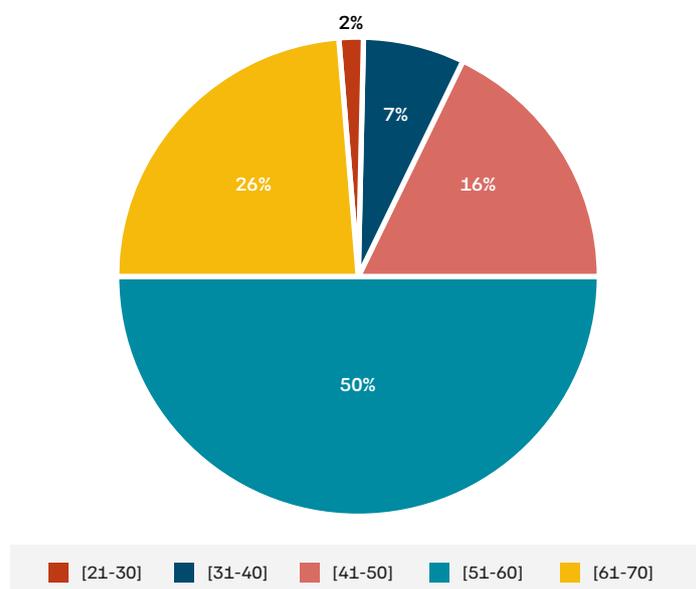


Figura 1.23 | Distribuição dos Trabalhadores Não Docentes e Não Investigadores por Faixa Etária em 2024

Ao nível de dirigentes que não pertencem ao quadro de pessoal permanente, a UAc conta ainda com uma administradora e 8 técnicos superiores contratados em comissão de serviço que se encontram a exercer funções de dirigentes intermédios de 1.º Grau nos serviços de gestão.

1.4 Bolsheiros e Colaboradores Eventuais

A comunidade acadêmica da UAc integra ainda bolsheiros de doutoramento, mestrado, gestão, investigação e de iniciação à investigação, assim como colaboradores eventuais, incluindo técnicos de apoio à investigação e outros técnicos, operacionais e colaboradores temporários. O aumento do número de colaboradores eventuais corresponde, em certa medida, ao aumento de contratações para apoio técnico à execução de projetos e prestações de serviços de investigação, relevando o dinamismo crescente desta área na instituição.

	2020	2021	2022	2023	2024
Bolsheiros	87	61	67	59	58
Colaboradores Eventuais	42	296	294	355	385
Total	129	357	361	414	443

Tabela 1.2 | Total de Bolsheiros e Colaboradores Eventuais

1.5 Relação entre os Grupos da Comunidade Académica

A relação entre os membros da comunidade académica mostra que o pessoal permanente corresponde a cerca de 46% do total dos trabalhadores e colaboradores da UAc (Figura 1.24).

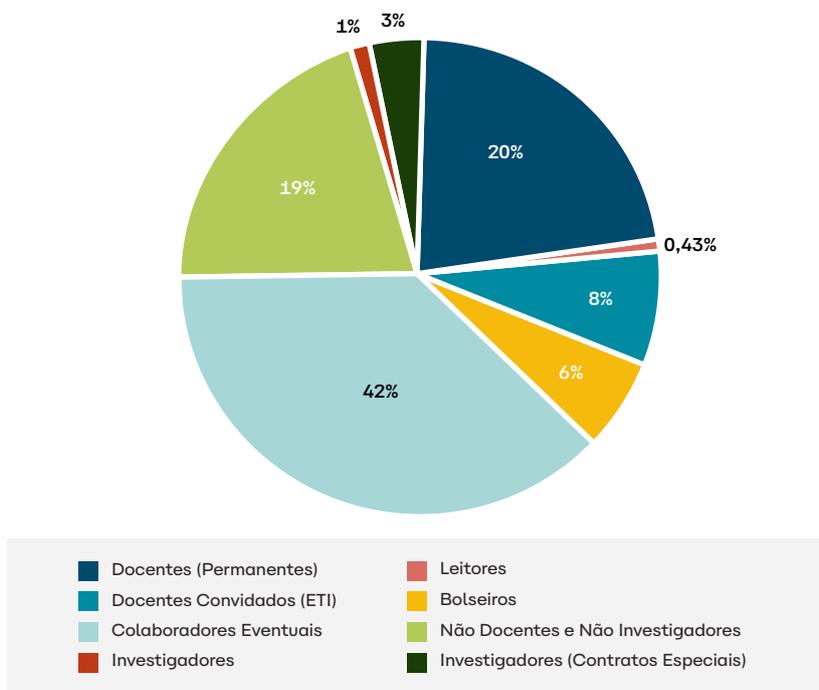


Figura 1.24 | Peso dos Diferentes Grupos da Comunidade Académica, excluindo estudantes, em 2024

No que se refere aos trabalhadores do quadro de pessoal permanente, verifica-se que o rácio docentes e investigadores/trabalhadores não docentes e não investigadores é de 1,14 (Figura 1.25).

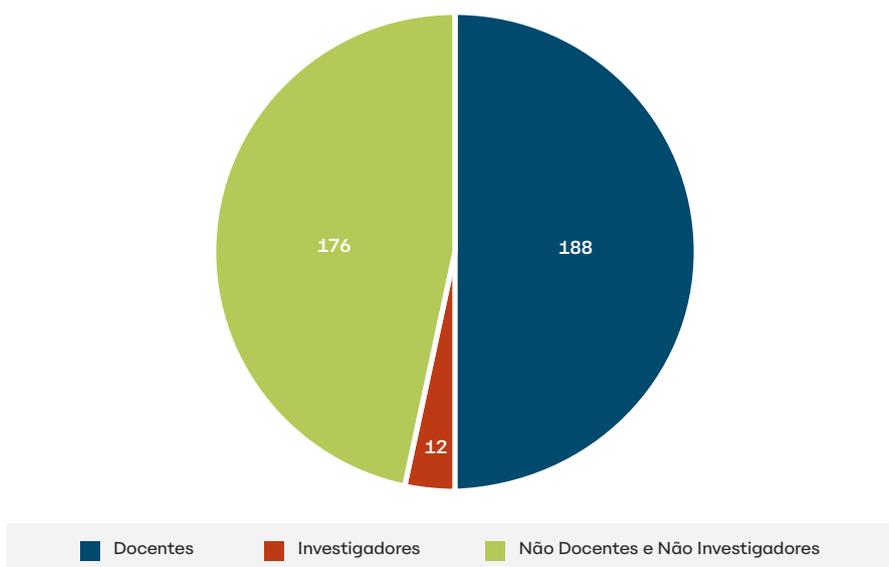


Figura 1.25 | Distribuição do Pessoal Permanente em 2024

2. Ensino

2.1 Número de Alunos Inscritos

O número de alunos inscritos no total dos cursos ministrados na UAc registou um acréscimo de 5% em relação ao ano anterior, tendo-se registado mais 143 estudantes em 2024 comparativamente a 2023 (Figura 2.1).

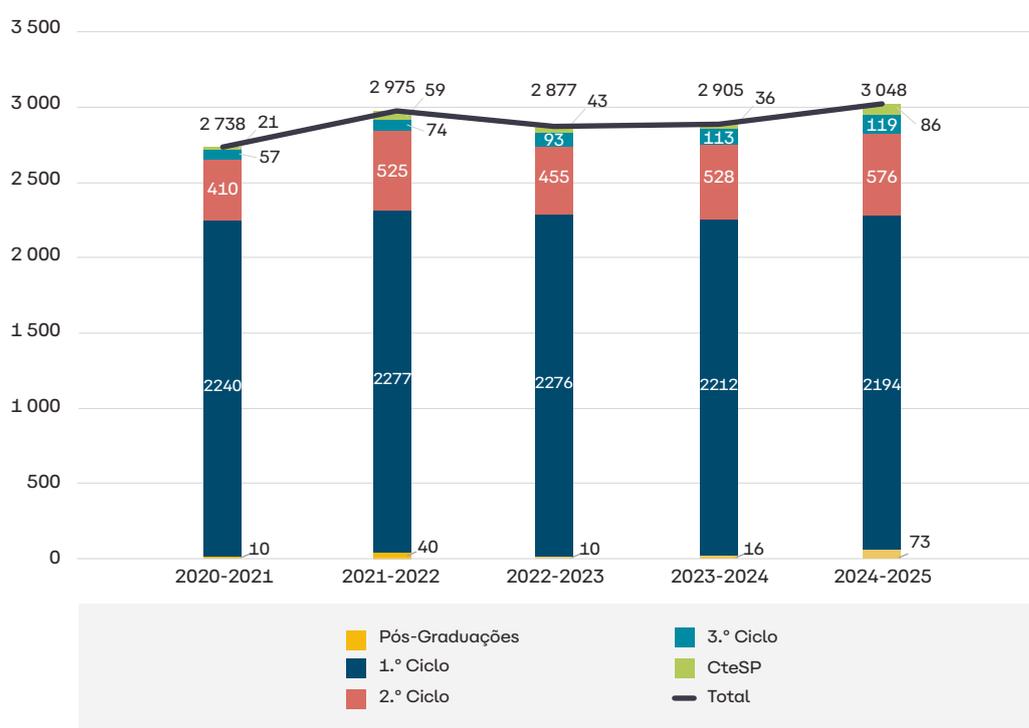


Figura 2.1 | Evolução do Total de Alunos Inscritos por Ciclos de Estudos



O NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO TOTAL DOS CURSOS MINISTRADOS NA UAc REGISTOU UM ACRÉSCIMO DE 5% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR (...)

Analisando os dados em detalhe, verifica-se que o aumento do número de estudantes inscritos, relativamente a 2023, ocorreu com maior expressão nas Pós-Graduações (73), CTeSP (86) e mestrados (576). O aumento registado teve como principal origem o alargamento e diversificação da oferta formativa de natureza pós-graduada, com cursos em áreas e temáticas atuais, nomeadamente: pós-graduações em Programação, Robótica e Inteligência Artificial, em Dinâmicas de Inovação – Prospetiva, Estratégia e Empreendedorismo e em Direitos Económico e Financeiro Regional; mestrados em Agricultura Biológica e Desenvolvimento Rural e em Psicologia Clínica e da Saúde. Também, no que se refere aos doutoramentos, registou-se um acréscimo de 6 estudantes. De salientar que, nas tipologias de cursos acima referidas atingiu-se o número mais elevado de estudantes inscritos dos últimos 5 anos. Tal resulta da boa resposta dada pelas unidades orgânicas ao desafio feito pela reitoria, que recomendou que fosse reforçado este tipo de oferta para responder a necessidades e interesses de especialização da população ativa. Nos cursos de licenciatura, o número de inscritos manteve-se estável em relação a 2023, registando um ligeiro decréscimo. (Figura 2.2).

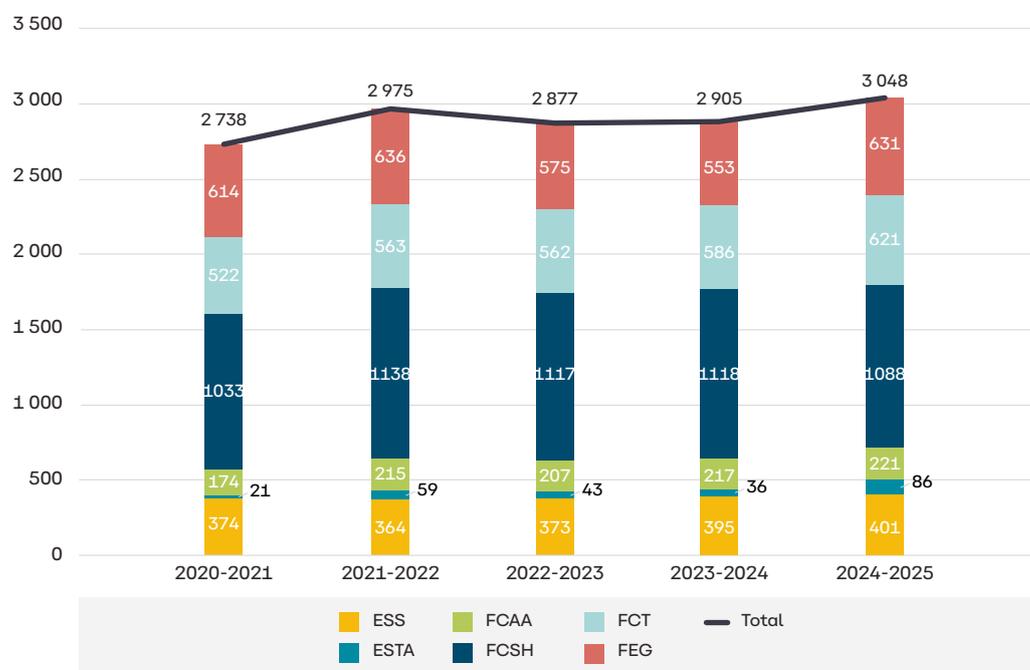


Figura 2.2 | Evolução do Total de Alunos Inscritos por Grupo de Áreas Científicas

Neste contexto, é de sublinhar que embora os estudantes apareçam distribuídos pelas Faculdades e Escolas por ser destas a responsabilidade direta pelos cursos, deve considerar-se que ao nível das licenciaturas, e sobretudo dos cursos de mestrado e de doutoramento, os estudantes realizam as suas atividades também nas estruturas de investigação da universidade.

2.2 Número de Alunos Matriculados pela primeira vez na UAc

Um dos principais barômetros da realização das instituições de ensino superior prende-se com o número de alunos que se matricula pela primeira vez em cada ciclo de estudos. Em 2024 registou-se um ligeiro incremento no número total destes estudantes, fruto do aumento em todos os ciclos de estudos, com exceção do primeiro ciclo, pela razão indicada no ponto anterior (Figura 2.3).

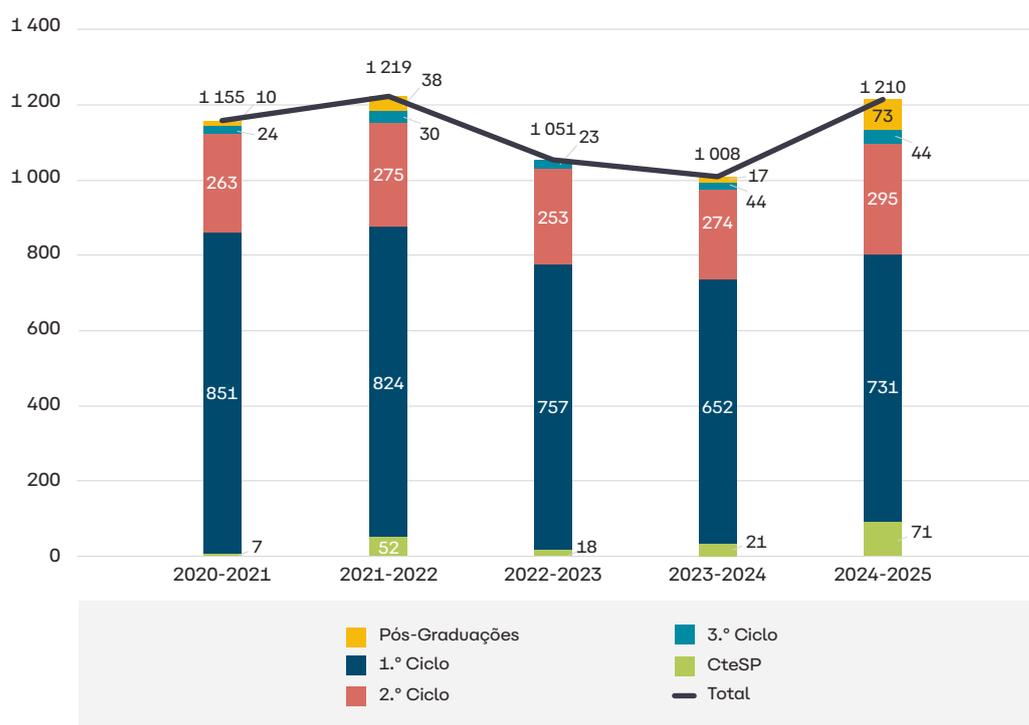


Figura 2.3 | Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez por Ciclos de Estudos



EM 2024 REGISTOU-SE UM LIGEIRO INCREMENTO NO NÚMERO TOTAL DE ESTUDANTES MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ (...)

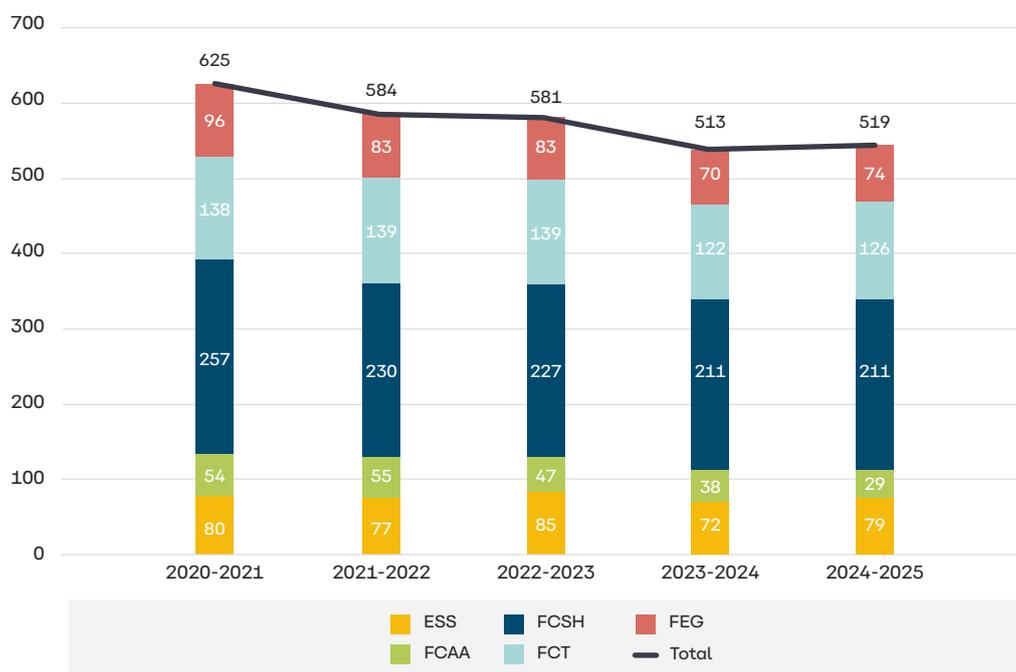


Figura 2.4 | Evolução do Total de Alunos Matriculados pela 1.ª vez no 1.º Ciclo Concurso Nacional de Acesso (CNA)

Na Figura 2.4 ilustra-se a evolução do total de alunos matriculados pela primeira vez no 1.º ciclo considerando apenas o Concurso Nacional de Acesso (CNA). Neste contexto, numa análise global, verifica-se que o número total de alunos se manteve, havendo, porém, um decréscimo acentuado na FCAA ao longo dos últimos três anos.

3. Formação Complementar

3.1 Formação dos Trabalhadores da UAc

Os dados relativos à formação complementar dos trabalhadores da UAc (Tabela 3.1) apontam para um aumento significativo das formações em 2024, com particular destaque para as formações internas. Foram realizadas 129 ações de formação com um total de 1137 inscrições e 1060 participações efetivas de entre docentes, investigadores e pessoal técnico, administrativo e de gestão. As ações realizadas contemplaram uma diversidade de temas adequadas ao público-alvo das quais se destacam as formações em inovação pedagógica e em cibersegurança.

Participações em Formações		2020	2021	2022	2023	2024
Internas	Inscrições	641	456	75	59	59
	Participações	589	419	75	59	59
Externas	Inscrições	53	4	4	63	63
	Participações	0	4	3	56	56
Autoformação	Inscrições	126	186	75	124	124
	Participações	126	186	70	124	124

Tabela 3.1 | Total de Inscrições/Participações em Ações de Formação para Trabalhadores da UAc

A oferta formativa complementar que a UAc tem oferecido aos seus trabalhadores tem correspondido aos interesses de formação nas diversas categorias profissionais, tendo-se registado, em 2024, um elevado aumento da participação na generalidade das categorias, nomeadamente por docentes, técnicos superiores e assistentes técnicos (Tabela 3.2), abrangendo, com maior impacto do que em anos anteriores, a generalidade das estruturas universitárias (Tabela 3.3).

Categorias	2020	2021	2022	2023	2024
Dirigente	8	15	9	6	10
Técnico Superior	16	25	13	16	39
Assistente Técnico	27	47	15	11	44
Assistente Operacional	4	1	0	5	16
Coordenador Técnico	4	6	1	2	2
Especialista de Informática	1	1	1	0	3
Técnico de Informática	6	7	0	1	4
Docentes	137	75	8	38	174
Investigadores	4	4	0	7	12
Bolseiros	2	4	0	2	7
Estagiários/Outros Colaboradores	1	14	2	30	39
Total	210	199	49	118	350

Tabela 3.2 | Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações de Formação por Carreira/Categoria

UO/Serviços	2020	2021	2022	2023	2024
FCAA	21	17		7	29
FCT	48	28	4	20	56
FCSH	44	29	2	12	54
FEG	19	7	1	2	25
ESS	19	11	1	1	22
ESTA	1		1		4
CHAM-A	1				1
CICS		2			1
IITAA	1	1			10
IVAR		3			8
OKEANOS				29	9
ADM		3	1		1
AAUA	1				1
SASE	5	10	3	21	28
BAM	5	4	18	6	12
SISA				1	6
SVCT	9	9		7	15
SVRFM	1	10			3
SVAP		6	3		4
SVGA	10	5	2		17
SVRH	2	7	3		3
SRTR	17	22	10	11	28
SVTIC	5	7		1	2
FGF	1	11			4
CEEApI-A		1			2
CIBIO		1			4
GBA		5			1
Total	210	193	49	118	350

Tabela 3.3 | Total de Trabalhadores Envolvidos em Ações de Formação por Unidade Orgânica/Serviço

É importante referir que, em 2024, entre junho e novembro se realizaram as Jornadas de Inovação Pedagógica, disponibilizadas a todos os docentes e investigadores que lecionam na UAc, com oferta de diversas sessões formativas centradas na prática pedagógica e no desenvolvimento profissional docente, indo ao encontro da diversidade e heterogeneidade dos estudantes que atualmente acedem ao Ensino Superior, potenciando uma preparação mais eficaz para o mercado do trabalho.

Este evento, designado por Inovação 2024, foi organizado pelo GMIP - Grupo de Missão para a Inovação Pedagógica, com o apoio do GAQ - Gabinete de Avaliação e Qualidade. Os temas disponibilizados nas sessões formativas foram alinhados com as orientações pedagógicas transversais definidas pela Política Pedagógica Institucional da UAc (Circular n.º 3/2024) e com as recomendações internacionais e nacionais refletidas no documento “Inovação Pedagógica no Ensino Superior: Cenários e Caminhos de Transformação” da A3ES.

Inicialmente, a Inovação 2024 contou com o apoio do Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono do Ensino Superior, por intermédio de verbas do Fundo Social Europeu, iniciativa da DGES à qual a UAc aderiu. Posteriormente, com a criação do centro de excelência SAPIEN – South and Atlantic Pedagogical Innovation & Excellence Network, formado pela UAc e mais 8 Instituições de Ensino Superior Nacionais, a Inovação 2024 passou a enquadrar-se nas dinâmicas promovidas pela UAc no âmbito deste consórcio. O SAPIEN é financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

Em relação às formações disponibilizadas em 2024 ao pessoal técnico, administrativo e de gestão, destacam-se as ações “A relação tudo pode – Competências facilitadoras na relação entre profissionais e estudantes da UAc”, “Mental+: agentes ativos na promoção da saúde mental no ensino superior” e “Educar para Salvar” com o apoio do Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono do Ensino Superior. Foram, ainda, promovidas duas edições da ação “Fundamentos Básicos em Cibersegurança”, que revelam o investimento da UAc na formação em Cibersegurança.

3.2 Cursos de Curta Duração

Nos últimos anos tem-se verificado uma aposta continuada na oferta de cursos livres de língua portuguesa destinados a alunos estrangeiros na UAc.

No ano letivo 2024/2025, foram realizados três cursos de Português Língua Estrangeira no *campus* de Ponta Delgada, com acompanhamento à distância para os estudantes do *campus* de Angra do Heroísmo. No total, 62 estudantes em mobilidade da Universidade dos Açores frequentaram estes cursos.

Na área das línguas, decorreram também 2 Cursos de Língua e Cultura Portuguesas no âmbito do programa de estágios europeus Eurodisseia, em prestação de serviço à Direção Regional de Qualificação Profissional e Emprego, que contou com 29 participantes.

Em 2024 foram também dinamizados 3 cursos de verão no âmbito do protocolo assinado entre a Universidade dos Açores e a Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento, designadamente, a Summer School em Island Biogeography and Macroecology, dinamizada pelo GBA, com 22 inscritos; a Marine Robotics Summer School, dinamizado pelo Instituto Okeanos, com 27 participantes, 12 provindos do Massachusetts Institute of Technology, 3 da Marinha Portuguesa, 4 da Universidade dos Açores e 8 de outras Instituições de Ensino Superior Portuguesas; e o International Summer School in Geological Hazards in Volcanic Islands, promovido pelo Instituto de Vulcanologia e Avaliação de Riscos, que contou com 22 participantes.

Em 2024 teve igualmente lugar formação de curta duração no âmbito do projeto Living the Future Academy (LFA), aprovado pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES). O projeto engloba os programas de Investimento RE-C06-i03 - Incentivo Adultos e Investimento RE-C06-i04 - Impulso Jovens STEAM apoiados pelo PRR - Plano de Recuperação e Resiliência e pelos Fundos Europeus Next Generation EU. Neste contexto foram oferecidos 8 cursos breves, tendo funcionado efetivamente os cursos em Terapias Respiratórias Domiciliárias: Oxigenoterapia e Ventilação não Invasiva (UNI), uma Abordagem Multifatorial, com 13 participantes, Qualidade do Ar Interior Saúde Pública, com 15 inscritos e Auditoria Clínica, com 23 inscritos.

Na área da Saúde, foram, ainda, dinamizados 2 cursos de curta duração, pela Escola Superior de Saúde, designadamente, no Polo de Ponta Delgada, Cuidar em Estomatoterapia, com 18 inscritos e no Polo de Angra do Heroísmo, Aconselhamento em Aleitamento Materno, com 12 inscritos.

Na área da Cibersegurança, a Escola Superior de Tecnologias e Administração dinamizou 2 cursos de curta duração, designadamente Gestão da Informação em Cibersegurança, com 24 inscritos e Responsável de (Ciber)segurança, com 28 inscritos.

3.3 Academia Sénior

A Academia Sénior oferece, anualmente, um programa formativo diversificado, que contempla um conjunto diversificado de atividades com naturezas e objetivos distintos, designadamente: Cursos sobre temáticas específicas de âmbito científico cultural; Oficinas anuais de âmbito sociocultural e recreativo; Oficinas semestrais temáticas; Seminários e/ou conferências abertos(a)s à comunidade e atividades comemorativas e recreativas.

No total, foram oferecidos 8 cursos semestrais, em áreas como a Psicologia, a História, a Filosofia, a Ciência Política, a Comunicação e a Cultura Digital, a Matemática, a Agricultura Biológica, entre outras. Foram igualmente oferecidas 2 oficinas anuais e 3 semestrais, em áreas expressivas ligadas à Música, à Poesia, à Fotografia e à Atividade Física.

Ainda no contexto do seu Programa Formativo, esta Academia organiza anualmente o seu Ciclo de Seminários. Esta iniciativa, baseada em expectativas e sugestões dos estudantes da Academia, tem como principal propósito facilitar à população sénior o acesso ao conhecimento científico e ao património natural e cultural, promovendo a atualização e o aprofundamento de conhecimentos, competências e aptidões. Durante o ano letivo foram organizados 7 seminários temáticos, que abordaram temáticas como Turismo e Sustentabilidade, História, Cultura e Património, Neurociências, Movimento Funcional e Longevidade, entre outros.

No ano letivo de 2024/2025, registou-se um ligeiro aumento no número de estudantes em comparação com o ano anterior (Tabela 3.4).

Cursos/Oficinas		2020/21	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25
N.º de alunos inscritos		47	52	55	71	75
N.º Total de Cursos/ Horas		7 20h	4 20h	8 20h	8 20h	8 20h
Oficinas Semestrais/ Horas		2 20h	2 20h	2 20h	3 20h	0 0h
Oficinas Anuais Horas de Oficina		3 40h	3 40h	4 40h	2 40h	3 40h
Sexo	Masculino	87,00%	85,00%	81,00%	39,40%	42,67%
	Feminino	13,00%	15,00%	19,00%	60,60%	57,33%
Média de Idades					72,3 anos	73 anos

Tabela 3.4 | Programa Formativo da Academia Sénior

3.4 Academia Júnior

A Academia Júnior da UAc, cujos principais objetivos se enquadram na promoção da participação dos jovens em atividades de natureza científica, em diversas áreas do conhecimento em que a UAc desenvolve ensino e investigação, bem como no reforço da interação entre a comunidade académica e a sociedade em geral.

Em 2024, o programa “Os Exploradores” manteve o nível de atividade e número de jovens participantes face ao ano anterior. Decorreu durante duas semanas, sendo que as atividades exploradas convocaram experiências em áreas como as Ciências da Terra e da Vida, História e Património Cultural, Robótica, Matemática, Literatura, Artes, Atividade Física, entre outras. Foram ainda proporcionadas atividades fora da Universidade, como uma aula de surf e uma visita a um apiário.

Desenvolveram-se, ainda, “Estágios de Verão”, com duração de 80h, destinados a jovens com idades entre os 17 e 18 anos. Foram oferecidas 10 vagas, 6 em Ponta Delgada e 4 na Horta, integradas em 6 estágios, em áreas como Biologia e Biotecnologia, Cultura Açoriana, Ciências do Oceano, entre outras.

Para além dos programas formativos da Academia Júnior foram organizadas visitas de estudo ao *campus* de Ponta Delgada, tendo como principal objetivo apresentar a Instituição e despertar o interesse desses jovens em prosseguir estudos na Universidade dos Açores. Em 2024, a Academia Júnior recebeu grupos de estudantes do ensino básico e secundário de diversas ilhas do arquipélago, do continente português e do estrangeiro. No total, visitaram a UAc 1112 alunos dos diferentes níveis de ensino, acompanhados por 102 professores.

Adicionalmente, a UAc recebeu a International Bilingual School of Provence, do Sul de França e acolheu diversos grupos de alunos de licenciatura e mestrado provenientes do Canadá e da Alemanha.

Campi/Visitas de Estudo		2020	2021	2022	2023	2024
Campo de Férias UAc/ Os Exploradores	N.º de Inscritos nos Campi	PD - 0 AH - 0	PD - 0 AH - 0	PD - 15 HRT - 3	PD - 29 AH - 0	PD - 29 AH - 0
	N.º de Atividades nos Campi	PD - 0 AH - 0	PD - 0 AH - 0	PD - 20 HRT - 1	PD - 20 AH - 0	PD - 20 AH - 0
	N.º de Horas nos Campi	PD - 0h AH - 0h	PD - 0h AH - 0h	PD - 35 HRT - ?	PD - 35h AH - 0h	PD - 35h AH - 0h
	N.º de Inscritos nos Campi					PD - 3 AH/H - 0
Campo de Férias UAc/ Os Cientistas	N.º de Atividades nos Campi					PD - 3 AH/H - 0
	N.º de Horas nos Campi					PD - 80h
Visitas de Estudo	N.º Total de Visitas de Estudo	0	1	9	50	48

Tabela 3.5 | Programa Formativo da Academia Júnior

3.5 Academia das Artes

Em dezembro de 2023, a Universidade dos Açores apresentou a programação da Academia das Artes para o ano letivo 2023/2024. A cerimónia de abertura contou com apresentações de tunas académicas e de três *workshops* nas áreas de Escrita Criativa, Artes Visuais e Cinema.

Ao longo de 2024, a Academia das Artes disponibilizou à comunidade académica e à sociedade em geral cursos, oficinas e concertos musicais, promovendo a cultura e incentivando a participação artística (Tabela 3.6).

Academia das Artes	N.º Cursos/Oficinas	N.º de Inscritos	Horas/Curso
2024	5	53	Cursos: 60h Oficina: 21h
	3		Concertos Musicais

Tabela 3.6 | Programa Formativo da Academia das Artes

4. Mobilidade

4.1 Mobilidade Erasmus+

O Erasmus+ é o programa de mobilidade mais representativo no conjunto dos programas de mobilidade nos quais a UAc participa. No âmbito deste programa, tem-se verificado um crescimento contínuo das mobilidades incoming de estudantes e de staff, desde 2020/2021 (Figura 4.1). No contexto ERASMUS+, a UAc registou uma maior concretização de mobilidades de estudantes provenientes de instituições de ensino superior espanholas, alemãs, checas, polacas e italianas (Tabela 4.1).

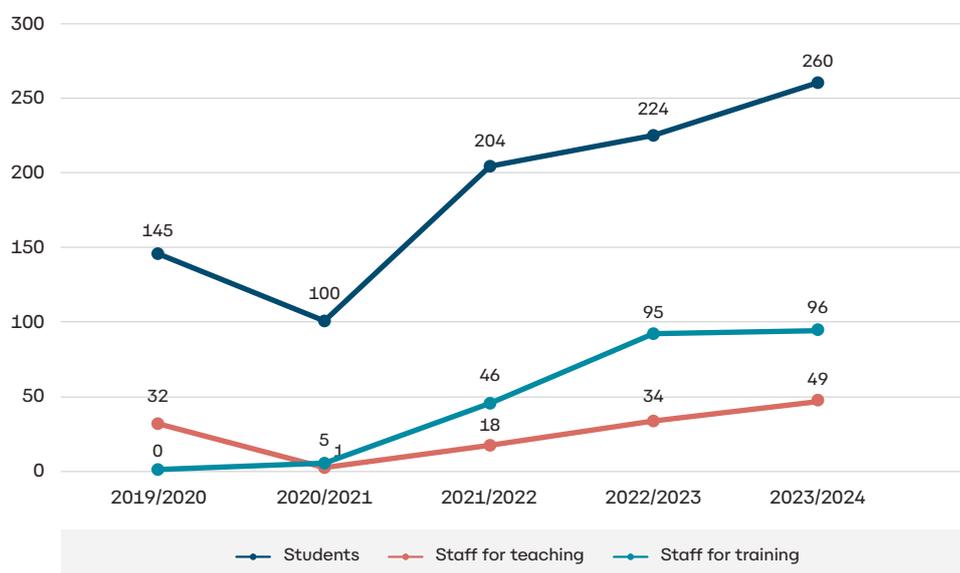


Figura 4.1 | Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ Incoming



TEM-SE VERIFICADO UM CRESCIMENTO CONTÍNUO DAS MOBILIDADES INCOMING DE ESTUDANTES E DE STAFF (...)

País	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Alemanha	2	4	10	22	25
Áustria					1
Bélgica		2	2	3	1
Croácia		3			10
Eslováquia	6	1	3	4	3
Eslovênia			1		2
Espanha	68	47	88	100	99
Estónia		1		1	1
Finlândia	3			1	1
França	1	8	12	12	19
Grécia	4	1	9	10	6
Holanda		4	7	5	2
Hungria	1		1	3	5
Itália	19	8	29	23	22
Lituânia					2
Noruega			1		1
Polónia	15	8	9	17	
Reino Unido					23
República Checa	2	6	9	9	25
Roménia	11	4	7	8	7
Suécia			1	2	2
Turquia	13	3	15	4	3
Total Mobilidades	145	100	204	224	260

Tabela 4.1 | Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Incoming* por País de Origem

O ano de 2023/2024 registou um acréscimo 38% das mobilidades Erasmus+ *outgoing* em relação ao ano anterior. As preferências dos estudantes da UAC recaíram sobre instituições de ensino superior italianas, espanholas, romenas e polacas (Tabela 4.2).

No que respeita às mobilidades *outgoing* de *staff*, no ano 2023/2024 verificaram-se aumentos significativos face a anos anteriores, atingindo os melhores resultados de sempre. Os resultados alcançados refletem uma manutenção e evolução estáveis destas modalidades (Figura 4.2).

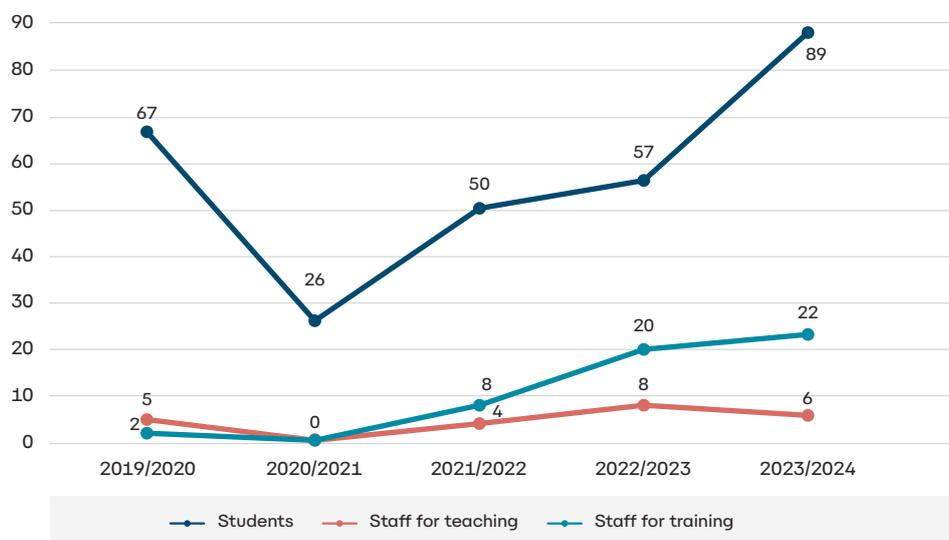


Figura 4.2 | Evolução do Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing*

País	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Alemanha	1				3
Austria					1
Bulgária					2
Croácia	1				
Dinamarca					1
Eslovénia	1				
Espanha	23	5	7	23	20
Finlândia	1				1
França		4	1	2	2
Grécia	3		1	6	
Holanda					1
Hungria			2	2	
Irlanda		1			
Islândia			2	1	
Itália	1	1	10	11	25
Letónia	4		2	3	2
Lituânia	1				1
Malta			1		
Noruega	2				1
Polónia	24	13	19	7	12
Reino Unido	1	1			
República Checa	4		1	2	2
Roménia		1	1		15
Turquia			3		
Total	67	26	50	57	89

Tabela 4.2 | Total de Estudantes em Mobilidade Erasmus+ *Outgoing* por País de Destino

4.2 Outras Mobilidades

No âmbito do programa de mobilidade nacional de estudantes para o ensino universitário Almeida Garrett (Ensino Universitário) o número de mobilidades no ano letivo 2023/2024 registou um elevado decréscimo, voltando a valores verificados em anos anteriores (Tabela 4.3). Já no programa Vasco da Gama, para o Ensino Politécnico, não se registaram mobilidades.

No âmbito do programa *Bridging the Atlantic*, e após a sua retoma em 2021/2022, o número de mobilidades mantém-se estável dentro dos limites anuais acordados entre a Universidade dos Açores e a Universidade de Massachussets, Dartmouth.

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Almeida Garrett	3	5	5	11	3
Bridging the Atlantic			11	12	12
Total	3	5	16	23	23

Tabela 4.3 | Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Outgoing*

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Almeida Garrett	3	3	9	3	4
Vasco da Gama	1	1		3	
Bridging the Atlantic			9	3	9
Convénios					5
Estágios	1	14	29	28	29
Eurodisseia				25	29
Free mover	1		3	5	1
Total	6	18	50	67	77

Tabela 4.4 | Evolução do Total de Estudantes em Outras Mobilidades *Incoming*

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Bridging the Atlantic			2	3	2
Total	0	0	2	3	2

Tabela 4.5 | Evolução do Total de Staff em Outras Mobilidades *Outgoing*

	2019/20	2020/21	2021/22	2022/23	2023/24
Bridging the Atlantic			2	2	2
Total	0	0	2	2	2

Tabela 4.6 | Evolução do Total de Staff em Outras Mobilidades *Incoming*

4.3 Universidade Europeia

Em 2024 concretizamos a criação de um projeto estratégico fundamental para a internacionalização da nossa academia: a EUniCOAST – “European University of Islands, Ports and Coastal Territories” (“Universidade Europeia de Ilhas, Portos e Territórios Costeiros”) com financiamento da Comissão Europeia, num pacote financeiro total a rondar os 14 milhões de euros. As Universidades Europeias são alianças transnacionais entre instituições de ensino superior que têm a ambição de vir a ser as universidades do futuro ao promover os valores europeus e ao aumentarem a qualidade e competitividade do ensino superior europeu, contribuindo também para a resiliência e recuperação europeias.

Neste consórcio, liderado pela Universidade de Le Havre Normandie, além desta universidade francesa e da Universidade dos Açores (UAc), participam ainda como membros efetivos mais 11 universidades de 10 outros países da União Europeia, nomeadamente a Universidade das Ilhas Baleares (Espanha), a Universidade de Sassari (Sardenha, Itália), a Universidade EMUNI (Eslovénia), a Universidade de Burgas (Bulgária), a Universidade de Patras (Grécia), a Universidade de Dubrovnik (Croácia), a Universidade de Aland (Finlândia), a Universidade das Antilhas (França), a Universidade da Pomerânia Oeste (Polónia), a Universidade de Ciências Aplicadas de Stralsund (Alemanha) e a Universidade das Ilhas Faroe.

A localização dos nossos parceiros em regiões insulares, costeiras e portuárias fortalece essa colaboração, permitindo à EUniCoast potenciar conhecimentos e experiências complementares. Essa parceria impulsionará a investigação e a oferta letiva conjunta de novos cursos sobre temas críticos para o desenvolvimento das nossas regiões, além de possibilitar a criação de uma Escola Doutoral EUniCoast. A integração da UAc neste consórcio trará importantes mais-valias, como a ampliação da oferta formativa, especialmente ao nível das pós-graduações, através da colaboração com as universidades parceiras. Além disso, permitirá aumentar a mobilidade de estudantes, docentes, investigadores e *staff* no âmbito do programa Erasmus+, bem como estabelecer uma estratégia comum de I&D alicerçada em cinco domínios do conhecimento, desde as Humanidades às Ciências da Engenharia.

5. Investigação e Desenvolvimento

5.1 Unidades de Investigação e de Apoio ao Ensino

Atualmente, a UAc conta com 13 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento em diversas áreas científicas.

O ano de 2024 foi particularmente relevante para essas estruturas, uma vez que teve lugar o período de avaliação da FCT, responsável pela acreditação das unidades de I&D, respetiva classificação e consequente atribuição de financiamento para o quadriénio 2025/2029.

Para além das unidades de I&D da UAc acreditadas, foi submetido, pela primeira vez, o processo de acreditação à FCT do CUIP-Centro Universitário de Investigação em Psicologia, como potencial novo centro FCT com polo na UAc.

5.2 Projetos de I&D

Considerando a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso como entidades de gestão, no ano de 2024, verificou-se um aumento considerável no número de contratos de projetos de I&D, face ao ano anterior (Figura 5.1). Na base desses resultados esteve a aprovação de vários projetos submetidos a programas europeus, entre os quais se destacam o HORIZONTE EUROPA e o INTERREG -MAC, com 11 e 9 projetos aprovados, respetivamente.

Destacamos novos contratos de projetos de I&D na área das Ciências Sociais e Humanas ao abrigo de Fundos Europeus.

Saliente-se, ainda, que no decorrer de 2024 foi lançada a 1.^a convocatória para projetos em co-promoção, promovida pela Direção Regional da Ciência, Inovação e Desenvolvimento e financiada pelo programa POAÇORES, à qual foram submetidas 28 candidaturas. Os resultados desse concurso deverão ser publicados até ao final do 1.^o semestre de 2025.



NO ANO DE 2024, VERIFICOU-SE UM AUMENTO CONSIDERÁVEL NO NÚMERO DE CONTRATOS DE PROJETOS DE I&D (...)

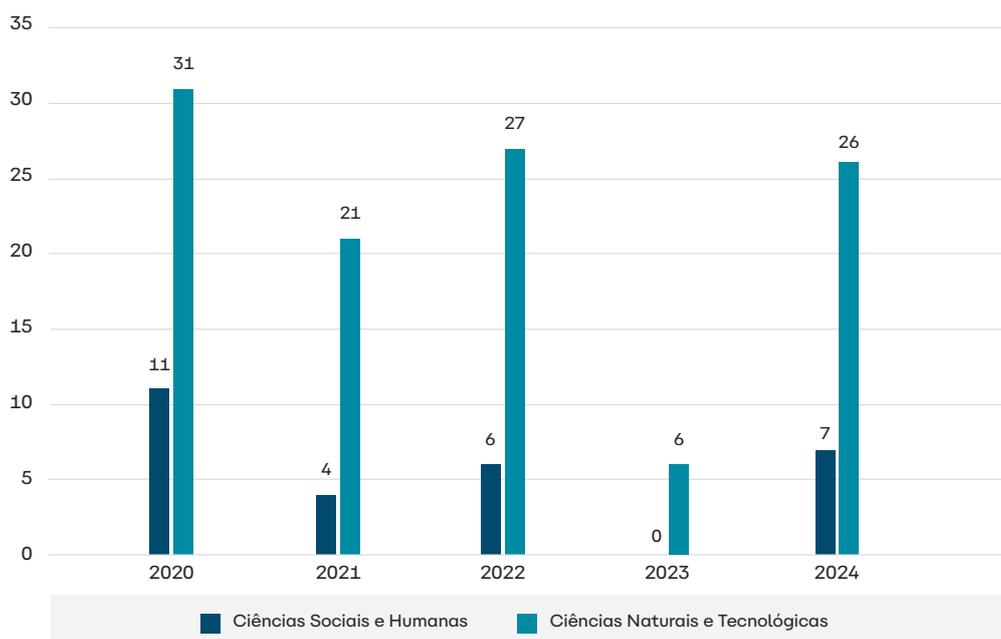


Figura 5.1 | Evolução do Total de Contratos de Projetos de I&D por Área Científica

Em termos de valores aprovados, a situação não difere muito do ano transato, destacando-se o aumento dos montantes provenientes de programas nacionais, superando um milhão de euros, diretamente relacionado com a aprovação de várias propostas submetidas ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência. É de destacar a tendência muito positiva na captação de financiamento externo por parte das unidades de I&D da Universidade dos Açores, através da procura, por parte dos investigadores, de tipologias de financiamento cada vez mais diversificadas, contribuindo para o alargamento das respetivas redes de contactos, bem como para uma maior autonomia e robustez financeira.

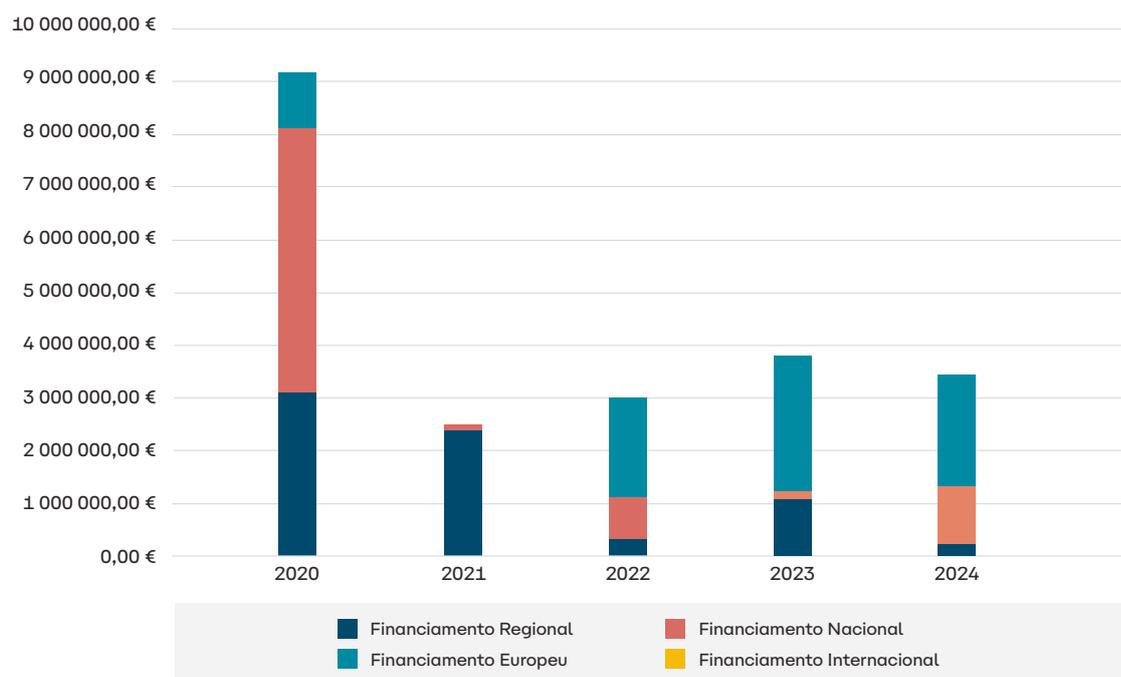


Figura 5.2 | Projetos de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

5.3 Serviços de I&D

No que respeita aos serviços de I&D, e independentemente de a entidade de gestão ser a UAc ou a Fundação Gaspar Frutuoso, observa-se um decréscimo no número de contratos em termos absolutos, existindo um equilíbrio entre as duas áreas científicas, contrariando a tendência dos últimos anos (Figura 5.3).

O financiamento regional na área das Ciências Sociais e Humanas continua a ser o mais significativo, no entanto, em 2024 verificou-se um aumento da prestação de serviços a entidades europeias, através de convites endereçados à UAc, bem com um aumento do financiamento nacional, que no seu conjunto representam 40% do financiamento total nesta área (Figura 5.4).

No que se refere ao financiamento na área das Ciências Naturais e Tecnológicas, verifica-se um aumento significativo na prestação de serviços a entidades europeias, representando 51% do total de financiamento nesta área, superando o financiamento regional em 2% (Figura 5.5).

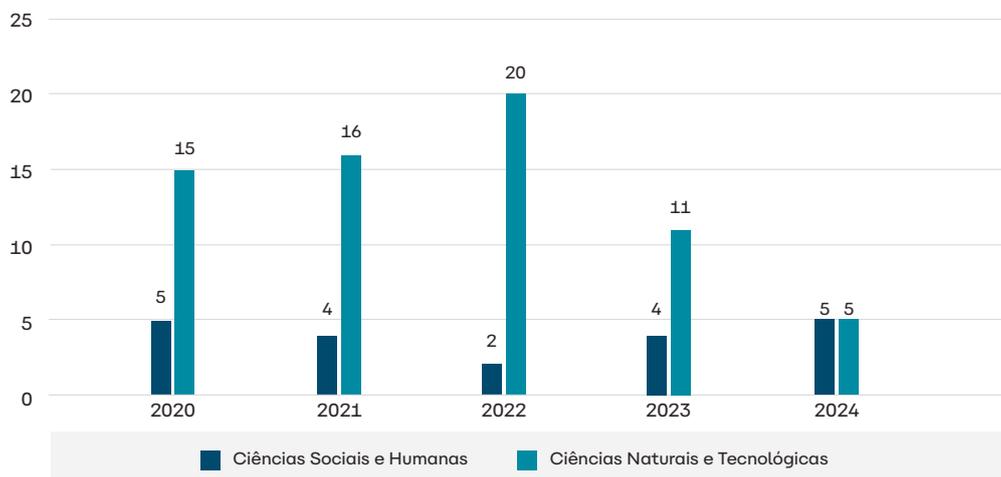


Figura 5.3 | Evolução do Total de Contratos de Serviços de I&D por Área Científica

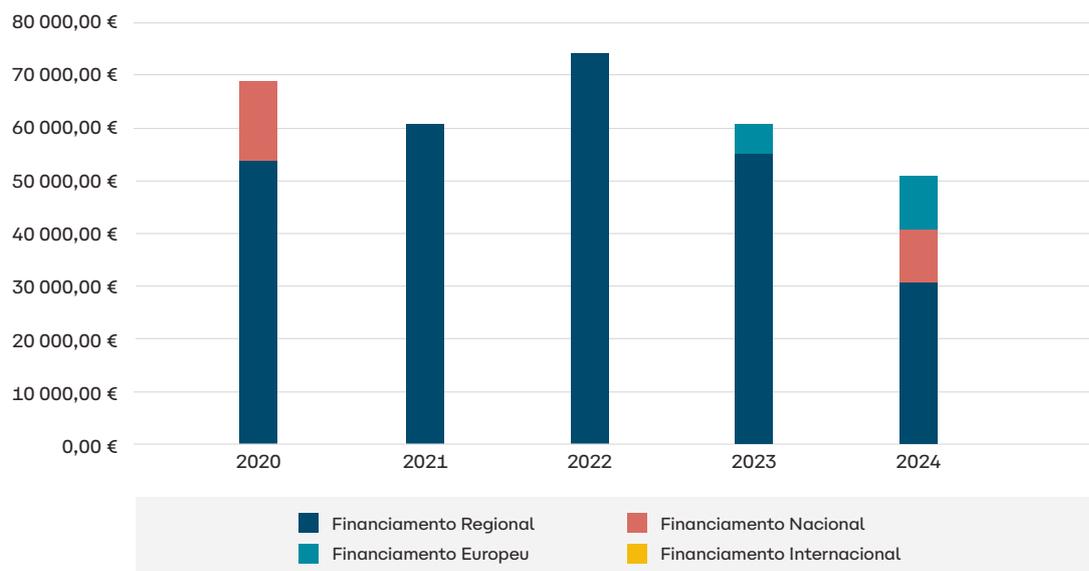


Figura 5.4 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Sociais e Humanas

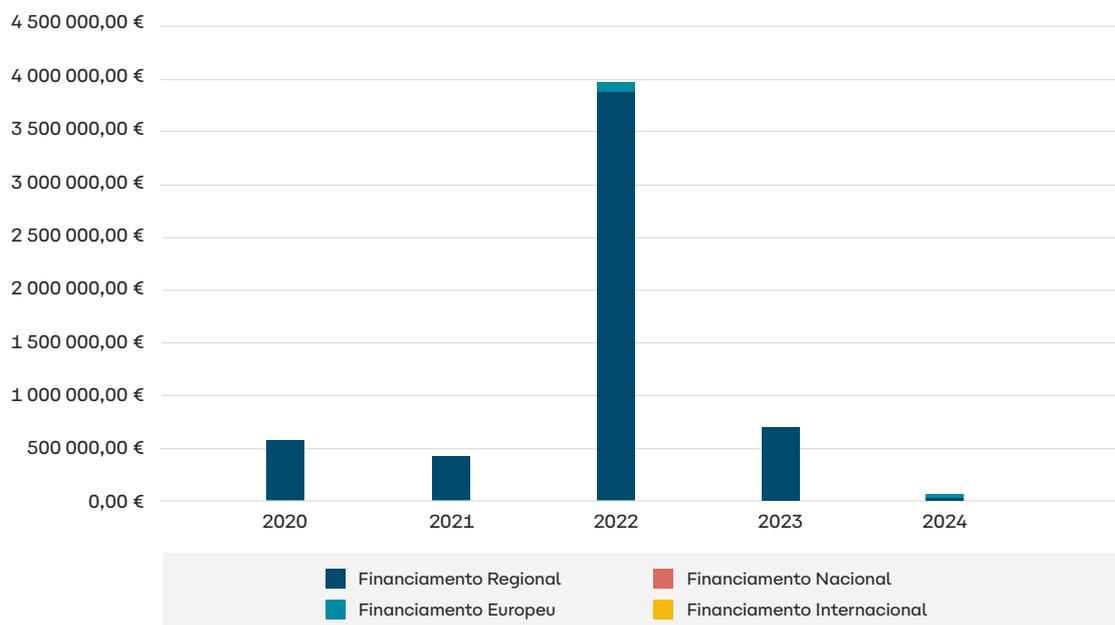


Figura 5.5 | Serviços de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

5.4 Outras Iniciativas de I&D

No item relativo a Outras Iniciativas de I&D inclui-se, designadamente, o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas. Em 2024, manteve-se a tendência do ano anterior, com especial relevo para a área das Ciências Sociais e Humanas (Figura 5.6). O financiamento regional continua a ser o mais determinante para este indicador, destacando-se um financiamento especial, verba oriunda de fundos da América Latina, destinada à organização de um evento internacional na UAc (Figuras 5.7 e 5.8).

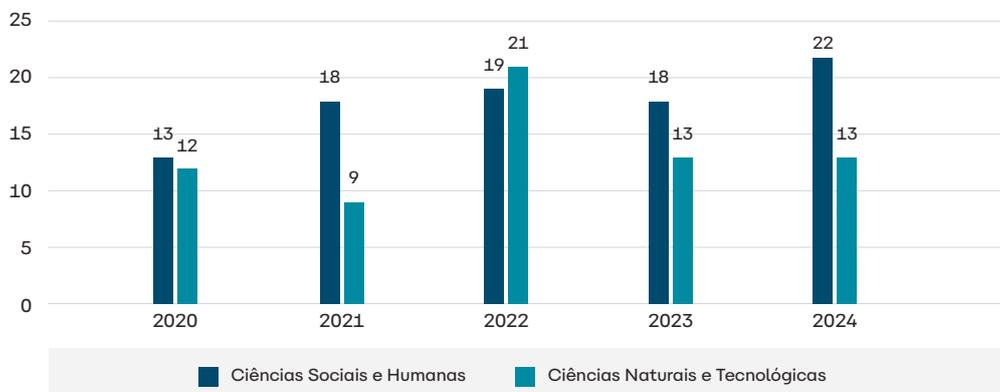


Figura 5.6 | Evolução do Total de Contratos de Outras Iniciativas de I&D por Área Científica

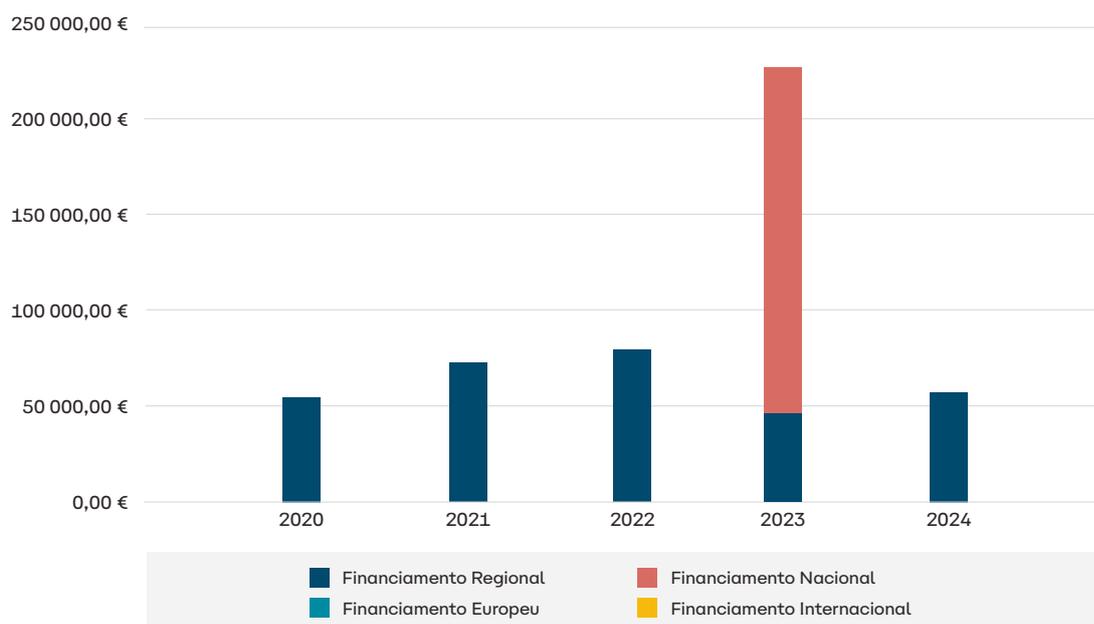


Figura 5.7 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Sociais e Humanas

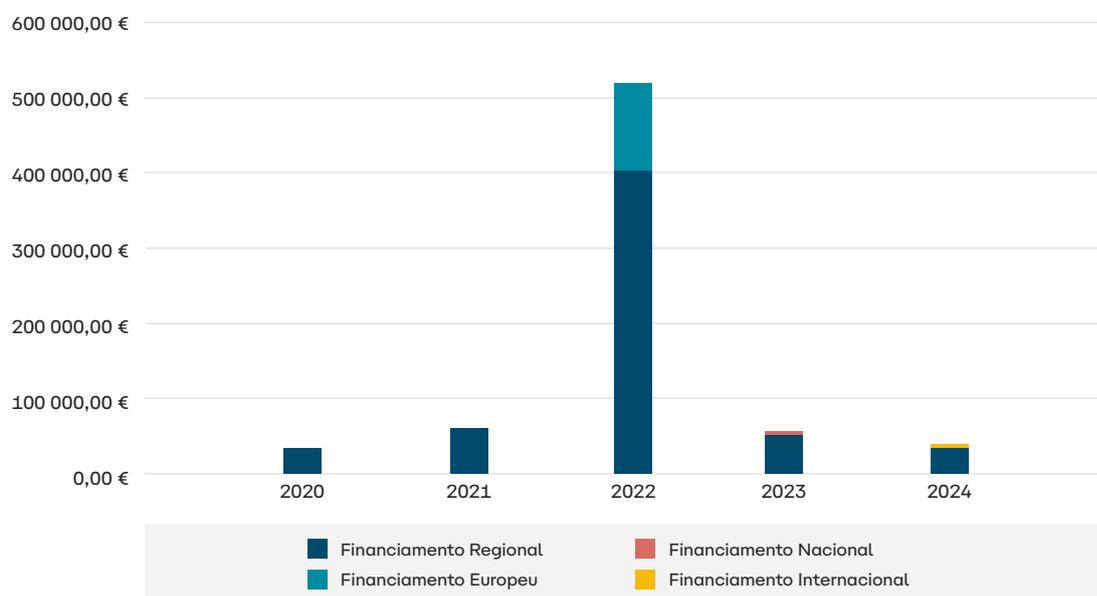


Figura 5.8 | Outras Iniciativas de I&D - Tipo de Financiamento/Ano
Área das Ciências Naturais e Tecnológicas

6. Inovação e Empreendedorismo

A InUAc reafirma o seu compromisso com a promoção do empreendedorismo, da inovação e da transferência de conhecimento, consolidando a sua missão de fomentar a ligação entre a academia, o tecido empresarial açoriano e a sociedade.

O ano de 2024 representou um marco estratégico para a estruturação e crescimento da InUAc, agora organizada em dois núcleos fundamentais: o Núcleo de Incubação (NI) e o Núcleo de Valorização e Transferência do Conhecimento (NVTIC), criados em dezembro de 2023. Esta reestruturação reforçou a capacidade da InUAc de atuar como um catalisador para a valorização do conhecimento gerado na UAc.

Em 2024, o NI dinamizou várias iniciativas importantes para fomentar o empreendedorismo jovem, com destaque para a colaboração com o Projeto ATLIC, que impulsiona iniciativas na área da Economia Azul. Em 2024, foram realizados dois programas de ideação nos Açores, além de proporcionar a cinco jovens açorianos a oportunidade de participarem em programas internacionais de capacitação. Neste âmbito, destaca-se o trabalho conjunto com a Faculdade de Economia e Gestão da UAc, onde foram desenvolvidas diversas atividades como palestras, visitas de estudo, mentorias e *pitches*. Estas ações refletem o compromisso da InUAc em apoiar o talento local e integrar a Região em redes globais de inovação.

O NVTC destacou-se pela integração na Rede de Gabinetes de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial (GAPI), coordenada pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Esta colaboração reforçou a capacidade da UAc em proteger e valorizar a propriedade industrial, apoiando investigadores e empreendedores regionais.

Fortalecendo a posição da InUAc no sistema internacional de inovação, em 2024 a incubadora integrou mais um consórcio internacional (Projeto InnoVamos), financiado pelo Programa Interreg MAC, cujo objetivo é fortalecer o sistema de inovação por meio de um estímulo à colaboração e à transferência tecnológica entre entidades académicas e empresariais, promovendo a criação de *spin-offs* com a marca UAc.

A participação no Projeto InnoVamos, financiado pelo Programa Interreg MAC, reforçou a posição da InUAc no ecossistema internacional de inovação, promovendo a criação de *spin-offs* e estimulando parcerias estratégicas entre academia e empresas.

Além disso, o envolvimento no Projeto EXPER, financiado pelo Horizonte Europa, proporcionou formação especializada aos colaboradores da InUAc, investigadores e parceiros regionais, promovendo a troca de boas práticas e o estabelecimento de redes com outras entidades de referência.

Reconhecendo a importância das conexões para o desenvolvimento sustentável, a InUAc reforçou as suas colaborações com entidades estratégicas, incluindo a Universidad Europea de Madrid (UEM), o Instituto Pedro Nunes (IPN), o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e a Agência Nacional de Investigação (ANI). A integração em novas redes e consórcios ampliou a visibilidade e o impacto das iniciativas da UAc.

A relevância do trabalho desenvolvido pela InUAc foi reconhecida com a nomeação da sua coordenadora para o Conselho para a Especialização Inteligente da RIS3 Açores, em representação da UAc, reforçando a sua contribuição estratégica no alinhamento das políticas regionais de inovação.

A participação ativa em eventos como o Lagoa Smart Summit, a Feira de Inovação e Desenvolvimento Local da Ribeira Grande e os encontros da MetaRedX destacou o papel da InUAc na promoção do empreendedorismo e da inovação na Região. As visitas de delegações internacionais, como a da Universidad Europea de Madrid, e de representantes empresariais, como a Az Apprio, reforçaram o posicionamento da UAc como um polo de inovação nos Açores.

As ações de incubação foram desenvolvidas de acordo com o Plano de Atividades, alinhadas com a estratégia da UAc de transformar o conhecimento académico em valor económico e social.

Desta forma, em 2024 a InUAc consolidou-se como um agente impulsionador do sistema de inovação nos Açores, promovendo a criação de valor através da transferência de conhecimento e do estímulo ao empreendedorismo. Este impacto reflete-se não só nos resultados alcançados, mas também na sua crescente integração em redes estratégicas, projetando a UAc como uma referência regional e internacional no domínio da inovação.



Figura 6.1 | Atividades desenvolvidas pela InUAc em 2024

7. Tecnologias de Informação e Comunicação

Durante o ano de 2024, a UAc manteve a sua estratégia de migração de plataformas críticas para a *cloud* e de reforço da infraestrutura interna, tendo como objetivo o apoio à comunidade académica. Entre as áreas prioritárias, destacam-se as melhorias na infraestrutura do centro de dados, nas redes de comunicação, na cibersegurança e no apoio aos laboratórios de informática.

No que diz respeito à transferência de serviços para a *cloud*, em 2024 foi realizada a migração do ERP Primavera para uma *cloud* privada da Altice e a migração dos sítios da UAc para a *cloud* da AWS, incluindo o novo sítio da Biblioteca. Estas ações aumentaram a disponibilidade e a robustez dos serviços oferecidos pela UAc, além de reduzirem os custos operacionais.

Relativamente às infraestruturas de comunicação, a largura de banda da rede privada que liga os polos de Angra do Heroísmo e Horta foi duplicada. Além disso, foram implementadas ligações de fibra ótica geridas diretamente pela UAc (fibra escura) entre as residências universitárias de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e os respetivos campi, substituindo conexões anteriores de menor capacidade e custo mais elevado. Adicionalmente, foi configurada uma rede virtual privada (VPN) entre o Okeanos e a infraestrutura *cloud* da Oracle (OCI) para suportar a utilização de computadores voltados para a análise de dados, fortalecendo assim a investigação conduzida naquele Instituto.

No campo da cibersegurança, foi ativada a autenticação multifator através do Azure da Microsoft, permitindo o acesso externo às plataformas *Edoclink* e *SITUA* sem necessidade de VPN. Foram ainda configurados limites nos grupos do Office 365 e nos sítios SharePoint para mitigar os impactos das novas políticas de armazenamento definidas pela Microsoft. Adicionalmente, foram implementadas políticas específicas para as contas administrativas do Active Directory (AD), protegendo-as contra ataques cibernéticos recorrentes. Por último, foi atualizada a firewall que protege a central de comunicações de voz sobre IP (sistema SBC).

No que se refere à modernização da infraestrutura de *hardware* do centro de dados da UAc, foi substituído o sistema de armazenamento de dados (*storage*), que estava obsoleto e é essencial para a infraestrutura de máquinas virtuais da instituição. Além disso, foi instalada uma plataforma de virtualização de computadores (VDI) para os laboratórios de informática, facilitando a configuração, instalação e manutenção dessas salas. Um projeto piloto encontra-se atualmente em fase de testes. Também foram adquiridas, instaladas e configuradas UPS para todos os bastidores do *campus* de Ponta Delgada, garantindo a continuidade operacional do sistema de comunicações em caso de falha de energia. No *campus* da Horta, a instalação de um novo virtualizador de *hardware* permitiu a descontinuação de servidores antigos.

Por fim, está em fase de adaptação uma nova infraestrutura para alojamento do centro de dados de Ponta Delgada. Esta estrutura proporcionará melhores condições térmicas e de segurança em comparação com as atuais instalações.

8. Protocolos e Acordos

Anualmente a UAc procede à assinatura de acordos de parceria com diversas entidades regionais, nacionais e internacionais com objetivos diversos no âmbito das atividades que se inscrevem na sua missão. Considerando que muitos dos protocolos assinados são plurianuais, os números denotam um crescimento global e progressivo do número de parcerias da UAc desde 2019.

São habitualmente em maior número os protocolos assinados com entidades regionais, desvelando a proximidade e colaboração frequente entre a UAc e um número alargado e diversificado de entidades sediadas nos Açores. Continua a ser expressivo e crescente o número de protocolos assinados com escolas da Região, em particular para o apoio à formação inicial de educadores de infância e professores do 1.º ciclo do Ensino Básico, e com hospitais e centros de saúde e bem-estar, fruto das parcerias estabelecidas no âmbito da formação ministrada na área da Saúde (Tabela 9.1).

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
Associações	1		6	4	4
Câmaras	1	1	1	1	4
Casas do Povo e Centros Sociais e Paroquiais					
Empresas	3	3	8	10	6
Escolas	5	7	14	17	19
Fundações	17	16	21	32	51
Governo	2	1	1	1	5
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar	5	8	5	12	8
Institutos	2	7	7	35	12
Outros	4	1	5	6	2
Total	9	5	6	6	18
Total	49	49	74	124	129

Tabela 8.1 | Total de Protocolos Regionais Assinados

O número de protocolos assinados a nível nacional registou um ligeiro decréscimo, mas mantendo números acima do registado em 2021 (Tabela 9.2). No que se refere protocolos internacionais, verifica-se um contínuo crescimento, na sua maioria com universidades (tabela 9.3).

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
Associações			2	3	
Empresas		4	5	7	2
Escolas				1	
Embaixadas	1	1	1	1	
Fundações	1	1	2	2	2
Governo					1
Hospitais e Centros de Saúde e Bem-Estar	3	2	2	2	4
Institutos		6	1	4	3
Universidades		2	6	9	4
Outros			6	4	5
Total	5	16	25	33	21

Tabela 8.2 | Total de Protocolos Nacionais Assinados

Ano	2020	2021	2022	2023	2024
Empresas					1
Escolas			1		
Institutos		1			1
Universidades	5	15	5	17	22
Outros	1	2	1	1	1
Total	6	18	7	18	24

Tabela 8.3 | Total de Protocolos Internacionais Assinados

O crescente número de protocolos estabelecidos com entidades regionais, nacionais e internacionais nas mais diferentes áreas, reflete a abertura da UAc ao exterior quer ao nível do ensino, quer ao nível da investigação e transferência de conhecimento.



**RELATO
FINANCEIRO**

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é um modelo de relato abrangente, que interliga três áreas fundamentais da contabilidade pública, nomeadamente, a financeira, a orçamental e a de gestão.

A contabilidade financeira regista as operações que afetam a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. É apurada numa base de acréscimo, permitindo a apresentação verdadeira e apropriada da situação financeira, das suas alterações, dos resultados e dos fluxos de caixa, bem como a obtenção de indicadores económicos e financeiros. As principais orientações para a sua elaboração encontram-se nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 1 a 25 do SNC-AP.

A contabilidade orçamental proporciona um registo da execução do orçamento e de eventuais alterações. Assenta na NCP 26 e nos classificadores orçamentais, permitindo o controlo dos créditos orçamentais, numa base de caixa na fase de orçamentação e de execução, e a obtenção de indicadores orçamentais.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das ações que contribuam para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. É apurada em base de acréscimo, ou seja, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e assenta na NCP 27, que dispõe que os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre avaliação de desempenho e avaliação por programas e sobre os custos, tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de gestão.

Neste enquadramento, o relato financeiro ou relatório de gestão que se apresenta contém a análise das demonstrações financeiras e da execução orçamental da UAc no ano de 2024, preparadas em conformidade com o SNC-AP, que se encontra implementado desde o exercício de 2018, contendo também a análise referente à contabilidade de gestão, implementada desde o ano de 2023.

Na leitura do relatório e dos indicadores económicos e financeiros apresentados, deve ter-se em consideração que a UAc está integrada no setor público administrativo e que, como tal, depende de financiamento do Orçamento do Estado (OE) e está subordinada aos princípios e às regras orçamentais aplicáveis ao setor das administrações públicas, sem prejuízo do regime de autonomia administrativa e financeira das instituições de ensino superior públicas. A análise constante do presente relatório reporta ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, sendo que todas as quantias monetárias nele constantes se encontram em euros, exceto quando expressamente indicada outra forma de apresentação.

1. Análise Financeira

A análise financeira que se segue procede à apreciação dos principais documentos de prestação de contas do ano de 2024 – o balanço e a demonstração de resultados – numa perspetiva de evolução das suas rubricas mais relevantes.

1.1 Balanço

A estrutura do balanço da UAc, à data de 31 de dezembro de 2024 e sua comparação com o final do ano de 2023, apresenta-se como se segue:

	<i>Milhares de Euros</i>				
	2024		2023		Δ 2024/23
	Quantia Líquida	Peso	Quantia Líquida	Peso %	
Ativo não corrente	45 006	74,5%	45 346	77,9%	-0,7%
Ativos fixos tangíveis	44 139	73,0%	44 480	76,4%	-0,8%
Ativos intangíveis	3	0,0%	3	0,0%	-0,6%
Participações financeiras	863	1,4%	863	1,5%	0,0%
Ativo corrente	15 443	25,5%	12 852	22,1%	20,2%
Inventários	78	0,1%	79	0,1%	-0,8%
Devedores por transferências e subsídios	0	0,0%	0	0,0%	-
Clientes, contribuintes e utentes	2 043	3,4%	2 032	3,5%	0,6%
Estado e outros entes públicos	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras contas a receber	482	0,8%	629	1,1%	-23,3%
Diferimentos	118	0,2%	53	0,1%	124,7%
Caixa e depósitos	12 720	21,0%	10 060	17,3%	26,4%
Total do ativo	60 449	100,0%	58 198	100,0%	3,9%
Património líquido	48 024	79,4%	45 326	77,9%	6,0%
Património/Capital	6 901	11,4%	6 901	11,9%	0,0%
Resultados transitados	-4 175	-6,9%	-6 722	-11,6%	-37,9%
Outras variações no património líquido	42 229	69,9%	42 599	73,2%	-0,9%
Resultado líquido do período	3 069	5,1%	2 547	4,4%	20,5%
Passivo não corrente	3 976	6,6%	3 513	6,0%	13,2%
Provisões	1 765	2,9%	1 750	3,0%	0,9%
Diferimentos	2 211	3,7%	1 763	3,0%	25,4%
Passivo corrente	8 448	14,0%	9 359	16,1%	-9,7%
Credores por transferências e subsídios concedidos	140	0,2%	148	0,3%	-5,2%
Fornecedores	112	0,2%	76	0,1%	46,7%
Estado e outros entes públicos	47	0,1%	29	0,0%	62,6%
Financiamentos obtidos	0	0,0%	0	0,0%	-
Fornecedores de investimentos	47	0,1%	7	0,0%	598,3%
Outras contas a pagar	3 629	6,0%	3 300	5,7%	10,0%
Diferimentos	4 474	7,4%	5 800	10,0%	-22,9%
Total património líquido e passivo	60 449	100,0%	58 198	100,0%	3,9%

Tabela 1 | Estrutura do Balanço de 2024 e 2023

Em termos de composição global do balanço da Universidade, à data de 31 de dezembro de 2024, destaca-se:

- o aumento de 3,9% no total do balanço, face ao ano antecedente;
- o aumento do património líquido em 6%, derivado do resultado líquido do exercício do ano de 2024;
- o aumento (6%, em 2023, para 6,6%, em 2024) do peso proporcional do passivo não corrente no total do balanço, face ao valor registado em diferimentos;
- um aumento de 26,4% nas disponibilidades, face ao saldo transitado para a gerência seguinte.

Na figura seguinte, apresenta-se uma análise da estrutura resumida do balanço, tomando em consideração apenas os grandes agregados.

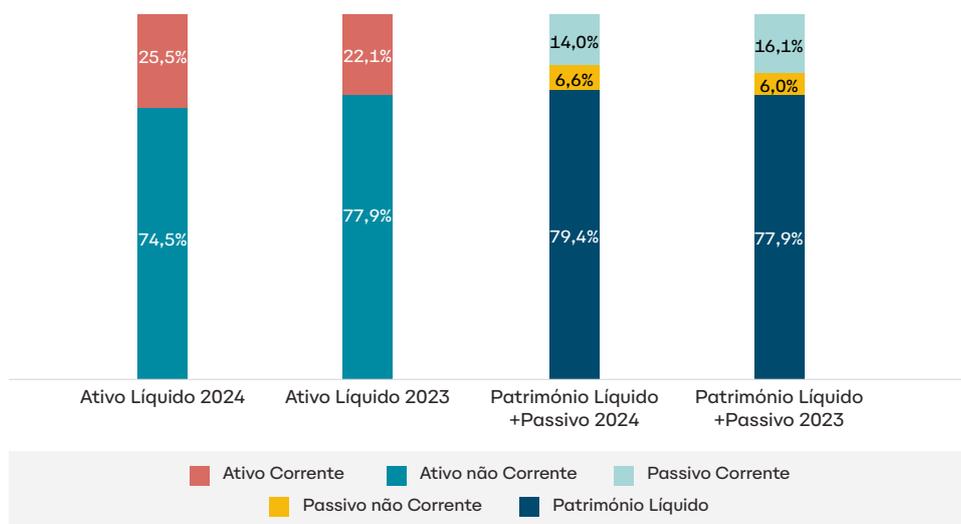


Figura 1 | Estrutura de Capitais e de Financiamento de 2024 e 2023

Esta estrutura de capitais, apesar da necessária interpretação cautelosa, tendo em consideração a natureza pública da UAc, revela uma evolução positiva, tendo em conta que, atualmente, se verifica um equilíbrio entre o património líquido e o ativo não corrente.

1.1.1 Ativo

O ativo líquido ascendia a 60.449 milhares de euros no final de 2024, registando um aumento de 3,9%, face ao ano anterior. O ativo não corrente representa 74,5% do total do ativo líquido. A principal rubrica do ativo líquido é composta pelos “Ativos fixos tangíveis”, que representam 73,0% do ativo líquido, seguida dos saldos de “Caixa e depósitos”, que representa 21,0% do ativo líquido, e pelas dívidas de “Clientes, contribuintes e utentes”, que representa 3,4% do ativo líquido.

Em 2024, o valor dos “Ativos fixos tangíveis” foi 0,8% inferior ao valor de 2023, sendo explicado pelo facto de o valor do investimento realizado ter sido ligeiramente inferior ao das amortizações do exercício. Na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” encontram-se os edifícios, os terrenos, o equipamento básico, administrativo, de transporte, outros ativos e ativos fixos tangíveis em curso.

Relativamente aos valores disponíveis em “Caixa e depósitos”, incluem-se as verbas aplicadas em certificados especiais de dívida de curto prazo (CEDIC), no montante de 12.510 milhares de euros, em cumprimento do artigo 90.º do Decreto-lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro. Os saldos de “Caixa e depósitos” registaram um aumento significativo face ao ano anterior, na ordem dos 26,4%, embora a maior parte destes saldos corresponda a verbas consignadas a projetos e programas financiados pela União Europeia (UE), ou outras entidades públicas e privadas, bem como verbas do PRR recebidas a título de adiantamento para a construção das Residências Universitárias e, por isso, não disponíveis para a gestão corrente da UAc.

O saldo de “Clientes, contribuintes e utentes” no final do ano de 2024, no montante de 2.043 milhares de euros, aumentou 0,6% face ao ano de 2023 e é essencialmente composto por propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2024/2025, no montante de 1.872 milhares de euros.

Encontram-se registados em cobrança duvidosa 623 milhares de euros, dos quais 46 milhares de euros se referem a clientes e 577 milhares de euros dizem respeito a utentes.

Existe imparidade constituída para a totalidade dos clientes e utentes em cobrança duvidosa. No ano de 2024, existem 482 milhares de euros em “Outras contas a receber”, sendo a sua maior parte referente a valores em atraso da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), relativos aos apoios à contratação de doutorados e ao emprego científico.

A este propósito, refira-se que, à data do fecho de contas, a FCT continuava sem efetuar o pagamento devido, o que em muito penaliza a UAc, pois teve de suportar nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, com receitas próprias, os custos com investigadores integrados ao abrigo do PREVPAP, sem a compensação da FCT prevista contratualmente.

1.1.2 Património Líquido e Passivo

O “Património líquido”, que representa 79,4% do balanço, registou um aumento do peso relativo, bem como um aumento do valor absoluto de 2,7 milhões de euros.

A principal componente do património líquido são os subsídios ao investimento recebidos, constantes da rubrica “Outras variações no património líquido”, que, no final de 2024, ascendiam a 42.229 milhares de euros, mas cuja imputação ocorrerá em anos seguintes, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Estes subsídios ao investimento são imputados anualmente na mesma proporção da depreciação/amortização dos respetivos investimentos, compensando-se nessa proporção o efeito de ambos nos resultados do ano.

No que concerne ao passivo, as rubricas com valores mais relevantes são os “Diferimentos”, as “Outras contas a pagar” e as “Provisões”.

Os “Diferimentos”, com o valor de 6.684 milhares de euros, representam 11,1% do passivo e património líquido (7,6% em 2023), e correspondem a rendimentos a reconhecer em anos seguintes, relativos:

- a receitas consignadas de projetos, no montante de 2.231 milhares de euros (2.558 milhares de euros em 2023);
- ao adiantamento de 20%, recebido em 2023, da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação, no montante total de 1.763 milhares de euros, relativo aos contrato-programa de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), apoiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), destinados à construção das residências universitárias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;
- à verba recebida da Fundação Gaspar Frutuoso (FGF), no montante de 348 milhares de euros, destinada a cofinanciar a construção das residências universitárias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta;
- ao montante de 100 milhares de euros, recebido da Câmara Municipal da Horta, para cofinanciamento da construção da residência universitária da Horta;
- às propinas, no montante de 1.807 milhares de euros (1.602 milhares de euros em 2023);
- à verba recebida da Fundação Gaspar Frutuoso (FGF) em dezembro de 2019, destinada a suportar encargos com a contratação de docentes ao abrigo de concursos internacionais em curso, com saldo de 140 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024;
- à verba recebida do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), destinada a suportar encargos com a contratação de doutorados, com saldo de 295 milhares de euros em 31 de dezembro de 2024.

As “Outras contas a pagar”, que representam 6,0% do passivo e património líquido (5,7% em 2023), correspondem, na sua quase totalidade, às remunerações de férias e subsídios de férias a pagar no ano de 2025 (3.035 milhares de euros), cujo direito foi adquirido em 2024.

Quanto às “Provisões”, no montante de 1.765 milhares de euros, representam 2,9% do total do passivo e património líquido (3,0% em 2023) e dizem respeito a provisões para processos judiciais em curso, para acidentes de trabalho e doenças profissionais e outras provisões.

1.2 Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados da UAc referente ao ano de 2024 e a respetiva comparação com o ano anterior, apresenta-se no quadro seguinte:

	<i>Milhares de Euros</i>			
			Δ 2024/23	
	2024	2023	Absoluta	%
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 980	2 697	283	10,5%
Vendas e Prestações de serviços	693	690	2	0,3%
Transferências correntes e sub. expl. obtidos	26 477	25 026	1 450	5,8%
Custos das merc. Vend. e matérias consumidas	-40	-42	2	-4,8%
Fornecimentos e serviços externos	-3 666	-2 633	-1 033	39,2%
Gastos com pessoal	-22 760	-22 058	-702	3,2%
Transferências e subsídios concedidos	-502	-516	15	-2,8%
Imparidades (perdas/reversões)	3	-108	111	-102,9%
Provisões (aumentos/reduções)	-66	-344	277	-80,7%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0	-
Outros rendimentos e gastos	939	871	68	7,8%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	4 059	3 584	475	13,2%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 101	-1 037	-64	6,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 958	2 547	410	16,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	111	0	111	-
Juros e gastos similares suportados	0	0	0	-
Resultados antes de impostos	3 069	2 547	521	20,5%
Imposto sobre o rendimento	0	0	0	-
Resultados líquido do período	3 069	2 547	521	20,5%

Tabela 2 | Rendimentos e Gastos de 2024 e 2023

1.2.1 Rendimentos e Ganhos

Em 2024, as rubricas mais significativas, que representaram 97,4% (30.397 milhares de euros) do total de rendimentos e ganhos obtidos, foram:

- as “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, no valor de 26.477 milhares de euros, que se referem, na sua maior parte, a transferências do OE, tendo registado um aumento de 5,8%, face ao ano de 2023;
- os “Impostos de taxas (propinas e taxas)”, no valor de 2.980 milhares de euros, referente, na sua maior parte, à receita de propinas, que registaram um aumento de 10,5%, face ao ano anterior.

Quanto aos “Outros rendimentos e gastos”, estes apresentaram um aumento de 7,8%, face ao ano transato, e assumem o valor líquido de 939 milhares de euros, sendo apurados pela diferença entre os “Outros rendimentos” (1.118 milhares de euros) e os “Outros gastos” (179 milhares de euros). Ao nível dos “outros rendimentos”, o valor é composto, sobretudo, pelas receitas com imputação de subsídios ao investimento, no montante de 1.005 milhares de euros, em 2024.

Uma nota especial para “Juros e rendimentos similares obtidos” relativos aos juros obtidos com as aplicações de tesouraria CEDIC durante o ano de 2024.

O detalhe destas rubricas será aprofundado na análise orçamental.

1.2.2 Gastos e Perdas

Em 2024, as rubricas mais significativas, que representaram 93,9% (26.426 milhares de euros) do total dos gastos e perdas suportados, foram os gastos com o pessoal e os fornecimentos e serviços externos.

Quanto aos gastos com o pessoal, no valor de 22.760 milhares de euros, detalham-se como se segue:

	<i>Euros</i>			
	2024	2023	Δ 2024/23	
			Absoluta	%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	498 946	500 458	-1 512	-0,3%
Remunerações certas e permanentes	491 686	497 524	-5 838	-1,2%
Abonos variáveis ou eventuais	7 260	2 934	4 326	147,5%
Remunerações certas e permanentes	17 695 320	17 318 239	377 081	2,2%
Remunerações certas e permanentes	17 458 560	17 142 153	316 407	1,8%
Abonos variáveis ou eventuais	236 760	176 086	60 674	34,5%
Indemnizações	238 817	50 433	188 384	373,5%
Encargos sobre remunerações	4 245 587	4 111 580	134 007	3,3%
Caixa Geral de Aposentações	3 050 955	3 049 180	1 775	0,1%
Segurança Social	1 194 632	1 062 400	132 232	12,4%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 879	15 388	-9 509	-61,8%
Outros gastos com o pessoal	2 196	2 160	36	1,7%
Outros encargos sociais	72 979	59 591	13 387	22,5%
Gastos com Pessoal	22 759 725	22 057 849	701 875	3,2%

Tabela 3 | Gastos com Pessoal de 2024 e 2023

Os gastos com o pessoal registaram um aumento de 3,2%, de 2023 para 2024, representando um crescimento nos custos de 702 milhares de euros. As remunerações certas e permanentes e os encargos sobre remunerações são responsáveis pela quase totalidade deste aumento.

O detalhe do aumento nos gastos com o pessoal em 2024 será apresentado na análise orçamental.

Segue-se quadro com alguns indicadores relativos aos recursos humanos:

	Milhares de Euros			
	2024	2023	Δ 2024/23	
			Absoluta	%
Gastos com pessoal/(Propinas + Vendas + Transf. correntes)	75,5%	77,6%		
Gasto médio por empregado (em milhares de euros)	46 401,1	45 574,1	827,0	1,8%
Número médio de empregados	491	484		
Número de empregados no final do ano	497	484		

Tabela 4 | Indicadores de Recursos Humanos de 2024 e 2023

O peso dos gastos com o pessoal no ano de 2024 representou 75,5% das receitas da UAc, sendo menor do que em 2023 devido ao aumento da receita. O gasto médio por colaborador aumentou 1,8%, face ao ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2024 existiam 497 colaboradores na UAc, mais 13 do que no final do ano de 2023.

Durante o ano de 2024 registaram-se os seguintes movimentos de pessoal com vínculo permanente à instituição:

- Saídas de pessoal permanente da UAc:
 - o 20 aposentações, sendo 3 Professores Auxiliares, 1 Professor Adjunto, 1 Professor Associado, 1 Professor Coordenador, 1 Investigador Auxiliar, 1 Investigador Principal, 4 Assistentes Técnicos, 1 Coordenador Técnico, 7 Assistentes Operacionais.
 - o 2 falecimentos de Assistentes Técnicos;
 - o 1 licença sem remuneração de Assistente Técnico;
 - o 1 saída por consolidação de Mobilidade de 1 Coordenador Técnico;
 - o 1 constituição de nova Mobilidade de 1 Técnico Superior.
- Entradas de pessoal permanente da UAc:
 - o 14 contratos a título permanente, dos quais 7 contratos como Professor Auxiliar, 1 Professor Associado, 3 Técnicos Superiores, 2 Assistentes Técnicos e 1 Assistente Operacional.

Relativamente a pessoal contratado a termo certo e a tempo integral, durante o ano de 2024 celebraram-se 23 contratos, dos quais: 1 Investigador Júnior, 2 Investigadores Auxiliares, 5 Investigadores Auxiliares Convidados, 5 Professores Adjuntos Convidados, 7 Técnicos Superiores e 3 Leitores.

No ano de 2024 registou-se também uma entrada por constituição de uma nova mobilidade de técnico superior.

Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, representaram, em 2024, o montante de 3.666 milhares de euros e foram relativos às seguintes rubricas:

Euros

	Δ 2024/23			
	2024	2023	Absoluta	%
Subcontratos e parcerias	775	3 539	-2 764	-78,1%
Serviços de alojamento e de restauração	775	3 539	-2 764	-78,1%
Serviços especializados	1 635 042	962 664	672 378	69,8%
Trabalhos especializados	488 008	194 782	293 226	150,5%
Publicidade, comunicação e imagem	13 800	14 495	-695	-4,8%
Vigilância e segurança	196 384	211 487	-15 103	-7,1%
Honorários	341 421	323 976	17 444	5,4%
Conservação e reparação	594 840	214 733	380 106	177,0%
Outros serviços especializados	589	3 190	-2 601	-81,5%
Materiais de consumo	351 272	271 869	79 402	29,2%
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 831	3 613	-782	-21,7%
Livros e documentação técnica	2 362	6 729	-4 367	-64,9%
Material de escritório	28 171	21 119	7 052	33,4%
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	35 948	27 007	8 941	33,1%
Material de educação, cultura e recreio	12 122	1 709	10 414	609,4%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	3 363	2 990	373	12,5%
Produtos químicos e de laboratórios	79 789	54 241	25 547	47,1%
Outros materiais	186 685	154 460	32 225	20,9%
Energia e fluidos	358 489	474 124	-115 634	-24,4%
Eletricidade	292 918	396 101	-103 183	-26,0%
Combustíveis e lubrificantes	8 320	8 133	187	2,3%
Água	56 427	68 736	-12 309	-17,9%
Outros	824	1 153	-330	-28,6%
Deslocações, estadas e transportes	430 812	375 895	54 917	14,6%
Deslocações e estadas	428 222	375 521	52 701	14,0%
Transportes de pessoal	0	135	-135	-100,0%
Transporte de mercadorias e outros bens	2 591	240	2 351	981,2%
Serviços diversos	889 451	545 009	344 442	63,2%
Rendas e alugueres	9 364	9 145	219	2,4%
Comunicação	18 487	15 564	2 923	18,8%
Seguros	16 099	13 151	2 947	22,4%
Contencioso e notariado	0	0	0	-
Limpeza, higiene e conforto	9	434	-426	-98,0%
Outros serviços	845 494	506 715	338 779	66,9%
Fornecimentos e serviços externos	3 665 841	2 633 100	1 032 742	39,2%

Tabela 5 | Fornecimentos e Serviços Externos de 2024 e 2023

Face ao ano de 2023, os fornecimentos e serviços externos aumentaram 1.033 milhares de euros, revelando um crescimento de 39,2%.

A análise detalhada ao aumento dos gastos nas rubricas de fornecimentos e serviços externos será efetuada no capítulo dedicado à área orçamental. Não obstante, pode referir-se que, em 2024, houve um aumento generalizado nos gastos com fornecimentos e serviços externos, sendo de destacar o maior aumento, quer em valor absoluto, quer em valor relativo, ao nível da “Conservação e reparação”, seguido do aumento no custo dos “Outros serviços. Os “Trabalhos especializados” também registaram um aumento relevante.

No primeiro caso, o aumento de 177% (380 milhares de euros) incidiu, fundamentalmente, num conjunto de intervenções inadiáveis de diversa índole, como intervenções nas infraestruturas e manutenção de equipamentos.

A contratação em regime de tarefa, por conta de projetos, impactou significativamente no aumento dos gastos com trabalhos especializados, que cresceram 150,5% (293 milhares de euros) quando comparados com os do ano anterior.

Quanto aos outros serviços, podem ser destacados os gastos com o licenciamento, aquisição ou atualização de ferramentas de natureza informática, como as licenças da Microsoft, NONIO, SPSS e *software* de deteção de plágio.

1.2.3 Resultados

No ano de 2024, os resultados da UAc foram sobretudo influenciados:

- Positivamente, em especial pelo aumento das “Transferências correntes e subsídios exploração obtidos”, que cresceram 1.450 milhares de euros, ou seja, mais 5,8%, cujo maior detalhe se apresenta na análise orçamental;
- Negativamente, em especial pelo aumento dos “Fornecimentos e serviços externos” e dos “Gastos com o pessoal”, cujo maior detalhe se apresenta na análise orçamental.

Em função dos rendimentos e ganhos obtidos e dos gastos e perdas suportados, os resultados do período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2024 são os que se apresentam no quadro seguinte:

	Euros			
	2024	2023	Δ 2024/23	
			Absoluta	%
EBITDA ⁽⁴⁾ ou Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações	4 128 220	4 035 460	92 760	2,3%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	4 058 653	3 584 124	474 529	13,2%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	2 957 767	2 547 316	410 451	16,1%
Resultados antes de impostos	3 068 501	2 547 353	521 148	20,5%
Resultado líquido do período	3 068 501	2 547 353	521 148	20,5%

Tabela 6 | Resultados de 2024 e 2023

No ano de 2024, a evolução dos resultados foi positiva, tendo o Resultado líquido do exercício, em base SNC-AP, sido de 3.068.501 euros, revelando um crescimento de 521 milhares de euros face ao ano de 2023, o que representa um crescimento de 20,5%.

2. Análise Orçamental

As demonstrações orçamentais que se apresentam e que seguidamente se analisam, evidenciam, com detalhe, a previsão e execução, durante o ano de 2024, das diversas rubricas do orçamento da UAc.

No ano de 2024, efetivaram-se alguns contratos que não se encontravam orçamentados e que tiveram um impacto muito significativo ao nível do desempenho orçamental da instituição, sendo de destacar, desde logo:

- a celebração de protocolo com a FGF para cofinanciamento da construção das residências universitárias de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, no montante de 348 milhares de euros;
- a celebração de contrato com a FCT no âmbito do programa de contratação de doutorados, no montante de 295 milhares de euros.

2.1 Desempenho Orçamental

A conta de gerência relativa a 31 de dezembro de 2024 apresentou o valor global de 40.898 milhares de euros, conforme o seguinte mapa de fluxos:

Fluxos de Recebimentos		Fluxos de Pagamentos	
1. Saldo da gerência anterior		3. Pagamentos na gerência	
De dotações orçamentais (OE)	5 337 581,84	De dotações orçamentais (OE)	121 700 234,97
Da União Europeia (UE)	2 007 030,65	Da União Europeia (UE)	1 525 287,98
De receitas próprias	2 380 792,23	De receitas próprias	4 699 050,04
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	334 154,15	Fundos alheios (operações tesouraria)	253 146,37
	10 059 558,87		28 177 719,36
2. Recebimentos na gerência		4. Saldo para a gerência seguinte (1+2-3)	
De dotações orçamentais (OE)	22 043 240,41	De dotações orçamentais (OE)	5 680 587,28
Da União Europeia (UE)	2 308 851,56	Da União Europeia (UE)	2 790 594,23
De receitas próprias	5 932 683,23	De receitas próprias	3 614 425,42
De Investimentos do plano	0,00	De Investimentos do plano	0,00
Fundos alheios (operações tesouraria)	553 696,59	Fundos alheios (operações tesouraria)	634 704,37
	30 838 471,79		12 720 311,30
Total	40 898 030,66	Total	40 898 030,66

Tabela 7 | Recebimentos e Pagamentos e Saldos de Gerência de 2024 (em euros)

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo resultante da execução orçamental foi de 12.720 milhares de euros (10.060 milhares de euros, no final do ano económico de 2023), destacando-se:

- o montante de 5.681 milhares de euros de dotações orçamentais com origem no OE, derivadas, sobretudo, dos recebimentos no final do ano de 2024, bem como das verbas adiantadas, em 2023, e ainda não executadas, do PRR/PNAES (1.763 milhares de euros) e do contrato programa celebrado com a DGES em dezembro de 2023 (1.064 milhares de euros);
- o montante de 3.614 milhares de euros referentes a receitas próprias consignadas a projetos, bem como a verbas do Governo Regional dos Açores para desenvolvimento de projetos e outras receitas próprias da UAc;
- o montante de 2.791 milhares de euros de receitas da União Europeia, consignadas a projetos de investigação e programas de mobilidade; e
- o montante de 635 milhares de euros de operações de tesouraria, referentes a projetos PRR, cuja classificação nesta rubrica é determinada pela DGO (Direção-Geral do Orçamento), e por cauções pagas ao Governo Regional dos Açores, no âmbito de contratos de prestações de serviços a realizar pela UAc.

Se forem expurgadas as receitas que não fazem parte da dotação orçamental base da UAc e que influenciam os seus diversos indicadores orçamentais, verifica-se que a atividade da instituição continua a ser fortemente condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo OE, que são estruturalmente insuficientes para pagamento da totalidade das despesas com o pessoal (cobertura na ordem dos 88,8%).

O atraso recorrente no cumprimento das obrigações da FCT, como os compromissos ao abrigo do contrato-programa do PREVPAP e do emprego científico, para além do atraso no pagamento de propinas de doutoramento e de reembolsos de pedidos de pagamento, são fatores que condicionam a gestão financeira da UAc e obrigam a dispor de recursos próprios para suportar despesas durante longos períodos.

Embora a capacidade de investimento da UAc continue relativamente limitada, foi possível, em 2024, dar continuidade a algumas intervenções de manutenção e conservação de infraestruturas adiadas há algum tempo, designadamente:

Polo de Ponta Delgada

- Remodelação da sala de aula localizada por cima do SVTIC, aumentado a sua capacidade para 60 estudantes;
- Aquisição de aparelhos de ar condicionado para salas de aula;
- Instalação de redes, telas e vídeo projetores para salas de aula e de videoconferência;
- Substituição progressiva da iluminação para sistemas LED mais eficientes energeticamente;
- Remodelação progressiva da iluminação exterior do *campus* com substituição de postes de betão;
- Remodelação progressiva nas infraestruturas de videovigilância, incluindo vídeo porteiro;
- Remodelação de espaço para instalação de Data Center;
- Manutenção das coberturas dos Edifícios do Complexo Científico, da Biblioteca e do Pavilhão Desportivo;
- Remoção de amianto na entrada do Edifício da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas;

- Conservação exterior do Edifício da Reitoria;
- Trabalhos de Pintura na Faculdade de Economia e Gestão, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Reitoria, Aula Magna e Complexo Científico;
- Manutenções nas áreas de carpintaria e canalização em todos os edifícios;
- Remodelação das copas localizadas nos Edifícios da Escola Superior de Saúde e Extensão da Reitoria;
- Repavimentação de arruamento envolvente à Escola Superior de Saúde e Edifício da Administração;
- Manutenção de oito elevadores nos vários edifícios do *campus*.

Polo de Angra do Heroísmo

- Reparações e pinturas no novo laboratório da Escola Superior de Saúde de Angra do Heroísmo;
- Montagem de Câmaras de videovigilância;
- Pintura exterior do Complexo Pedagógico onde decorrem a maior parte das aulas ministradas no *campus*;
- Aquisição e montagem de novo aparelho de ar condicionado para equipar o auditório do Complexo Pedagógico;
- Reparação progressiva das *hotes* do Edifício Interdepartamental.

Polo da Horta

- Pintura exterior do edifício Walter Bensaúde;
- Pintura exterior das casas 1 a 6 do Bloco B, Bairro do Horteco.

O quadro seguinte sintetiza os indicadores gerais do desempenho orçamental do ano findo em 31 de dezembro de 2024.

	2024	2023	Euros	
			Absoluta	Relativa
Orçamento Inicial	26 827 921	27 501 811	-673 890	-2,5%
Orçamento Corrigido	40 487 820	37 681 337	2 806 483	7,4%
Δ Orç. Corrigido/Inicial	50,9%	37,0%		
Receita Cobrada	40 010 180	35 639 395	4 370 785	12,3%
Despesa Paga	27 924 573	25 913 991	2 010 582	7,8%
Saldo de Gerência	12 085 607	9 725 405	2 360 202	24,3%
Grau Execução Receita	98,8%	94,6%		4,5%
Grau Execução Despesa	69,0%	68,8%		0,3%
Orçamento do Estado (OE) (corrigido)	20 319 184	22 132 388	-1 813 204	-8,2%
Peso Financiamento do Estado	50,2%	58,7%		-14,6%

Tabela 8 | Principais Indicadores Orçamentais

2.2 Alterações Orçamentais

As alterações ao orçamento inicialmente aprovado para 2024 resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 9.725 milhares de euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Administração Central não previstas em orçamento, no valor de 15 mil euros, relativos à 2.ª tranche do financiamento complementar de refeições (artigo 129.º da LOE 2024) e 442 mil euros relativos ao financiamento para compensação das medidas legislativas;
- receitas, não previstas em orçamento, para aplicação em projetos e prestações de serviços, no montante de, respetivamente, 1.612 e 1.159 milhares de euros;
- receitas com origem no PRR, não previstas em orçamento, no montante de 65 mil euros;
- transferência da FGF, no montante de 348 mil euros, no âmbito do protocolo de cofinanciamento das novas residências universitárias;
- receita por conta do programa de contratação de doutorados para a carreira de investigação científica, no montante de 295 mil euros.

O quadro seguinte apresenta o resumo das alterações orçamentais ocorridas em 2024.

	FF 311	FF 31B	FF 313	FF 316	FF 319	FF 422	FF 482	FF 483	FF 488	FF 513	FF 522	FF 541	Total
	OE	OE Residências	Saldo Gerência	Saldo Gerência	FCT	UE Projetos	UE Erasmus	PRR	Saldo Gerência	Receitas Próprias	Saldo Gerência RP + Tran. AP	Tran. AP	
Orçamento Inicial	19 566 947				1 213 574		1 226 520	62 500		3 063 500		1 694 880	26 827 921
Financiamento complementar refeições 2024 – Artigo 129.º LOE-2024 (2ª Tranche)	14 923												14 923
Despesas com pessoal	14 923												14 923
Financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas	441 936												441 936
Despesas com pessoal	441 936												441 936
Integração do saldo de gerência		1 763 370	3 002 628	571 585					2 007 031		2 380 794		9 725 408
Aquisição de bens e serviços		676 115		135 075					1 044 272		1 053 868		2 909 330
Despesas com pessoal			752 628	428 722					504 466		1 052 181		2 737 997
Despesas de capital		1 087 255		5 280					519		191 659		1 284 713
Outras despesas correntes			2 250 000	1 227					1 284		16 687		2 269 198
Transferências correntes				1 281					456 490		66 399		524 170
Montante superior ao previsto na elaboração do orçamento										1 158 653			1 158 653
Aquisição de bens e serviços										165 261			165 261
Despesas com pessoal										543 635			543 635
Despesas de capital										368 459			368 459
Outras despesas correntes										251			251
Transferências correntes										81 047			81 047
Projetos não previstos em orçamento					598 733	162 435	838 772					11 725	1 611 665
Aquisição de bens e serviços					302 206	162 435	559 807					11 725	1 036 173
Despesas com pessoal					296 527								296 527
Transferências correntes							278 965						278 965
Projetos PRR								64 398					64 398
Aquisição de bens e serviços								37 042					37 042
Despesas com pessoal								27 356					27 356
Protocolo FGF para construção das residências												347 538	347 538
Despesas de capital												347 538	347 538
Programa de Contratação Doutorados	295 378												295 378
Despesas com pessoal	295 378												295 378
Total de alterações orçamentais	752 237	1 763 370	3 002 628	571 585	598 733	162 435	838 772	64 398	2 007 031	1 158 653	2 380 794	359 263	13 300 636
Orçamento Corrigido	20 319 184	1 763 370	3 002 628	571 585	1 812 307	162 435	2 065 292	126 898	2 007 031	4 222 153	2 380 794	2 054 143	40 487 820

⁽¹⁾As diferenças para os saldos indicados no Quadro 8 devem-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais.

Em consequência das alterações orçamentais referidas, o orçamento corrigido da receita ascendeu a 40.488 milhares de euros, mais 50,09% do que o orçamento inicial aprovado, conforme se discrimina no quadro seguinte.

Classificação Económica	2024		Euros	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido/Inicial	
			Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	2 753 750	3 270 710	516 960	18,8%
5 Rendimentos de propriedades	0	110 734	110 734	-
6 Transferências correntes	22 637 647	24 841 460	2 203 813	9,7%
7 Vendas de bens e serviços correntes	297 400	733 978	436 578	146,8%
8 Outras receitas correntes	40 300	49 032	8 732	21,7%
Total das receitas correntes	25 729 097	29 005 914	3 276 817	12,7%
9 Venda de bens de investimento	0	847	847	-
10 Transferências de capital	1 094 824	1 746 337	651 513	59,5%
15 Reposições não abatidas	4 000	9 314	5 314	132,9%
16 Saldo da gerência anterior	0	9 725 408	9 725 408	-
Total das receitas de capital	1 098 824	11 481 906	10 383 082	944,9%
Total	26 827 921	40 487 820	13 659 899	50,9%

Tabela 10 | Orçamento da Receita: Inicial vs. Corrigido

Face ao ano anterior, o orçamento corrigido da receita de 2024 teve um aumento de 7,4%, conforme decomposição que se apresenta no quadro seguinte.

Classificação Económica	2024		2023		Euros	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido			
			Absoluta	Relativa		
4 Taxas, multas e outras penalidades	3 270 710	2 787 949	482 761	17,3%		
5 Rendimentos de propriedades	110 734	4 422	106 312	2404,2%		
6 Transferências correntes	24 841 460	26 061 132	-1 219 672	-4,7%		
7 Vendas de bens e serviços correntes	733 978	468 213	265 765	56,8%		
8 Outras receitas correntes	49 032	885 591	-836 559	-94,5%		
Total das receitas correntes	29 005 914	30 207 307	-1 201 393	-4,0%		
9 Venda de bens de investimento	847	0	847	-		
10 Transferências de capital	1 746 337	2 952 673	-1 206 336	-40,9%		
15 Reposições não abatidas	9 314	27 836	-18 522	-66,5%		
16 Saldo da gerência anterior	9 725 408	4 493 521	5 231 887	116,4%		
Total das receitas de capital	11 481 906	7 474 030	4 007 029	53,6%		
Total	40 487 820	37 681 337	2 805 636	7,4%		

Tabela 11 | Orçamento da Receita:
Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

A variação, em termos absolutos, mais expressiva foi registada nas transferências correntes, -1.220 milhares de euros, decorrente do facto de, em 2023, ter-se verificado um adiantamento, por conta de 2024, de 1.500 milhares de euros no âmbito do contrato programa celebrado com a DGES e outras 5 entidades.

Por sua vez, a variação positiva de 50,09% do orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, ocorreu, em termos absolutos, essencialmente nas despesas correntes (mais 11.304 milhares de euros), em especial na aquisição de bens e serviços correntes, motivada, na sua maior parte, pela integração do saldo de gerência de 2023.

Classificação Económica	2024		Euros	
	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido/Inicial	
			Absoluta	Relativa
1 Despesas com o pessoal	22 327 082	25 809 227	3 482 145	15,6%
2 Aquisição de bens e serviços	2 984 015	7 795 818	4 811 803	161,3%
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-
4 Transferências correntes	511 602	1 326 282	814 680	159,2%
6 Outras despesas correntes	98 000	2 293 678	2 195 678	2240,5%
Total das despesas correntes	25 920 699	37 225 005	11 304 306	43,6%
7 Aquisição de bens de capital	907 222	3 262 815	2 355 593	259,6%
9 Ativos Financeiros	0	0	0	-
10 Passivos financeiros	0	0	0	-
Total das despesas de capital	907 222	3 262 815	2 355 593	259,6%
Total	26 827 921	40 487 820	13 659 899	50,9%

Tabela 12 | Orçamento da Despesa: Inicial vs. Corrigido

Também ao nível da variação no orçamento corrigido da despesa global, face ao orçamento inicial aprovado, destaca-se o valor das despesas com o pessoal, decorrentes dos reforços orçamentais recebidos pela UAc, pois, pelo facto de terem proveniência na fonte de financiamento de receitas de impostos (OE), têm de ser alocadas a estas despesas no momento da sua classificação inicial.

No que concerne à variação ao nível da aquisição de bens de capital, o aumento registado deriva do recebimento, sobretudo, de verbas destinadas à construção das novas residências universitárias.

Classificação Económica	2024		2023		Euros	
	Orçamento Corrigido	Orçamento Corrigido	Δ Orç. Corrigido 2024/23			
			Absoluta	Relativa		
1 Despesas com o pessoal	25 809 227	27 324 804	-1 515 577	-5,5%		
2 Aquisição de bens e serviços	7 795 818	7 169 326	626 492	8,7%		
3 Juros e outros encargos	0	0	0	-		
4 Transferências correntes	1 326 282	1 116 207	210 075	18,8%		
6 Outras despesas correntes	2 293 678	253 160	2 040 518	806,0%		
Total das despesas correntes	37 225 005	35 863 497	1 361 508	3,8%		
7 Aquisição de bens de capital	3 262 815	1 817 540	1 445 275	79,5%		
9 Ativos Financeiros	0	300	-300	-100,0%		
10 Passivos financeiros	0	0	0	-		
Total das despesas de capital	3 262 815	1 817 840	1 444 975	79,5%		
Total	40 487 820	37 681 337	2 806 483	7,4%		

Tabela 13 | Orçamento da Despesa:
Comparação do Orçamento Corrigido com Ano Anterior

2.3 Execução Orçamental da Receita

2.3.1 Grau de Execução da Receita

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da receita, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Euros

Classificação Económica	2024			2023			Δ Rec. Cobrada 2024/23	
	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Receita Cobrada	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
4 Taxas, multas e outras penalidades	3 270 710	3 176 328	97,1%	2 787 949	2 612 899	93,7%	563 428	21,6%
5 Rendimentos de propriedades	110 734	110 733	100,0%	4 422	1 863	42,1%	108 870	5843,2%
6 Transferências correntes	24 841 460	24 460 562	98,5%	26 061 132	25 333 854	97,2%	-873 291	-3,4%
MECI	20 319 184	20 319 184	100,0%	22 300 349	22 300 349	100,0%	-1 981 165	-8,9%
Serviços e Fundos Autónomos	36 618	36 618	100,0%	39 299	24 227	61,6%	12 390	51,1%
Administração Regional	1 600 051	1 265 696	79,1%	1 718 801	1 361 083	79,2%	-95 387	-7,0%
Administração Local	106 554	105 754	99,2%	8 700	2 700	31,0%	103 054	3816,8%
EU/Instituições	2 227 010	2 227 008	100,0%	1 818 834	1 502 872	82,6%	724 136	48,2%
PRR	62 500	16 810	26,9%	48 720	17 952	36,8%	-1 143	-6,4%
Outros	489 543	489 493	100,0%	126 429	124 670	98,6%	364 823	292,6%
7 Vendas de bens e serviços correntes	733 978	732 538	99,8%	468 213	460 001	98,2%	272 537	59,2%
8 Outras receitas correntes	49 032	48 611	99,1%	885 591	39 653	4,5%	8 958	22,6%
Total das receitas correntes	29 005 914	28 528 772	98,4%	30 207 307	28 448 270	94,2%	80 502	0,3%
9 Venda de bens de investimento	847	435	51,4%	0	0	-	435	-
10 Transferências de capital	1 746 337	1 746 255	100,0%	2 952 673	2 669 775	90,4%	-923 519	-34,6%
15 Reposições não abatidas	9 314	9 312	100,0%	27 836	27 835	100,0%	-18 523	-66,5%
16 Saldo da gerência anterior	9 725 408	9 725 405	100,0%	4 493 521	4 493 516	100,0%	5 231 889	116,4%
Total das receitas de capital	11 481 906	11 481 408	100,0%	7 474 030	7 191 125	96,2%	4 289 847	59,7%
Total	40 487 820	40 010 180	98,8%	37 681 337	35 639 395	94,6%	4 370 349	12,3%

Tabela 14 | Grau de Execução Orçamental da Receita

Em 31 de dezembro de 2024, a receita cobrada do orçamento da UAc totalizou 40.010 milhares de euros, constituindo um aumento de 4.370 milhares de euros, relativamente ao ano de 2023, o que se traduziu num grau de execução orçamental de 98,8% (94,6%, em 2023).

O aumento no valor absoluto da receita cobrada em 2024 é justificado pelo aumento do valor integrado do saldo de gerência, mitigado pela redução das transferências correntes do Orçamento do Estado, dado que o montante de 2024, relativamente ao contrato programa celebrado com a DGES e outras 5 entidades, em dezembro de 2023, foi adiantado nesse ano.

A execução das receitas correntes e de capital, e respetivo peso no orçamento corrigido, apresenta-se na figura seguinte:

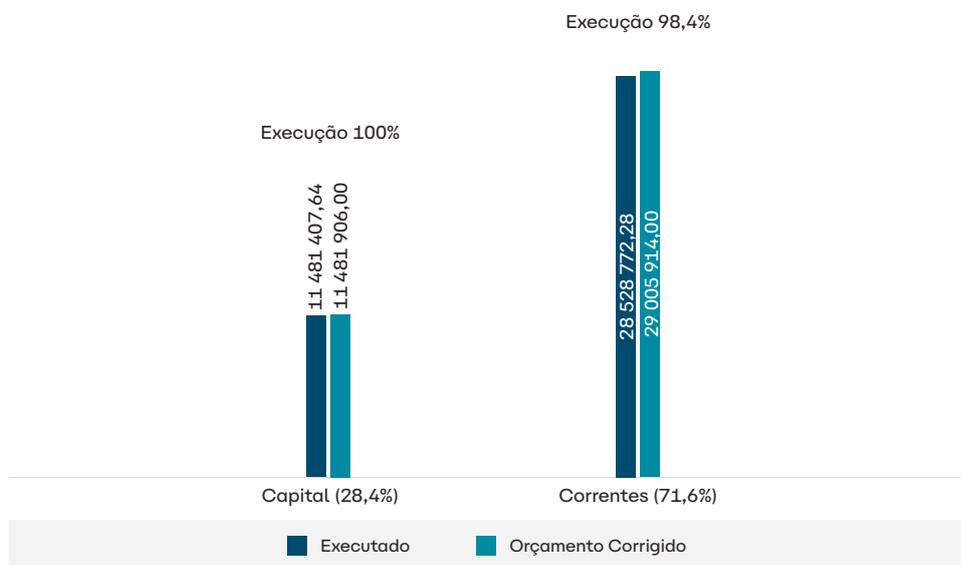


Figura 2 | Receita Executada vs Receita Orçamentada Corrigida (em euros)

Receitas Correntes:

Do total das receitas cobradas em 2024, 71,6% são correntes, pelo que importa discriminar por grandes rubricas, conforme se apresenta na figura seguinte:

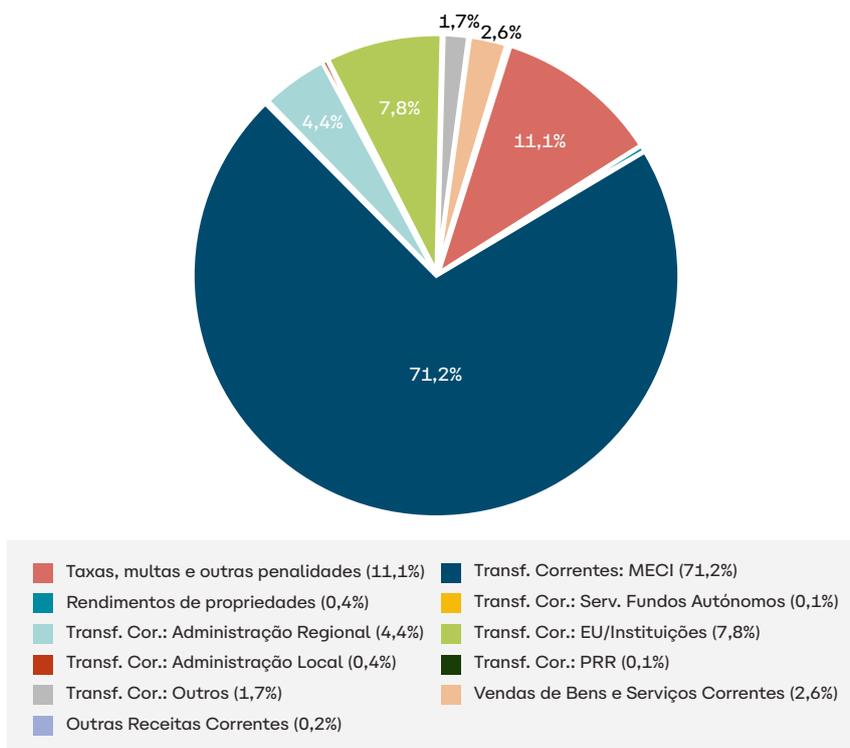


Figura 3 | Estrutura das Receitas Correntes Cobradas

A principal fonte de financiamento da UAc é o OE, que, em 2024, representou 71,2% das receitas correntes e 50,8% (62,6% em 2023) do total da receita cobrada pela UAc. Face ao ano anterior, as transferências do OE diminuíram 8,9%, no montante de 1.981 milhares de euros.

O valor recebido do OE em 2024, no montante de 20.319 milhares euros, teve a seguinte repartição:

- 19.567 milhares de euros de dotação inicial em 2024, já deduzida do valor que o MECI transfere diretamente para os SASE, composta: por um aumento de 6,04% face à dotação inicial de 2023, que comporta as verbas relativas ao Contrato de Estabilidade e pela compensação no âmbito do PREVPAP prevista contratualmente;
- 442 milhares de euros de reforço a título de compensação pelo impacto das alterações legislativas, apesar de tal valor ser inferior ao previsto, pois não compensa os custos incorridos pela UAc no ano de 2024 derivados de alterações legislativas não previstas no OE;
- 295 milhares de euros relativos ao programa de contratação de doutorados;
- 15 milhares de euros referentes ao financiamento completar para refeições.

A segunda fonte de financiamento da UAc refere-se à receita cobrada de propinas, registada em “Taxas, multas e outras penalidades”, que representa 11,1% da receita corrente, tendo aumento o seu peso percentual relativamente a 2023 (9,2%). No ponto 2.3.2 apresenta-se uma análise mais detalhada da estrutura e evolução recente desta rubrica.

A receita proveniente da UE/Instituições representou 7,8% das receitas correntes e 5,6% (4,2% em 2023) da receita total cobrada em 2024.

As verbas atribuídas pela RAA representaram 4,4% das receitas correntes de 2024 e 3,2% (3,8% em 2023) do total da receita da UAc. Nesta matéria, apesar do peso percentual e do valor das receitas recebidas do Governo Regional ter diminuído, destaca-se o acréscimo do contrato programa de apoio à tripolaridade, que passou de 800 milhares de euros, em 2023, para 950 milhares de euros em 2024.

O contrato-programa para comparticipação nas despesas da UAc resultantes da sua tripolaridade foi celebrado com a RAA em 11 de outubro de 2024 e foi executado na íntegra pela UAc, em respeito pelas regras de elegibilidade das despesas previstas no contrato, conforme repartição que se apresenta na figura seguinte.

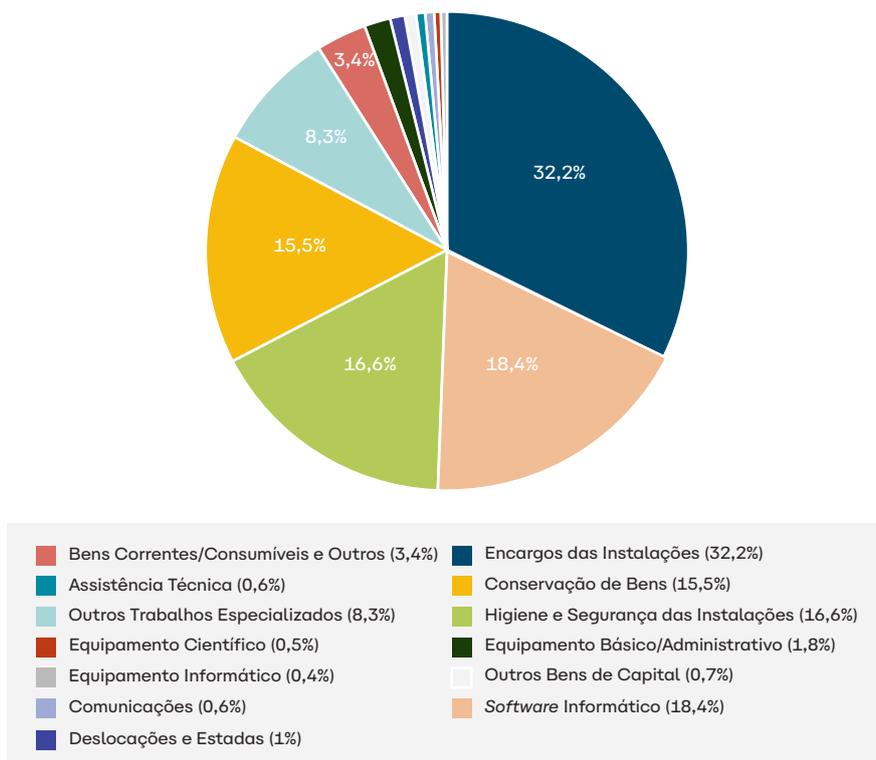


Figura 4 | Execução do Contrato de Tripolaridade, por tipo de Despesas

As 5 principais rubricas de despesa realizada com verbas da tripolaridade de 2024, que totalizam mais de 90% do valor do contrato programa, foram os encargos com as instalações dos 3 campi, *software*, higiene e segurança das instalações, conservação de bens e outros trabalhos especializados.

A figura seguinte representa a repartição das despesas por *campus*, verificando-se uma distribuição proporcional como se segue.

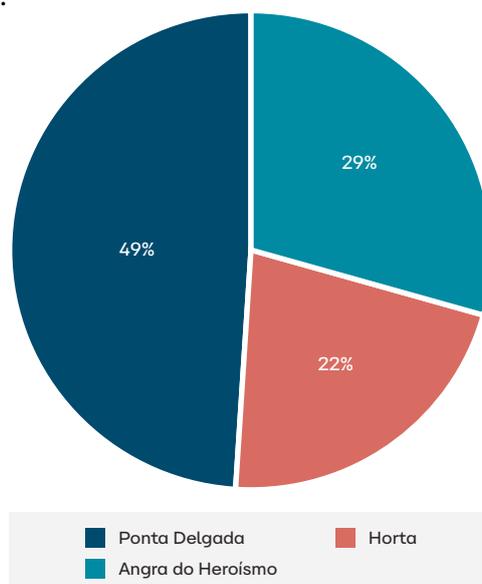


Figura 5 | Repartição das Despesas de Tripolaridade por *Campus*

A receita proveniente das vendas de bens e serviços correntes, em 2024, representou 2,6% (1,6% em 2023) da receita corrente cobrada, tendo atingido o montante de 733 milhares euros, traduzindo um aumento de 59,2% face ao ano precedente. Inclui-se nesta rubrica as diversas prestações de serviços, bem como a cobrança da afetação dos recursos humanos da UAc com funções na FGF, no Instituto do Mar (IMAR) e no Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores (CIVISA). Um dos motivos para o aumento desta rubrica deveu-se ao facto de a afetação dos recursos humanos da UAc com funções no CIVISA relativa aos 2.º, 3.º e 4.º trimestres de 2023, apenas ter sido faturada no início do ano de 2024.

As outras receitas correntes, em 2024, representaram 0,2% da receita corrente cobrada (0,1% em 2023), tendo atingido o montante de 49 milhares de euros, menos 22,6% face ao ano de 2023, no qual assume relevância a imputação de despesas relacionadas com a utilização de licenças e manutenção de *software* a entidades do grupo UAc (Serviços de Ação Social Escolar e Fundação Gaspar Frutuoso).

Receitas de Capital:

Em 2024, as receitas de capital atingiram 28,7% (20,2% em 2023) do total da receita cobrada pela UAc, com uma variação absoluta de 4.290 milhares de euros relativamente ao ano precedente, a que corresponde um aumento de 59,7%, justificado, sobretudo pelo aumento do saldo da gerência do ano anterior em 5.232 milhares de euros correspondente, na sua quase totalidade, a verbas consignadas, conforme já detalhado.

2.3.2 Propinas

A receita de propinas e outras taxas é a principal fonte de receitas próprias da UAc. Em 2024, a evolução desta receita foi positiva em 21,6% face ao ano anterior, conforme detalhe que se apresenta no quadro seguinte:

	<i>Euros</i>			
	2024	2023	Δ 2024/23	
			Absoluta	Relativa
Taxas	3 163 288	2 602 053	561 235	21,6%
Propinas	2 913 220	2 377 559	535 661	22,5%
1º Ciclo	1 336 188	1 349 110	-12 921	-1,0%
2º Ciclo	689 088	669 780	19 307	2,9%
3º Ciclo	471 899	120 569	351 330	291,4%
Mestrado integrado	158 993	158 467	526	0,3%
Pós Graduações	200 493	15 485	185 008	1194,8%
Propinas - Outras	56 559	64 148	-7 589	-11,8%
Taxas diversas	250 068	224 494	25 574	11,4%
Multas e outras penalidades	13 039	10 846	2 193	20,2%
Juros de mora	13 039	10 846	2 193	20,2%
Total	3 176 328	2 612 899	563 428	21,6%

Tabela 15 | Comparativo de taxas, multas e outras penalidades 2024-2023

O aumento de 536 mil euros no valor total cobrado de propinas, de 2023 para 2024, é explicada pelo aumento das propinas cobradas no 3.º ciclo e nas Pós-Graduações.

A principal rubrica do agrupamento de “Taxas, multas e outras penalidades” é a receita de propinas, cuja estrutura detalhada, para o ano de 2024, se apresenta no quadro seguinte com a repartição por unidades orgânicas, ciclo de estudos e anos letivos de 2024-2025 e 2023-2024.

U.O./Ano Letivo	2024										2023	
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Mestrado Integrado	Pós Graduação	CET	CTeSP	Outros	Total	% Total	Total	% Total
ESS	261 773	73 320						1 415	336 508	11,8%	273 448	11,3%
Anteriores	3 723								3 723		180 587	
2023-24	179 818	42 510						160	222 488		92 861	
2024-25	78 231	30 810						1 255	110 296			
ESTA					50 150		22 024		72 174	2,5%	16 513	0,7%
Anteriores							572		572		11 656	
2023-24					50 150		14 093		64 243		4 857	
2024-25							7 359		7 359			
FCAA	72 330	70 473	63 364	34 422				6 285	246 873	8,7%	214 887	8,8%
Anteriores	4 166	3 163	6 681						14 010		172 212	
2023-24	49 078	41 333	34 897	22 513				5 105	152 926		42 674	
2024-25	19 087	25 976	21 786	11 908				1 180	79 938			
FCSH	586 184	187 900	62 314		4 750			6 040	847 187	29,8%	852 590	35,1%
Anteriores	14 635	7 356	4 415		750			1 540	28 696		614 889	
2023-24	396 278	128 718	43 078		4 000			2 890	574 964		237 702	
2024-25	175 271	51 825	14 820					1 610	243 527			
FCT	180 912	141 867	211 583	124 571	9 593			4 960	673 485	23,7%	506 133	20,8%
Anteriores	6 680	2 540	49 233		325				58 777		329 703	
2023-24	122 536	53 535	143 569	74 154	2 968			4 210	400 971		176 430	
2024-25	51 696	85 792	18 782	50 418	6 300			750	213 737			
FEG	235 060	215 528	78 635		136 000			4 275	669 498	23,5%	566 458	23,3%
Anteriores	6 268	6 079	4 310						16 657		413 485	
2023-24	160 062	142 601	43 912		38 000			2 145	386 720		152 973	
2024-25	68 729	66 849	30 413		98 000			2 130	266 121			
IVAR								800	800	0,0%	-113	0,0%
Anteriores									0		-113	
2023-24								600	600		0	
2024-25								200	200			
TOTAL ⁽¹⁾	1 336 258	689 088	415 894	158 993	200 493	0	22 024	23 775	2 846 525	100,0%	2 429 916	100,0%
% Total	55,0%	28,4%	17,1%	6,5%	8,3%	0,0%	0,9%	1,0%	117,1%			

⁽¹⁾ A diferença destes totais com a rubrica de propinas do quadro anterior deve-se a diferenças de classificação, que não são relevantes para a análise.

Tabela 16 | Total de Propinas Cobradas no ano de 2024 por Unidade Orgânica

Em termos de peso relativo por unidade orgânica (UO), verificam-se alterações pouco significativas face ao ano anterior, podendo, no entanto, ser destacado pela positiva o aumento do peso relativo da FCT e ESTA.

Relativamente a propinas de anos letivos anteriores em dívida, apresenta-se no quadro seguinte a situação agregada dessas dívidas e os montantes recuperados através da Autoridade Tributária (AT) desde 2015. Como se pode verificar, este procedimento tem produzido resultados muito satisfatórios, com uma taxa média de recuperação que atinge 85,4% até ao ano letivo de 2022/2023.

Ano Letivo	Dívida Inicial	Recebido desde 2015	Dívida 31/12/2024	% recuperação acumulada 31/12/2024	% recuperação acumulada 31/12/2023
2006/2007	37 404,00	33 324,00	4 080,00	89,1%	89,1%
2007/2008	50 234,83	48 027,86	2 206,97	95,6%	95,5%
2008/2009	73 007,00	62 274,46	10 732,54	85,3%	85,3%
2009/2010	79 336,62	73 562,51	5 774,11	92,7%	91,2%
2010/2011	108 734,20	93 953,46	14 780,74	86,4%	86,1%
2011/2012	98 861,42	76 628,35	22 233,07	77,5%	76,6%
2012/2013	88 519,17	76 699,38	11 819,79	86,6%	85,7%
2013/2014	59 992,50	54 616,51	5 375,99	91,0%	90,3%
2014/2015	45 914,46	35 649,89	10 264,57	77,6%	76,6%
2015/2016	42 897,81	41 194,81	1 703,00	96,0%	96,0%
2016/2017	30 226,83	27 387,91	2 838,92	90,6%	87,5%
2017/2018	60 096,04	53 300,86	6 795,18	88,7%	85,4%
2018/2019	45 433,29	37 696,03	7 737,26	83,0%	77,9%
2019/2020	24 263,83	19 707,27	4 556,56	81,2%	77,8%
2020/2021	22 945,58	18 079,78	4 865,80	78,8%	65,7%
2021/2022	37 546,52	29 132,39	8 414,13	77,6%	57,9%
2022/2023	15 462,73	5 598,30	9 864,43	36,2%	84,0%
Total AT	920 877	786 834	134 043	85,4%	84,0%

Tabela 17 | Dívidas de propinas em Cobrança na Autoridade Tributária (AT)

Os processos de execução fiscal de propinas relativos ao ano letivo de 2023/2024 encontram-se em preparação para envio à AT, motivo pelo qual não existem ainda valores recebidos por essa via referentes a esse ano letivo.

A este propósito, é de referir a auditoria do Tribunal de Contas (TdC) ao financiamento da Universidade dos Açores, realizada em 2023, com o objetivo de caracterizar o financiamento da Universidade e avaliar os mecanismos instituídos para cobrança de propinas. As conclusões do TdC, constantes do Relatório n.º 17/2023 – FS/ SRATC, são de que a “(...) metodologia adotada pela Universidade dos Açores, no sentido de recuperação de dívidas de propinas em atraso, revela-se adequada, permitindo conhecer em qualquer altura e com rigor, a receita gerada pelas propinas, o devedor, a natureza da dívida e a respetiva antiguidade”.

2.4 Execução Orçamental da Despesa

2.4.1 Grau de Execução da Despesa

No quadro seguinte apresenta-se a informação relativa à execução orçamental da despesa, discriminada por grandes rubricas de classificação económica, procurando-se, desta forma, avaliar o seu grau de execução, tendo por base o valor global considerado em orçamento corrigido.

Classificação Económica	2024			2023			Euros Δ Desp. Paga 2024/23	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	Absoluta	Relativa
	1 Despesas com o pessoal	25 809 227	23 186 650	89,8%	27 324 804	22 048 372	80,7%	1 138 278
Remunerações certas e permanentes	19 814 645	18 384 789	92,8%	22 300 474	17 675 764	79,3%	709 025	4,0%
Abonos variáveis	486 014	482 837	99,3%	237 404	229 453	96,7%	253 385	110,4%
Encargos sobre remunerações	5 508 568	4 319 024	78,4%	4 786 926	4 143 156	86,6%	175 868	4,2%
2 Aquisição de bens e serviços	7 795 818	3 291 889	42,2%	7 169 326	2 600 314	36,3%	691 576	26,6%
Aquisição de bens	849 654	387 211	45,6%	639 704	305 461	47,8%	81 750	26,8%
Aquisição de serviços	6 946 164	2 904 678	41,8%	6 529 622	2 294 853	35,1%	609 826	26,6%
3 Juros e outros encargos	0	0	-	0	0	-	-	-
4 Transferências correntes	1 326 282	501 536	37,8%	1 116 207	516 186	46,2%	-14 650	-2,8%
6 Outras despesas correntes	2 293 678	292 154	12,7%	253 160	236 236	93,3%	55 917	23,7%
Total das despesas correntes	37 225 005	27 272 229	73,3%	35 863 497	25 401 109	70,8%	1 871 121	7,4%
7 Aquisição de bens de capital	3 262 815	652 344	20,0%	1 817 540	512 582	28,2%	139 762	27,3%
9 Ativos Financeiros			-	300	300	100,0%	0	-
10 Passivos financeiros			-	0	0	-	0	-
Total das despesas de capital	3 262 815	652 344	20,0%	1 817 840	512 882	28,2%	139 462	27,2%
Total	40 487 820	27 924 573	69,0%	37 681 337	25 913 991	68,8%	2 010 582	7,8%

Tabela 18 | Grau de Execução Orçamental da Despesa

Em 2024, a despesa total executada, no orçamento da UAc, foi de 27.925 milhares de euros, 7,8% superior à despesa total executada no ano anterior, principalmente justificado pelo aumento das “Despesas com o Pessoal” e da “Aquisição de Bens e Serviços”.

Face à despesa orçamentada corrigida, que totalizava 40.488 milhares de euros, o grau de execução foi de 69,0% (68,8%, em 2023). Este grau de execução da despesa deve-se, sobretudo, a verbas recebidas em 2023 e no final de 2024, sendo a sua quase totalidade condicionada à respetiva execução em termos contratuais.

A execução das despesas correntes e de capital e o respetivo peso no orçamento corrigido apresentam-se na figura seguinte:

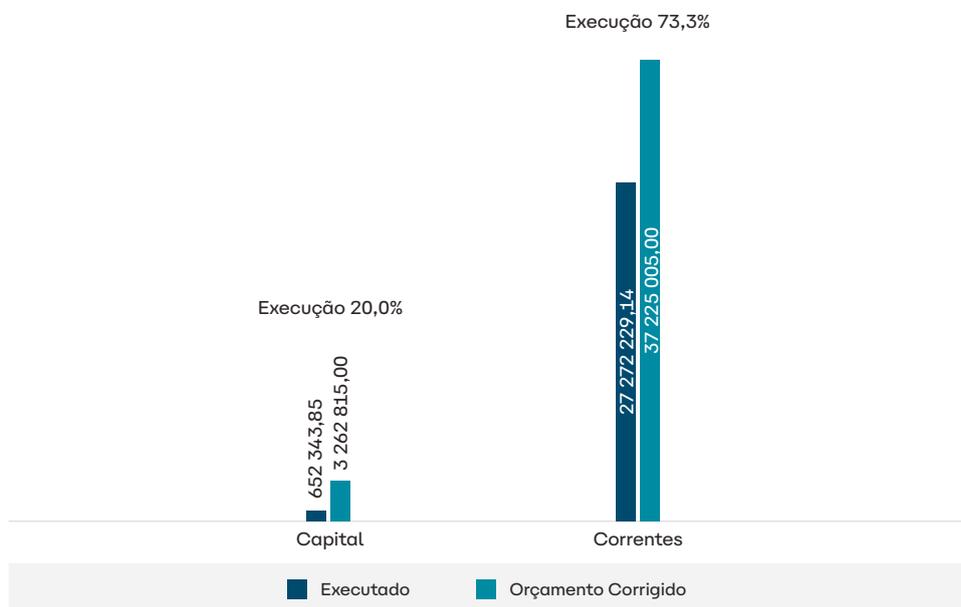


Figura 6 | Despesa Executada vs Despesa Orçamentada Corrigida (em euros)

Despesas Correntes:

Cerca de 97,7% da despesa executada em 2024 corresponde a despesas correntes, pelo que importa discriminar a sua composição e evolução por grandes rubricas, conforme figura seguinte:

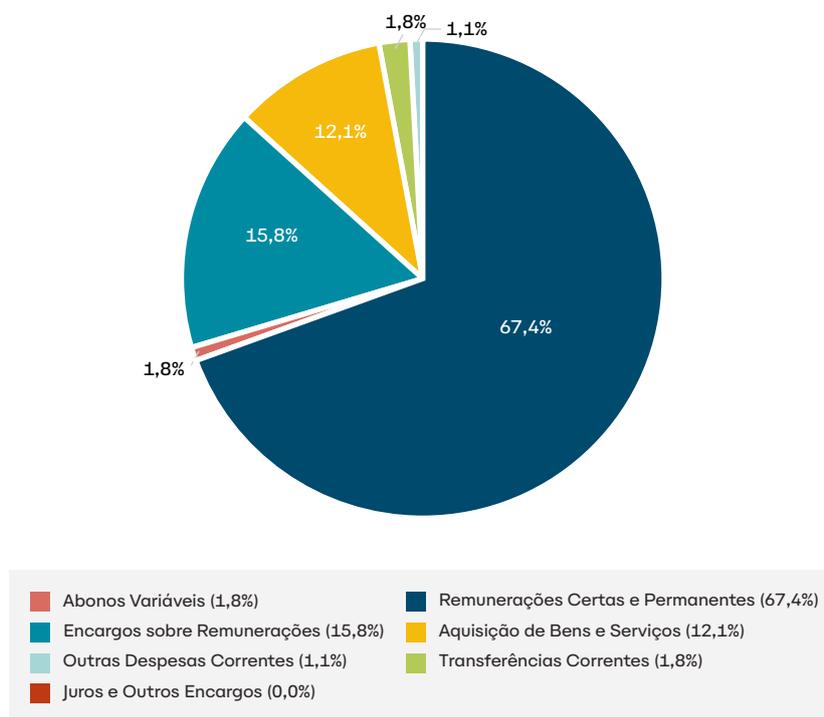


Figura 7 | Estrutura da Despesa Corrente Executada

As “Despesas com pessoal”, em 2024, ascenderam a 23.187 milhares de euros, 85,0% (86,8% em 2023) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2023, registou-se um acréscimo de 1.138 milhares de euros (mais 5,2%), cuja causa será detalhada no ponto 2.4.2.

As “Remunerações certas e permanentes”, em 2024, representaram 67,4% (69,6% em 2023) da despesa corrente paga, tendo atingido o montante de 18.385 milhares de euros, indicando um aumento de 4,0% face ao ano anterior.

Os “Abonos variáveis” representaram, em 2024, um peso relativo de 1,8% no total da despesa corrente paga (0,9% em 2023), perfazendo o montante global de 483 milhares de euros, com um aumento na ordem dos 253 mil euros face ao ano anterior.

Os “Encargos sobre remunerações”, em 2024, representaram 15,8% (16,3% em 2023) da despesa corrente paga, no montante global de 4.319 milhares de euros, traduzindo um aumento de 4,2% face ao ano precedente.

A “Aquisição de bens e serviços”, em 2024, ascendeu a 3.292 milhares de euros e representou 12,1% (10,2% em 2023) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2023, verificou-se um aumento de 692 milhares de euros (mais 26,6%), que se detalha no ponto específico desta rubrica.

As “Transferências correntes”, em 2024, reduziram o peso relativo para 1,8% (2,0% em 2023) da despesa corrente paga, tendo registado uma redução no montante global de 15 milhares de euros, isto é, -2,8% face ao ano precedente. Esta rubrica inclui principalmente o pagamento de bolsas de mobilidade e o valor transferido anualmente para os SASE.

As “Outras despesas correntes”, em 2024, ascenderam a 292 milhares de euros, representando 1,1% (0,9% em 2023) da despesa corrente paga. Face ao ano de 2023, regista-se um aumento na ordem de 23,7%, correspondente a cerca de mais 56 milhares de euros face ao ano anterior, derivado de restituições de verbas não executadas de projetos que terminaram, bem como ao aumento no valor do IVA suportado.

Despesas de Capital:

As despesas de capital, em 2024, representavam cerca de 2,3% (2,0% em 2023) das despesas totais.

A “aquisição de bens de capital” aumentou 140 milhares de euros face ao ano anterior, revelando um crescimento de 27,2%, tendo atingido o montante de 652 milhares de euros. Tal ocorre, principalmente, por ter sido um ano em que a UAc efetuou um conjunto de intervenções, de valor significativo, conforme se detalhou no ponto 2.1 do presente relatório.

De forma gradual, e à medida das disponibilidades da instituição e dos projetos aprovados, as despesas de capital têm vindo a aumentar a sua relevância no total das despesas executadas pela UAc, prevendo-se crescimento acentuado no ano de 2025, face ao conjunto de procedimentos de contratação pública desenvolvidos no ano de 2024, que serão desenvolvidos no ano de 2025.

2.4.2 Despesas com Pessoal

A rubrica das “Despesas com pessoal”, dado o seu peso de 83,3% na estrutura da despesa total da UAc, é considerada a mais crítica para a execução orçamental.

O quadro e figura seguintes apresentam em detalhe a composição das despesas com pessoal em 2024 e a sua comparação com o ano precedente.

Euros

Classificação Económica	2024				2023		Δ Desp. Paga 2024/23	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau de Execução	% Total	Despesa Paga	% Total	Absoluta	Relativa
Remunerações certas e permanentes	19 814 645	18 384 789	92,8%	79,3%	17 675 764	80,2%	709 025	4,0%
Órgãos sociais	422 259	422 258	100,0%		428 689		-6 431	-1,5%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	13 526 286	12 379 209	91,5%		12 110 204		269 005	2,2%
Pessoal contratado a termo	1 852 190	1 755 986	94,8%		1 660 281		95 704	5,8%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	529 442	346 692	65,5%		126 151		220 542	174,8%
Pessoal aguardando aposentação	55 484	55 483	100,0%		41 114		14 370	35,0%
Pessoal em qualquer outra situação	114 622	114 621	100,0%		115 029		-408	-0,4%
Gratificações	1 385	1 385	100,0%		1 400		-15	-1,1%
Representação	39 606	39 606	100,0%		34 252		5 353	15,6%
Suplementos e prémios	130 385	130 385	100,0%		122 529		7 856	6,4%
Subsídio de refeição	571 072	568 866	99,6%		580 304		-11 438	-2,0%
Subsídio de férias	1 313 261	1 312 418	99,9%		1 238 933		73 485	5,9%
Subsídio de Natal	1 258 653	1 257 880	99,9%		1 216 878		41 002	3,4%
Remuneração por doença e maternidade/paternidade	0	-	-		0		0	-
Abonos variáveis ou eventuais	486 014	482 837	99,3%	2,1%	229 453	1,0%	253 385	110,4%
Ajudas de custo	84 509	83 759	99,1%		41 735		42 024	100,7%
Abono para falhas	2 787	2 786	100,0%		2 860		-74	-2,6%
Indemnizações por cessação de funções	238 818	238 817	100,0%		50 433		188 384	373,5%
Remuneração Complementar	146 782	144 358	98,3%		125 727		18 631	14,8%
Outros abonos em numerário ou espécie	13 118	13 118	100,0%		8 698		4 420	50,8%
Segurança social	5 508 568	4 319 024	78,4%	18,6%	4 143 156	18,8%	175 868	4,2%
Subsídio familiar a crianças e jovens	10 139	10 138	100,0%		9 873		265	2,7%
Outras prestações familiares	3 056	3 056	100,0%		0		3 056	-
Contribuições para a segurança social	5 437 738	4 248 233	78,1%		4 076 957		171 276	4,2%
Caixa Geral de Aposentações	4 246 891	3 063 371	72,1%		3 037 029		26 341	0,9%
Segurança Social	1 190 847	1 184 862	99,5%		1 039 928		144 935	13,9%
Acidentes em serviço e doenças profis.	34 552	34 515	99,9%		32 325		2 190	6,8%
Outras Pensões	17 253	17 253	100,0%		15 760		1 493	9,5%
Outras despesas de segurança social	5 830	5 829	100,0%		8 241		-2 412	-29,3%
Totais	25 809 227	23 186 650	89,8%	100,0%	22 048 372	100,0%	1 138 278	5,2%

Tabela 19 | Desagregação das Despesas com Pessoal

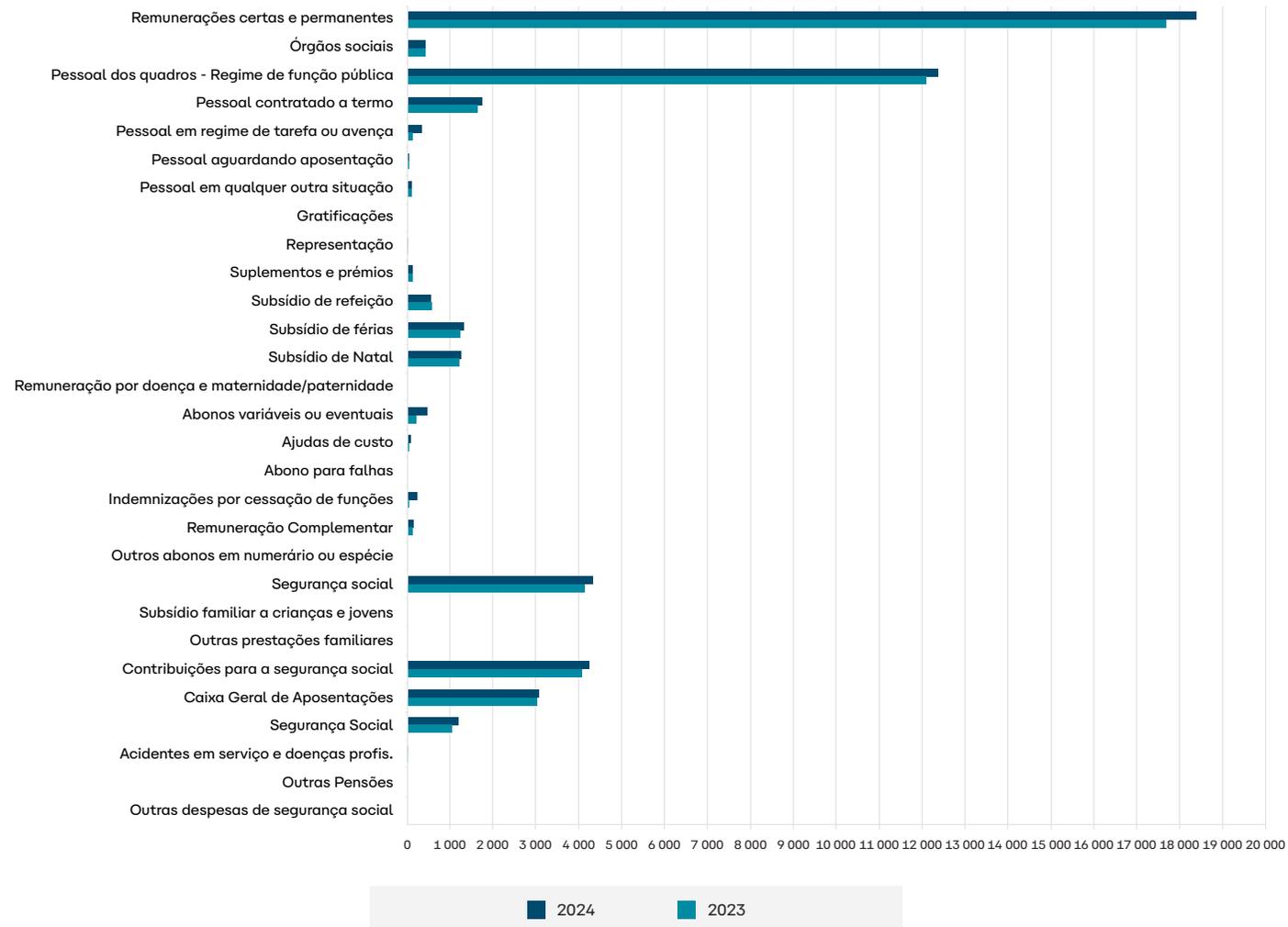


Figura 8 | Despesas com Pessoal

O aumento verificado nas despesas com o pessoal no ano de 2024 é resultante:

- do Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro, que aprova as medidas de valorização dos trabalhadores que exercem funções públicas, estabelecendo a alteração da base remuneratória e a atualização do valor das remunerações da Administração Pública, com efeitos a 1 de janeiro de 2024;
- do Decreto-Lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro, relativamente às alterações do posicionamento remuneratório, em função da antiguidade detida, na categoria de assistente operacional, da carreira geral de assistente operacional, no ano de 2024;
- do Decreto-Lei n.º 88/2023, de 10 de outubro, que estabelece o regime das carreiras especiais de especialista de sistemas e tecnologias de informação e de técnico de sistemas e tecnologias de informação, e o cargo de consultor de sistemas e tecnologias de informação, e que extingue as carreiras de especialista de informática e de técnico de informática, criadas pelo Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;
- do Decreto-Lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, que define uma medida especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores com vínculo de emprego público;
- do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho, que procedeu à atualização da remuneração complementar regional em 5%, com efeitos a 1 de janeiro de 2024; e
- de contratações a termo e contratos de tarefa e avença, ao abrigo de projetos.

2.4.3 Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, que representa 11,8% da despesa total da UAc (10% em 2023), corresponde ao segundo maior grupo de despesa corrente, e engloba toda a tipologia de despesa afeta ao funcionamento da instituição.

O quadro seguinte apresenta em detalhe a composição das despesas desta rubrica em 2024 e a comparação com o ano precedente.

Classificação Económica	2024				2023		Δ Desp. Paga 2024/23	
	Orçamento Corrigido	Despesa Paga	Grau Exec. Orç.	% Total	Despesa Paga	% Total	Absoluta	Relativa
Aquisição de bens	849 654	387 211	45,6%	11,8%	305 461	11,7%	81 750	26,8%
Matérias-primas e subsidiárias	266 492	77 204	29,0%	2,3%	50 422	1,9%	26 781	53,1%
Combustíveis e lubrificantes	13 845	9 222	66,6%	0,3%	9 640	0,4%	-418	-4,3%
Limpeza e higiene	54 627	31 507	57,7%	1,0%	21 515	0,8%	9 993	46,4%
Alimentação - Refeições confeccionadas	787	775	98,5%	0,0%	2 965	0,1%	-2 190	-
Vestuário e artigos pessoais	1 278	669	52,3%	0,0%	2 160	0,1%	-1 492	-69,0%
Material de escritório	67 808	38 682	57,0%	1,2%	37 568	1,4%	1 113	3,0%
Prémios, condecorações e ofertas	41 751	34 281	82,1%	1,0%	26 400	1,0%	7 880	29,8%
Ferramentas e utensílios	3 117	2 973	95,4%	0,1%	3 352	0,1%	-379	-11,3%
Livros e documentação técnica	5 061	5 059	100,0%	0,2%	3 897	0,1%	1 162	29,8%
Artigos honoríficos e de decoração	525	525	100,0%	0,0%	0	0,0%	525	-
Material de educação, cultura e recreio	12 633	5 374	42,5%	0,2%	1 567	0,1%	3 808	243,0%
Outros bens	381 730	180 940	47,4%	5,5%	145 974	5,6%	34 966	24,0%
Aquisição de serviços	6 946 164	2 904 678	41,8%	88,2%	2 294 853	88,3%	609 826	26,6%
Encargos das instalações	537 898	354 166	65,8%	10,8%	462 596	17,8%	-108 431	-23,4%
Limpeza e higiene	0	0	-	0,0%	417	0,0%	-417	-
Conservação de bens	829 612	441 518	53,2%	13,4%	121 832	4,7%	319 686	262,4%
Comunicações	21 314	15 488	72,7%	0,5%	14 955	0,6%	533	3,6%
Transportes	13 257	11 657	87,9%	0,4%	9 469	0,4%	2 188	23,1%
Seguros	20 722	19 801	95,6%	0,6%	21 683	0,8%	-1 882	-8,7%
Deslocações e estadas	960 107	433 271	45,1%	13,2%	372 203	14,3%	61 068	16,4%
Estudos, pareceres, projetos e consult.	603 294	0	0,0%	0,0%	5 742	0,2%	-5 742	-
Formação	52 441	39 567	75,5%	1,2%	48 008	1,8%	-8 441	-17,6%
Seminários, exposições e similares	438	438	100,0%	0,0%	80	0,0%	358	-
Publicidade	37 765	14 409	38,2%	0,4%	14 217	0,5%	192	1,3%
Vigilância e segurança	234 028	196 384	83,9%	6,0%	225 929	8,7%	-29 544	-13,1%
Assistência técnica	85 881	84 913	98,9%	2,6%	98 587	3,8%	-13 674	-13,9%
Outros trabalhos especializados	1 577 552	393 016	24,9%	11,9%	414 579	15,9%	-21 563	-5,2%
Outros serviços de saúde	2 790	2 790	100,0%	0,1%	0	0,0%	2 790	-
Outros serviços	1 969 065	897 261	45,6%	27,3%	484 557	18,6%	412 704	85,2%
Totais	7 795 818	3 291 889	42,2%	100,0%	2 600 314	100,0%	691 576	26,6%

Tabela 20 | Desagregação das Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

A “Aquisição de bens” registou, em 2024, um aumento de 82 milhares de euros, mais 26,8% do que no ano anterior, sendo de registar:

- o aumento de 35 milhares de euros referente a “Outros bens”, para o qual contribuiu o custo de aquisição de marcas de satélite para tartarugas marinhas, com verbas de projetos
- o aumento de 27 milhares de euros na “aquisição de matérias-primas e subsidiárias”, relativas a reagentes de laboratório, testes e afins. Cerca de 90% dos gastos com matérias-primas são financiados por projetos.

A figura seguinte ilustra a estrutura das despesas com aquisições de bens, em 2024, e a sua comparação com o ano precedente.

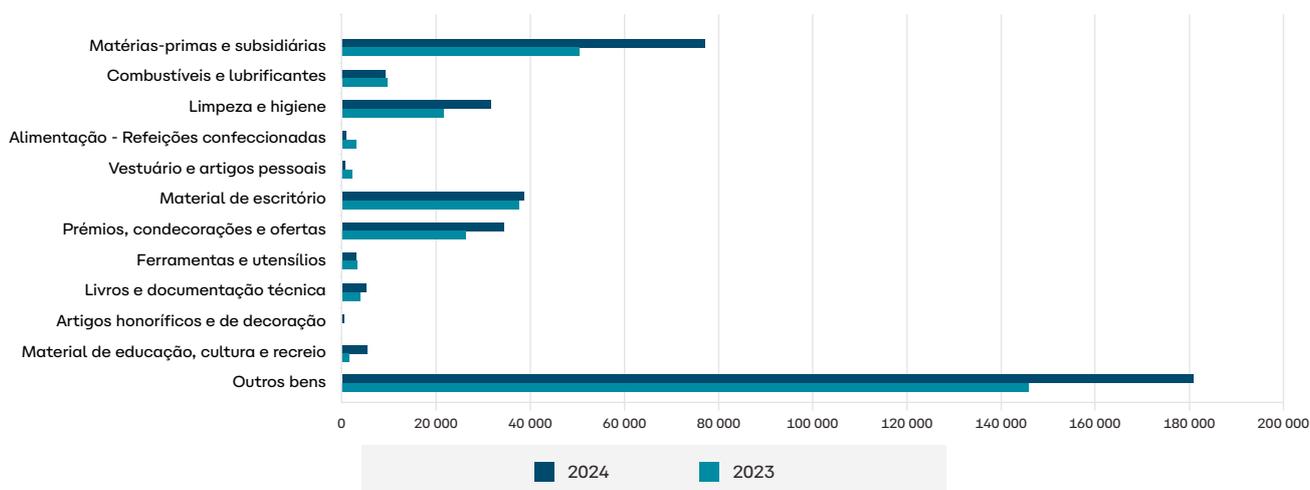


Figura 9 | Aquisição de Bens (em euros)

A figura seguinte ilustra a estrutura das despesas com “Aquisições de serviços”, em 2024, e a sua comparação com o ano precedente.

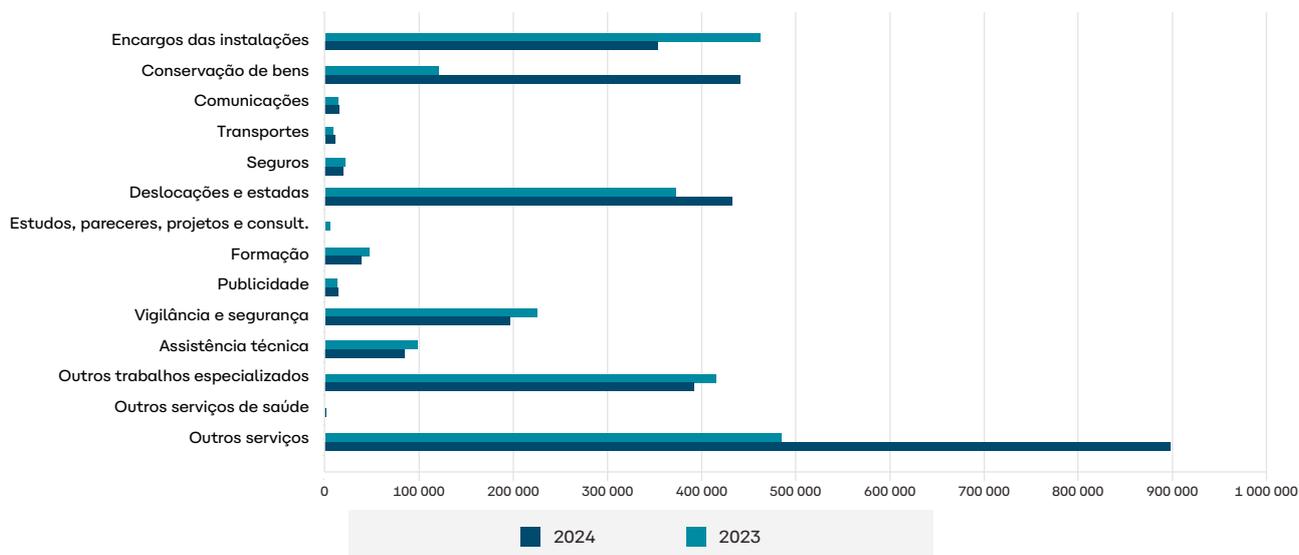


Figura 10 | Aquisição de Serviços (em euros)

No ano de 2024 registou-se um aumento de 610 milhares de euros, mais 26,6% face ao ano precedente, justificado principalmente ao nível:

- dos outros serviços, que aumentaram 413 milhares de euros. Esta rubrica contém um conjunto de despesas diversas, onde se destacam as relacionadas com licenciamento de *software* (Microsoft, SPSS, NONIO, deteção de plágio) e a acreditação de cursos junto da A3ES. Mais de 65% das despesas com outros serviços foi financiada por projetos;
- da conservação de bens, com um crescimento de 320 milhares de euros, conforme detalhado no ponto 2.1 do presente relatório;
- das deslocações e estadas, que aumentaram 61 milhares de euros, referentes em especial a viagens ao abrigo de projetos de I&D.

3. Contabilidade de Gestão

3.1 Considerações Prévias

A contabilidade de gestão, para além de assumir um papel cada vez mais relevante na gestão das instituições públicas, em face do contexto económico em que vivemos e da constante preocupação com a aplicação eficiente e transparente de dinheiros públicos, passou a ser de implementação obrigatória para as administrações públicas, onde se inclui a UAc.

Com efeito, tal como já referido, a contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das ações que contribuam para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. É apurada em base de acréscimo, ou seja, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, e assenta na NCP 27, que dispõe que os documentos de prestação de contas devem divulgar informação sobre avaliação de desempenho e avaliação por programas e sobre os custos, tendo por base a informação disponibilizada pelo sistema de contabilidade de gestão.

Neste sentido, em 2022, a UAc deu início ao processo de implementação do sistema de contabilidade de gestão ou analítica, com a definição de uma estrutura de centros de custos assente nas atividades de investigação e ensino, embora apenas com produção de informação acerca da repartição do gasto mais representativo, as despesas com o pessoal (cerca de 87% dos gastos totais da UAc).

Em 2023, a UAc consolidou o processo de implementação do sistema de contabilidade analítica, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 e com as necessidades de reporte interno face à conjuntura atual da UAc, tendo como objetivos a análise e divulgação dos gastos e rendimentos, imputados às unidades e às atividades de ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade.

A contabilidade assenta em três óticas distintas, mas interrelacionadas, nomeadamente:

- A ótica de tesouraria, que compreende os influxos (recebimentos) e exfluxos (pagamentos) monetários (dinheiro ou equivalentes);
- A ótica financeira, que está relacionada com aquisição de bens e serviços (despesa) e venda de bens ou prestação de serviços (receita); e
- A ótica económica, que está associada à transformação e incorporação dos diversos materiais no processo de produção até se atingir um bem ou serviço, necessário para satisfazer as necessidades dos clientes e utentes.

Assim, considerando que a contabilidade de gestão assenta no desempenho (gastos e rendimentos) de uma entidade num período económico, indicam-se, de seguida, alguns pressupostos base a ter em conta, relacionados com as especificidades existentes na UAc, para efeitos de análise aos outputs produzidos por este subsistema de contabilidade:

- Inclui todas as faturas recebidas pela UAc, independentemente de ter ocorrido o seu pagamento, as quais são consideradas como gastos do período;
- Inclui todas as faturas emitidas pela UAc, independentemente de ter ocorrido o seu recebimento, as quais são consideradas como rendimentos do período, com exceção daquelas cuja emissão tenha ocorrido em período diferente do respetivo fornecimento do bem ou da prestação do serviço;
- Inclui as despesas de capital, mas apenas no que concerne à depreciação do período, as quais são reconhecidas como gastos do período;
- Inclui a especialização dos projetos de I&D, pelo que é considerado o momento em que se cumprem as condições para reconhecer o rendimento, isto é, à medida que as faturas reúnem todas as condições para serem submetidas a pedido de pagamento à entidade financiadora do respetivo projeto;
- Inclui, igualmente, a especialização de outras transferências, uma vez que apenas são reconhecidas na medida que os respetivos gastos ocorrem;
- Inclui os acréscimos de gastos com férias e subsídio de férias, os quais são reconhecidos independentemente do ano em que são pagos;
- Inclui as perdas/reversões de imparidade de dívidas a receber;
- Inclui o aumento/redução das provisões referente a processos judiciais e acidentes de trabalho;
- Inclui a especialização dos subsídios ao investimento, relativa aos ativos fixos tangíveis que obtiveram financiamento, de acordo com a vida útil subjacente aos mesmos; e
- As verbas recebidas no âmbito do PRR, com exceção das relacionadas com as residências universitárias, são reconhecidas em rendimento em função do valor da despesa executada, pelo que os montantes recebidos, que ainda não se traduziram em despesa executada (paga), consubstanciam saldos de gerência de operações de tesouraria.

3.2 Estrutura Organizacional

Para uma melhor compreensão do exercício efetuado na área da contabilidade de gestão, importa relembrar que a UAc é composta por diferentes tipos de unidades, que se distinguem pelos seus objetivos, estrutura, natureza e grau de autonomia, tal como se identifica em seguida:

- Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação (UOEI):
 - Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente - FCAA
 - Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT
 - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – FCSH
 - Faculdade de Economia e Gestão – FEG
 - Escola Superior de Saúde – ESS
 - Escola Superior de Tecnologias e Administração - ESTA
- Unidades Orgânicas de Investigação (UOI):
 - Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e do Ambiente - ITAA
 - Instituto de Investigação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos - IVAR
 - Instituto de Investigação em Ciências do Mar - OKEANOS
- Unidades de Investigação e Desenvolvimento (UI&D):
 - Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA)
 - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApLA)
 - Centro de História d' Aquém e d' Além Mar (CHAM)
 - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO)
 - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.A)
- Unidades de Extensão Cultural:
 - Biblioteca, Arquivo e Museu (BAM)
 - Academia Sénior
 - Academia Júnior
 - Academia das Artes
 - Centro de Formação Complementar.
- Serviços de Gestão:
 - Serviço de Apoio à Reitoria (SVAR)
 - Serviço de Aquisições e Património (SVAP)
 - Serviço de Ciência e Tecnologia (SVCT)
 - Serviço de Gestão Académica (SVGA)
 - Serviço de Infraestruturas, Segurança e Ambiente (SVISA)
 - Serviço de Recursos Financeiros (SVRF)
 - Serviço de Recursos Humanos (SVRH)
 - Serviço de Tecnologia, Informática e Telecomunicações (SVTIC)

O Governo da Universidade é exercido pelos seguintes órgãos:

- Conselho Geral;
- Reitor; e
- Conselho de Gestão.

A estes órgãos compete dirigir a Universidade na sua atividade científica, pedagógica, cultural e de interação com a sociedade, bem como assegurar o planeamento e a gestão administrativa e financeira da Instituição.

A UAc tem ainda um Administrador, ao qual compete, genericamente, a gestão corrente da instituição, orientando e coordenando as atividades e as unidades de serviço da Universidade, no âmbito administrativo, patrimonial e financeiro, sob a direção do Reitor, tendo sob a sua dependência os serviços de gestão SVRH, SVAP e SVRF.

A UAc tem ainda como órgãos de consulta o Senado, o Conselho das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação e o Conselho das Unidades de Investigação. Compete a estes órgãos, genericamente, aconselhar o Reitor no desempenho das suas funções e emitir pareceres nos termos do estabelecido, respetivamente, nos artigos 88.º, 90.º e 92.º dos Estatutos da UAc.

3.3 Sistema de Informação

O sistema de informação da UAc que suporta a contabilidade de gestão é o ERP-Primavera Public Sector. Este sistema está assente numa estrutura de centros de custos, consoante as atividades principais e auxiliares. Neste sentido, todos os rendimentos e gastos estão associados a centros de custo, os quais suportam a contabilidade de gestão.

3.4 Sistema de Custeio

O método *Activity-Based Costing* (ABC), ou custeio baseado nas atividades, assenta no pressuposto que os recursos são consumidos na preparação das atividades desenvolvidas pela instituição, com o objetivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e utentes. Assim, adotando a UAc o sistema de custeio total, que imputa aos produtos ou atividades finais todos os gastos diretos e indiretos, com exceção dos gastos não recorrentes, o método ABC caracteriza-se pela imputação, para além dos gastos diretos, dos gastos indiretos às atividades, conforme mencionado no ponto 19 da NCP 27.

A norma referida identifica o método ABC como sendo o mais adequado para as instituições públicas, cujos serviços estão focados nos clientes e utentes e nas suas necessidades, pelo que a contabilidade de gestão da UAc assenta neste sistema de custeio.

Para uma imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras e tendo em consideração os Estatutos da UAc, em 2024 foram apurados os resultados pelas atividades de ensino, investigação e prestação de serviços à sociedade.

3.5 Metodologia de Implementação

No ano de 2024, a UAc apurou os resultados pelas diversas Unidades, tendo ainda, para auxiliar a análise de gestão, sido apurados rendimentos e gastos pelas seguintes atividades principais:

- Atividade de ensino;
- Atividade de investigação;
- Atividade de prestações de serviços à comunidade; e
- Aluno.

Para uma melhor compreensão do apuramento dos resultados pela contabilidade de gestão, apresentam-se de seguida os pressupostos de elaboração da mesma:

- Inicialmente, foram apurados os rendimentos e gastos diretos gerados pelos centros de custos das diferentes Unidades (Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação, Unidades Orgânicas de Investigação e Unidades de Investigação e Desenvolvimento);
- Posteriormente, foram apurados os rendimentos e gastos diretos gerados pelas atividades auxiliares (Órgãos de Governo, Órgãos de Coordenação e Consulta, Gabinete da Reitoria, Gabinete do Administrador, Serviços de Gestão e Unidade de Extensão Cultural);
- Em seguida, foram apurados os rendimentos e gastos indiretos, os quais, conjuntamente com os rendimentos e gastos das atividades auxiliares, foram imputados às atividades principais consoante os critérios de imputação enumerados no ponto abaixo; e
- Por fim, consideraram-se, como não incorporados os rendimentos do período destinados à construção das novas residências universitárias (dado que constituirão atividade dos SASE e não da UAc) e os rendimentos recebidos da DGES, no âmbito do contrato programa celebrado em dezembro de 2023, destinados ao cumprimento dos compromissos assumidos pela UAc e cuja despesa ainda não foi realizada.

3.6 Critérios de imputação

Relativamente aos rendimentos, torna-se necessário clarificar como se apuraram os valores das respetivas rubricas:

- O rendimento de propinas agrega todos os movimentos de propinas, bem como os respetivos movimentos de especialização de exercício. A imputação às UOEI foi efetuada de forma direta consoante os respetivos cursos;

- O valor recebido do Orçamento do Estado foi imputado indiretamente às Unidades Orgânicas através do peso relativo dos alunos ponderados efetivos, no que concerne às unidades de ensino, e através do peso dos gastos com o pessoal, no que concerne às unidades de investigação, que se considerou mais adequado, face ao adotado no exercício do ano de 2023;
- O rendimento de subsídios ao investimento (edifícios) foi mensurado consoante a vida útil dos ativos fixos tangíveis que lhes estão subjacentes e imputado às Unidades de acordo com o peso relativo dos respetivos gastos; e
- Os outros rendimentos, com exceção dos rendimentos provenientes dos alunos, que não propinas, que foram imputados às UOEI de forma indireta, com base no peso relativo do número de alunos, foram imputados às diversas Unidades de acordo com o peso relativo dos respetivos gastos diretos.

No que diz respeito aos gastos, importa referir o seguinte:

- Os gastos com pessoal, com exceção de 1/3 dos relativos a pessoal docente com exclusividade, que são imputados, de forma indireta, à respetiva UI&D, são suportados pela respetiva Unidade, através de imputação direta com informação proveniente do processamento mensal de vencimentos, que contém a distribuição dos trabalhadores por Unidades;
- Os gastos dos edifícios afetos às UOEI foram imputados às respetivas Unidades, de acordo com a área utilizada pelas mesmas, o que representa um afinamento do critério de imputação face ao exercício de 2023;
- As depreciações/amortizações foram imputadas às unidades tendo por base o peso relativo dos respetivos gastos diretos; e
- Os outros gastos, com exceção dos constantes do quadro seguinte, foram imputados às Unidades tendo por base o peso relativo dos respetivos gastos diretos:

Gastos Indiretos	Critérios de imputação
Água	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Comunicação	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Licenciamento temporário <i>software</i>	N.º utilizadores (funcionários e alunos, conforme aplicável)
Constituição imparidade de taxas e outros emolumentos	N.º alunos
Subsídios correntes concedidos AAUA	N.º alunos

Tabela 21 | Critérios de Imputação dos Gastos Indiretos

3.7 Reporte da Contabilidade de Gestão

Atendendo ao determinado na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, do SNC-AP, bem como no Manual de Implementação do SNC-AP 27, no caso do subsetor da educação, a Universidade preparou informação analítica sobre gastos, rendimentos e resultados, para efeitos de divulgação.

Em seguida apresenta-se os resultados por funções, resultados de ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade, bem como os rendimentos e gastos não incorporados.

3.7.1 Resultados por funções

De acordo com a NCP 27, o objetivo de se apresentarem resultados por funções é prestar a informação, aos diversos utilizadores das demonstrações financeiras, do resultado líquido do período pelas diversas funções de uma entidade, assim como, quais os rendimentos gerais e gastos não imputados às respetivas funções.

Atividade	Rendimentos		
	Diretos	Indiretos	Total
Ensino	3 362 829,14	17 050 371,63	20 413 200,77
Investigação	4 995 132,47	4 325 097,55	9 320 230,02
Prestação de serviços à comunidade	692 562,99	123 626,08	816 189,07
Rendimentos incorporados	9 050 524,60	21 499 095,26	30 549 619,85
Rendimentos gerais não incorporados		1 063 546,99	1 063 546,99
Total de rendimentos	9 050 524,60	22 562 642,25	31 613 166,84

Tabela 22 | Rendimentos (em euros)

A UAc obteve, em 2024, um montante total de rendimentos de 31,6 M€, os quais se desagregam em:

- A dotação do OE de 20,0 milhões de euros;
- Os rendimentos com propinas, taxas e outros rendimentos da área da educação de 3,4 milhões de euros;
- Os rendimentos relativos a projetos de I&D de 4,7 milhões de euros;
- Os rendimentos do PRR de 288,1 milhares de euros;
- Os rendimentos relativos às atividades de prestação de serviços à comunidade de 692,6 milhares de euros;
- Outros rendimentos, no montante de 1,5 milhões de euros, de entre os quais se destacam os subsídios ao investimento.

Atividade	Gastos		
	Diretos	Indiretos	Total
Ensino	12 589 398,77	4 736 585,07	17 325 983,84
Investigação	7 696 321,30	3 351 416,23	11 047 737,54
Prestação de serviços à comunidade	120 540,22	50 404,56	170 944,78
Gastos incorporados	20 406 260,29	8 138 405,86	28 544 666,15
Gastos gerais não incorporados	0,00	0,00	0,00
Total de gastos	20 406 260,29	8 138 405,86	28 544 666,15

Tabela 23 | Gastos (em euros)

Em 2024, os gastos totais foram no montante de 28,5 milhões de euros, os quais se subdividem em:

- Vencimentos e bolsas de 17,7 milhões de euros;
- Gastos de funcionamento da atividade de ensino de 676,4 milhares de euros;
- Gastos inerentes à atividade de I&D de 1,8 milhões de euros;
- Os gastos no âmbito do PRR de 143,6 milhares de euros;
- Outros gastos de 8,1 milhões de euros, com destaque para as depreciações e amortizações.

A UAc obteve, em 2024, um resultado líquido do período positivo de cerca de 3,1 milhões de euros (2,5 milhões de euros, em 2023).

Considerando que, em 2024, foi utilizada uma nova metodologia de distribuição das receitas do Orçamento do Estado pelas atividades, conforme detalhado no ponto relativo aos critérios de imputação, em que, ao invés do rendimento ser imputado apenas ao Ensino, tal como no ano anterior, foi imputado à também à Investigação, apresenta-se, no quadro seguinte, os resultados das atividades da UAc de 2024 e de 2023 reexpressas, de forma a permitir uma análise comparativa.

Atividade	31-12-2024	31-12-2023 Reexpresso
Ensino	3 087 216,93	2 387 365,59
Investigação	-1 727 507,52	-1 736 572,28
Prestação de serviços à comunidade	645 244,29	396 559,40
Resultados das atividades	2 004 953,70	1 047 352,72
Rendimentos gerais não incorporados	1 063 546,99	1 500 000,00
Gastos gerais não incorporados	0,00	0,00
Total	3 068 500,69	2 547 352,71

Tabela 24 | Resultados (em euros)

Verifica-se uma melhoria de resultados na atividade de Investigação, a exemplo das Prestações de serviços à comunidade.

3.7.2 Resultado da atividade de Ensino

Na atividade de ensino são considerados os rendimentos constantes do quadro seguinte:

Unidades	Rendimentos				
	Rendimentos diretos ao Ensino	OE	Subsídios ao investimento	Outros rendimentos	Total
ESS	348 828,40	3 015 664,97	42 243,35	17 651,65	3 424 388,37
ESTA	82 286,49	305 174,09	9 964,95	4 434,41	401 859,94
FCAA	521 883,95	1 850 117,93	43 124,09	19 096,12	2 434 222,09
FCSH	886 678,30	4 456 849,62	105 575,00	43 493,58	5 492 596,49
FCT	884 165,50	4 690 307,80	99 418,18	43 231,09	5 717 122,57
FEG	638 986,50	2 193 438,78	77 381,69	33 204,34	2 943 011,31
Total de rendimentos	3 362 829,14	16 511 553,19	377 707,25	161 111,19	20 413 200,77

Tabela 25 | Rendimentos das Atividades de Ensino (em euros)

Pela análise do quadro anterior, verifica-se que os rendimentos de Ensino atingiram 20,4 milhões de euros, provenientes, sobretudo, do OE, 16,5 milhões de euros (80,9%).

Quanto aos gastos desta mesma atividade, apresentam-se como se segue:

Unidades	Gastos				
	Gastos diretos ao Ensino	Vencimentos e bolsas	Depreciações e amort. indiretas	Outros gastos	Total
ESS	37 583,14	1 754 544,01	91 655,63	584 329,61	2 468 112,39
ESTA	9 141,13	59 017,90	4 089,44	30 484,88	102 733,35
FCAA	52 178,24	2 223 531,10	113 054,71	696 889,59	3 085 653,63
FCSH	172 927,36	3 291 819,83	173 493,06	1 097 709,60	4 735 949,85
FCT	286 502,91	3 554 188,32	192 758,96	1 297 203,94	5 330 654,13
FEG	118 059,79	1 029 905,05	58 390,14	396 525,52	1 602 880,50
Total de gastos	676 392,57	11 913 006,20	633 441,94	4 103 143,13	17 325 983,84

Tabela 26 | Gastos das Atividades de Ensino (em euros)

Nos gastos das atividades de ensino o principal destaque é assumido pelos vencimentos e bolsas, no valor de 11,9 milhões de euros (68,8%).

Apurados os rendimentos e gastos imputados à atividade de ensino, demonstra-se no quadro seguinte os resultados desta atividade por Unidade.

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
ESS	3 424 388,37	2 468 112,39	956 275,98
ESTA	401 859,94	102 733,35	299 126,59
FCAA	2 434 222,09	3 085 653,63	-651 431,55
FCSH	5 492 596,49	4 735 949,85	756 646,65
FCT	5 717 122,57	5 330 654,13	386 468,45
FEG	2 943 011,31	1 602 880,50	1 340 130,81
Total	20 413 200,77	17 325 983,84	3 087 216,93

Tabela 27 | Resultado das Atividades de Ensino (em euros)

Tal como se pode constatar, a atividade de ensino evidencia um resultado positivo de 3,1 milhões de euros no ano de 2024.

A informação que se segue apresenta o número de alunos ponderados por UOEI, sendo que, no ano de 2024, foram apurados 7.574,75 alunos ponderados, de acordo com os critérios em vigor. Importa salientar que este número é utilizado para o cálculo do rendimento e gasto médio por aluno e por Unidade.

Unidade Orgânica	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	CTeSP	Total de Alunos	Total de Alunos Ponderados
ESS	371	30			401	1 383,45
ESTA				86	86	140,00
FCAA	144	63	14		221	848,75
FCSH	862	195	31		1 088	1 990,35
FCT	456	102	46		604	2 205,95
FEG	361	186	28		575	1 006,25
Total	2 194	576	119	86	2 975	7 574,75

Tabela 28 | Número de Alunos por Unidade Orgânica

Desta forma, tendo em consideração o número de alunos equivalentes por UO e considerando todos os rendimentos e gastos diretos e indiretos de cada uma, a UAc apurou o rendimento e o gasto médio por aluno, assim como o respetivo resultado, que se espelha no quadro seguinte.

Unidade Orgânica	Rendimentos	Gastos	N.º de alunos	Rend. médio por aluno	Gasto médio por aluno	Resultado por aluno
ESS	3 424 388,37	2 468 112,39	401	8 539,62	6 154,89	2 384,73
ESTA	401 859,94	102 733,35	86	4 672,79	1 194,57	3 478,22
FCAA	2 434 222,09	3 085 653,63	221	11 014,58	13 962,23	-2 947,65
FCSH	5 492 596,49	4 735 949,85	1 088	5 048,34	4 352,90	695,45
FCT	5 717 122,57	5 330 654,13	604	9 465,43	8 825,59	639,85
FEG	2 943 011,31	1 602 880,50	575	5 118,28	2 787,62	2 330,66
Total	20 413 200,77	17 325 983,84	2 975	6 861,58	5 823,86	1 037,72

Tabela 29 | Resultado por Aluno (em euros)

3.7.3 Resultado da atividade de Investigação

No resultado da atividade de investigação foram considerados todos os rendimentos e gastos de projetos imputados às UI.

Unidades	Rendimentos					
	Rend. diretos à Investig.	OE	PRR	Outros rendimentos	Reconhecimento de subs. ao investimento	Total
CBA	393 432,19	148 930,67	84 740,79	15 480,40	32 657,48	675 241,52
CEEApLA	46 623,58	220 126,15		2 160,71	4 558,23	273 468,66
CHAM	70 650,03	117 215,79		3 680,64	7 764,68	199 311,13
CIBIO-A	496 917,47	179 426,69		15 020,14	31 686,49	723 050,79
CICS	114 058,17	220 612,01		2 616,00	5 518,72	342 804,90
ESTA		0,00		0,00	0,00	0,00
FCAA	0,00	0,00	21 500,99	0,00	0,00	21 500,99
FCSH	6 229,54	0,00		131,57	277,56	6 638,67
FCT	34 956,50	18 384,45	55 058,98	10 483,76	22 116,55	141 000,24
FEG		0,00		0,00	0,00	0,00
GBA	209 903,69	173 003,85		12 491,28	26 351,61	421 750,43
IITAA	191 329,69	290 743,47	48 291,43	15 621,58	32 955,31	578 941,48
IVAR	538 824,65	506 830,07		30 175,57	63 658,40	1 139 488,69
OKEANOS	1 866 694,92	1 126 892,91		119 643,41	252 399,83	3 365 631,07
NICA		117 803,41		0,00	0,00	117 803,41
NIDeS		88 804,82		0,00	0,00	88 804,82
CEHu		162 804,09		0,00	0,00	162 804,09
Outros		114 204,78		0,00	0,00	114 204,78
Projetos reitoria	737 449,89	39 016,65	78 469,96	29 858,44	62 989,39	947 784,33
Total de rendimentos	4 707 070,32	3 524 799,82	288 062,15	257 363,50	542 934,24	9 320 230,02

Tabela 30 | Rendimentos das Atividades de Investigação (em euros)

Apresentam maior relevância os rendimentos diretos, com 4,7 milhões de euros (50,5%), e as receitas provenientes do OE, com 3,5 milhões de euros (37,8%).

Os gastos da mesma atividade constam do quadro seguinte:

Unidades	Gastos					
	Gastos diretos à Investigação	Vencimentos e Bolsas	PRR	Depreciações e amort. indiretas	Outros Gastos	Total
CBA	154 831,70	243 797,58	44 758,06	26 602,55	159 478,49	629 468,38
CEEApLA	13 853,66	360 343,66		22 451,26	134 186,91	530 835,49
CHAM	35 491,21	191 880,73		13 641,96	81 434,90	322 448,80
CIBIO-A	117 167,24	293 719,18		24 652,55	147 889,05	583 428,02
CICS	76 797,60	361 139,01		26 275,52	156 850,15	621 062,28
ESTA	8 900,00			517,43	3 088,74	12 506,17
FCT	58 545,53	30 095,11	10 691,11	5 959,75	35 576,39	140 867,89
FEG	25 650,87				0,00	25 650,87
GBA	49 554,30	283 205,07		19 965,05	120 500,02	473 224,44
IITAA	24 364,82	475 943,32	4 018,45	30 258,81	182 711,85	717 297,25
IVAR	66 989,89	829 674,29		53 798,46	377 002,84	1 327 465,48
OKEANOS	452 991,05	1 844 709,15		137 858,45	906 046,39	3 341 605,04
NICA		192 842,66		11 570,26	69 068,00	273 480,92
NIDeS		145 372,35		8 722,12	52 066,16	206 160,63
CEHu		266 508,20		15 990,08	95 512,43	378 010,72
Outros		186 951,76		11 216,82	66 958,12	265 126,70
Projetos reitoria	697 510,32	63 869,76	84 153,64	50 730,71	302 834,01	1 199 098,44
Total de gastos	1 782 648,19	5 770 051,85	143 621,26	460 211,78	2 891 204,45	11 047 737,54

Tabela 31 | Gastos das Atividades de Investigação (em euros)

Pela análise do quadro anterior, constata-se que os gastos da atividade de investigação, em 2024, atingiram aproximadamente 11,0 milhões de euros, influenciados, sobretudo, pelos gastos com pessoal de 5,8 milhões de euros (52,2%).

O quadro seguinte traduz o resultado da atividade de investigação no ano de 2024, que se cifrou em -1,7 milhões de euros.

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
CBA	675 241,52	629 468,38	45 773,14
CEEApIA	273 468,66	530 835,49	-257 366,83
CHAM	199 311,13	322 448,80	-123 137,67
CIBIO-A	723 050,79	583 428,02	139 622,77
CICS	342 804,90	621 062,28	-278 257,39
ESTA	0,00	12 506,17	-12 506,17
FCAA	21 500,99	0,00	21 500,99
FCSH	6 638,67	0,00	6 638,67
FCT	141 000,24	140 867,89	132,35
FEG	0,00	25 650,87	-25 650,87
GBA	421 750,43	473 224,44	-51 474,01
IITAA	578 941,48	717 297,25	-138 355,77
IVAR	1 139 488,69	1 327 465,48	-187 976,80
OKEANOS	3 365 631,07	3 341 605,04	24 026,02
NICA	117 803,41	273 480,92	-155 677,51
NIDeS	88 804,82	206 160,63	-117 355,81
CEHu	162 804,09	378 010,72	-215 206,62
Outros	114 204,78	265 126,70	-150 921,92
Projetos reitoria	947 784,33	1 199 098,44	-251 314,11
Total	9 320 230,02	11 047 737,54	-1 727 507,52

Tabela 32 | Resultado das Atividades de Investigação (em euros)

3.7.4 Resultado da atividade de Prestação de Serviços à Comunidade

O resultado apresentado neste ponto tem em consideração as vendas e prestações de serviços prestadas à comunidade, tais como estudos, pareceres, consultorias, atividade do parque de estacionamento e outros rendimentos, como, por exemplo, o aluguer de espaços.

Unidades	Rendimentos			
	Rend. diretos à Prestação de Serviços à Comunidade	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Outros rendimentos	Total
CBA	43 356,78	5 250,54	2 488,88	51 096,20
CEEAPLA	22 957,20	2 780,13	1 317,85	27 055,18
CHAM	3 277,66	396,93	188,15	3 862,74
CIBIO-A	30 418,59	3 683,71	1 746,16	35 848,46
CICS	648,28	78,51	37,21	764,00
ESTA	14 000,00	1 695,41	803,66	16 499,07
FCSH	4 868,26	589,55	279,46	5 737,27
FCT	32 166,59	3 895,40	1 846,51	37 908,50
FEG	17 447,98	2 112,96	1 001,59	20 562,53
GBA	15 568,05	1 885,30	893,68	18 347,03
IITAA	101 099,89	12 243,26	5 803,60	119 146,75
IVAR	117 209,62	14 194,16	6 728,36	138 132,14
OKEANOS	148 633,94	17 999,67	8 532,27	175 165,88
Geral/Reitoria	140 910,15	17 064,31	8 088,88	166 063,34
Total de rendimentos	692 562,99	83 869,82	39 756,26	816 189,07

Tabela 33 | Rendimentos da Atividade de Interação com a Sociedade (em euros)

Em 2024, os rendimentos da atividade de prestação de serviços à comunidade atingiram aproximadamente 816,2 milhares de euros, com destaque para os rendimentos diretos na ordem dos 692,6 milhares de euros (84,9%), conforme apresentado no quadro anterior.

Unidades	Gastos			
	Gastos. diretos das Prestações de Serviços à Comunidade	Depreciações e amortizações indiretas	Outros gastos	Total
CBA	8 941,05	536,45	3 202,30	12 679,80
CEEAPLA	6 092,90	365,56	2 182,22	8 640,68
CHAM			0,00	0,00
CIBIO-A	7 624,80	457,48	2 730,88	10 813,16
CICS			0,00	0,00
ESTA			0,00	0,00
FCSH			0,00	0,00
FCT			0,00	0,00
FEG			0,00	0,00
GBA	8 605,71	516,33	3 082,19	12 204,23
IITAA	19 352,95	1 161,15	6 931,39	27 445,49
IVAR	1 614,44	96,86	578,23	2 289,53
OKEANOS	67 908,83	4 074,42	24 322,03	96 305,28
Reitoria/Gestão	399,54	23,97	143,10	566,61
Total de gastos	120 540,22	7 232,22	43 172,34	170 944,78

Tabela 34 | Gastos da Atividade de Interação com a Sociedade (em euros)

Tal como se pode constatar pelo quadro relativo a gastos com a atividade de prestação de serviços à comunidade, em 2024, estes ascenderam a 170,9 milhares de euros, assumindo maior relevância os gastos diretos, com 120,5 milhares de euros (70,5%).

Unidades	Rendimentos	Gastos	Total
CBA	51 096,20	12 679,80	38 416,40
CEEAPLA	27 055,18	8 640,68	18 414,50
CHAM	3 862,74	0,00	3 862,74
CIBIO-A	35 848,46	10 813,16	25 035,30
CICS	764,00	0,00	764,00
ESTA	16 499,07	0,00	16 499,07
FCSH	5 737,27	0,00	5 737,27
FCT	37 908,50	0,00	37 908,50
FEG	20 562,53	0,00	20 562,53
GBA	18 347,03	12 204,23	6 142,80
IITAA	119 146,75	27 445,49	91 701,26
IVAR	138 132,14	2 289,53	135 842,61
OKEANOS	175 165,88	96 305,28	78 860,60
Geral	166 063,34	566,61	165 496,73
Total	816 189,07	170 944,78	645 244,29

Tabela 35 | Resultado da Atividade de Interação com a Sociedade (em euros)

Como se pode constatar, o resultado da atividade de prestação de serviços à comunidade cifrou-se em 645,2 milhares de euros.

3.7.5. Rendimentos e Gastos não Incorporados

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024, a UAc auferiu os seguintes rendimentos não incorporados:

- Os rendimentos do exercício que afetou à construção das novas Residências Universitárias (dado que constituirão atividade dos SASE e não da UAc), no montante de 750,0 milhares de euros;
- Os rendimentos provenientes do Contrato Programa celebrado com a DGES e outras 5 entidades, na parte do rendimento cuja despesa ainda não foi realizada, no montante de 313,5 milhares de euros.

Unidades	Montante
Rendimentos gerais	1 063 546,99
Gastos não incorporados	0,00
Resultado	1 063 546,99

Tabela 36 | Rendimentos e Gastos não Incorporados (em euros)

4. Nota Final

Conforme decorre da análise apresentada no presente relatório, em 2024 a Universidade dos Açores manteve as suas contas equilibradas. Registou-se um aumento das receitas cobradas, fundamentalmente por integração do saldo de gerência de 2023 e pelo reconhecimento das verbas relativas ao ano de 2024 do contrato-programa celebrado em dezembro de 2023; assim como um aumento da despesa executada, por via de atualizações salariais impostas legalmente, da aquisição de bens e serviços ao abrigo de projetos, bem como de intervenções de manutenção e conservação de infraestruturas, há algum tempo adiadas. A execução da despesa não foi tão expressiva como desejado, porque estiveram a decorrer procedimentos de contratação que apenas terão execução no ano de 2025.

Apesar do aumento geral da receita em 2024, a UAc continua a ser condicionada pela insuficiência das dotações atribuídas pelo OE face à totalidade dos encargos com o pessoal, indispensável ao funcionamento da instituição.

O Conselho de Gestão reitera a necessidade de o financiamento do ensino superior considerar as especificidades das Universidades dos Açores e da Madeira, assumindo uma majoração do financiamento provindo do OE para fazer face aos efetivos e penalizadores sobrecustos que advêm da circunstância insular e ultraperiférica das mesmas, a que, no caso da UAc, acresce a sua natureza tripolar, circunstâncias que impactam negativamente na capacidade de desenvolvimento daquelas instituições face às suas congéneres nacionais, contrariam os objetivos e preocupações de coesão territorial subjacentes ao próprio programa do Governo nacional e à Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e limitam o seu efetivo contributo para o desenvolvimento daquelas regiões.

Uma palavra final de reconhecimento à comunidade académica, aos órgãos e estruturas de governo, ao Fiscal Único e a todas as entidades públicas e privadas que colaboram com a Universidade dos Açores, pelo apoio e empenho demonstrados ao longo de mais um ano de vida da nossa Instituição, sem os quais a existência da UAc ficaria esvaziada de sentido e o exercício da sua missão empobrecido.

5. Proposta de Aprovação das Contas e da Aplicação dos Resultados

É convicção do Conselho de Gestão que o Relatório de Gestão, e demais documentos de prestação de contas individuais da Universidade dos Açores, elaborados de acordo com o SNC-AP, com as instruções do Tribunal de Contas e com as normas e princípios contabilísticos geralmente aceites, retratam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da UAc, no período de 2024.

Face ao exposto, tendo em conta que, no período findo em 31 de dezembro de 2024, foi apurado um Resultado Líquido do Período no montante de 3.068.500,69 euros, o Conselho de Gestão propõe que a totalidade deste resultado seja aplicado e mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Março de 2025

O Conselho de Gestão

6. Demonstrações Financeiras

6.1 Balanço

Rubricas	Notas	Euros	
		2024	2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	44 139 463,18	44 479 500,45
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	3	3 250,75	3 271,25
Participações financeiras	18	863 351,15	863 351,15
Outros ativos financeiros			
		45 006 065,08	45 346 122,85
Ativo corrente			
Inventários	10	78 449,80	79 095,68
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios	18		
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18	2 043 441,69	2 031 751,18
Estado e Outros Entes Públicos			
Outras contas a receber	18,23	482 270,52	628 648,03
Diferimentos	23	118 266,61	52 625,69
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos	1,18	12 720 311,30	10 059 558,87
		15 442 739,92	12 851 679,45
Total do ativo		60 448 805,00	58 197 802,30
Património Líquido			
Património/Capital		6 901 376,80	6 901 376,80
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transitados		-4 174 689,02	-6 722 041,73
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		42 229 310,28	42 598 885,06
Resultado líquido do período		3 068 500,69	2 547 352,71
Interesses que não controlam			
Total do Património Líquido		48 024 498,75	45 325 572,84
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	1 765 358,37	1 749 875,00
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			1 763 370,00
Diferimentos		2 210 908,00	
Outras contas a pagar			
		3 976 266,37	3 513 245,00
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios concedidos	18	140 044,34	147 779,26
Fornecedores	18	111 542,40	76 030,90
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	46 559,86	28 628,00
Financiamentos obtidos	18		
Fornecedores de investimentos	18	47 331,27	6 777,63
Outras contas a pagar	18,23	3 629 022,29	3 299 839,87
Diferimentos	23	4 473 539,72	5 799 928,80
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		8 448 039,88	9 358 984,46
Total do Passivo		12 424 306,25	12 872 229,46
Total do Património Líquido e Passivo		60 448 805,00	58 197 802,30

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

6.2 Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e Gastos	Notas	Euros	
		2024	2023
Impostos de taxas	14	2 980 343,07	2 696 912,37
Vendas	13	25 187,68	16 383,71
Prestações de serviços	13	667 375,31	673 828,72
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	26 476 784,89	25 026 342,10
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-39 956,13	-41 963,66
Fornecimentos e serviços externos	23	-3 665 841,30	-2 633 099,78
Gastos com pessoal	23	-22 759 724,75	-22 057 849,39
Transferências e subsídios concedidos	23	-501 535,87	-516 186,30
Prestações sociais			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18	3 071,55	-107 569,49
Provisões (aumentos/reduções)	15	-66 495,03	-343 765,89
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	18		
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13	1 118 251,99	1 024 036,83
Outros gastos e perdas	23	-178 808,10	-152 944,89
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros		4 058 653,31	3 584 124,33
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-1 100 885,92	-1 036 807,92
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 957 767,39	2 547 316,41
Juros e rendimentos similares obtidos	18	110 733,30	36,30
Juros e gastos similares suportados			
Resultados antes de impostos		3 068 500,69	2 547 352,71
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		3 068 500,69	2 547 352,71

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

6.3 Demonstrações de Alterações ao Património Líquido

Descrição	Notas	Capital/ Património realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Reservas decorrentes da Transf. de ativos	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajust. em ativos financeiros	Excedentes em Revalorização	Outras Variações no Património Líquido	Resultado Líquido no Período	Total	Interesses que não Controlam	Total do Património Líquido
Posição no Início do Período	(1)	6 901 376,80					-6 722 041,73			42 598 885,06	2 547 352,71	45 325 572,84		45 325 572,84
							2 547 352,71			-369 574,78	-2 547 352,71	-369 574,78		-369 574,78
Alterações no Período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
Outras alterações reconhecidas no património líquido														
	(2)													
Resultado Líquido do Período	(3)										3 068 500,69	3 068 500,69		3 068 500,69
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										3 068 500,69	3 068 500,69		3 068 500,69
Operações com Detentores de Capital no Período														-369 574,78
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
	(5)													
Posição no Fim do Período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	6 901 376,80					-6 722 041,73			42 598 885,06	5 615 853,40	48 394 073,53		48 394 073,53

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

6.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Euros	
	Notas	Períodos 2024 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		631 923,68 375 695,19
Recebimentos de contribuintes		
Recebimentos de utentes	3 162 358,88	2 601 882,67
Pagamentos a fornecedores	-3 327 298,75	-2 625 477,44
Pagamentos ao pessoal	-23 203 495,50	-22 065 996,65
Caixa gerada pelas operações	-22 736 511,69	-21 713 896,23
Outros recebimentos/pagamentos	26 052 601,76	27 778 304,34
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)	3 316 090,07	6 064 408,11
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-655 337,64	-512 654,60
Ativos intangíveis		
Propriedades de Investimento		
Investimentos financeiros		-300,00
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Propriedades de Investimento		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		
Transferências de capital		
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)	-655 337,64	-512 954,60
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)	2 660 752,43	5 551 453,51
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 059 558,87	4 508 105,36
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12 720 311,30	10 059 558,87
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 059 558,87	4 508 105,36
- Equivalentes a caixa no início do período	10 059 558,87	4 508 105,36
- Variações cambiais de caixa no início do período		
= Saldo da gerência anterior	10 059 558,87	4 508 105,36
De execução orçamental	9 725 404,72	4 493 515,81
De operações de tesouraria	334 154,15	14 589,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12 720 311,30	10 059 558,87
- Equivalentes a caixa no fim do período	12 720 311,30	10 059 558,87
- Variações cambiais de caixa no fim do período		
= Saldo para a gerência seguinte	12 720 311,30	10 059 558,87
De execução orçamental	12 085 606,93	9 725 404,72
De operações de tesouraria	634 704,37	334 154,15

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

Em 20 de março de 2025

6.5 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

1 . Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. Identificação da entidade

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores;
Contribuinte: 512017050;
- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada;
- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento;
118050200 – Plano;
- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Universidade dos Açores (Entidade) foi fundada em 09 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto e pelo Despacho Normativo n.º 8/2022, de 22 de abril, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 106 de 1 de junho de 2022, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de consulta da Entidade:

- O Senado;
- O Conselho das Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação;
- O Conselho das Unidades de Investigação.

Em 31 de Dezembro de 2024, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitora (Presidente): Susana da Conceição Miranda Silva Mira Leal;
- Vice-Reitor (Vogal): Francisco Cipriano da Cunha Martins;
- Administradora (Vogal): Cíntia Ricardo Reis Machado;
- Vice-Reitora (Vogal): Suzana Nunes Caldeira;
- Vice-Reitor (Vogal): Artur José Freire Gil.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras não são consolidadas em outra entidade.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o SNC-AP, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contábilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contábilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 16 de março de 2024, e serão submetidas à aprovação pelo Conselho Geral.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais, que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contábilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

Conta	2024	2023
Caixa	0,00	1 486,32
Depósitos à ordem	210 311,30	120 072,55
Depósitos à ordem no Tesouro	129 208,98	75 483,04
Depósitos bancários à ordem	81 102,32	44 589,51
Depósitos a prazo	12 510 000,00	9 938 000,00
Total de caixa e depósitos	12 720 311,30	10 059 558,87

Nos termos do n.º 5 do Artigo 115.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro (RJIES), as aplicações financeiras da Entidade devem ser realizadas no Tesouro, salvo para um valor que não exceda 25% do seu montante total, limite cumprido ao longo dos exercícios de 2024 e 2023.

A UAc subscreveu, em 1 de agosto de 2024, o montante de 5.260.000,00 euros de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). Em 31 de dezembro de 2024, em cumprimento com o Despacho n.º 12553/2023 do Ministério das Finanças, a UAc subscreveu, adicionalmente, o montante de 7.250.000,00 euros. Os CEDIC constituídos no dia 31 de dezembro foram resgatados a 2 de janeiro de 2025. Os CEDIC são aplicações financeiras de muito curto prazo, passíveis de mobilização quase imediata. A UAc entende que estes instrumentos integram o conceito de equivalente de caixa, pelo que registou na rubrica de depósitos a prazo, fazendo parte integrante do saldo de gerência.

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes são abaixo indicadas.

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

Conforme política contabilística adotada pela Entidade a partir de 1 de janeiro de 2018, e tendo em consideração a necessidade de aplicar procedimentos mais eficientes de contabilização e registo de bens móveis adquiridos, bem como do princípio da materialidade previsto no parágrafo 7.1 da Estrutura Conceptual do SNC-AP e dos critérios previstos na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, para a conta “437 Outros ativos fixos tangíveis” e “62 Fornecimentos e serviços externos”:

- os bens móveis de vida útil inferior a um ano ou, mesmo que superior, que tenham um valor individual inferior a 100,00 euros, exceto nos casos em que tais elementos façam parte integrante de um conjunto que deva ser considerado como um todo, são reconhecidos em gastos do exercício;
- os bens móveis de vida útil igual ou superior a um ano, que tenham um valor individual inferior a 1.000,00 euros e sem taxa definida no “Classificador Complementar 2”, podem ser depreciados integralmente no próprio exercício, mediante análise casuística e autorização do órgão de gestão.

b) Imparidades de ativos

A Entidade avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

A Entidade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços, tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades subsidiárias, em que a Entidade exerce o controlo, e em associadas, em que a Entidade tem influência significativa, são mensuradas pelo método do custo, uma vez que a Entidade apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A Entidade desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações, com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando a Entidade (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

A Entidade, quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras do Governo Regional e de terceiros, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidas pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

A Entidade reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, a Entidade tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

A Entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Outras contas a receber e a pagar e diferimentos.

O rendimento de propinas é reconhecido na proporção dos serviços prestados ao longo do correspondente período letivo. A entidade reconhece o direito a receber de propinas no momento da inscrição dos alunos e periodiza o rendimento mensalmente numa base proporcional à duração do ano letivo, sendo 4/12 (setembro a dezembro) reconhecido como rendimento do período (ano da inscrição no ano letivo) e, os restantes 8/12, são diferidos (rendimento diferido) e reconhecidos como rendimento no ano seguinte, em consonância com o regime de acréscimo.

n) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de liquidação de imposto sobre o rendimento.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

2.3 Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas. Em 2024, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade de a Entidade operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Como já mencionado, os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento que sejam garantidos a nível do Orçamento do Estado, tendo em conta os atuais constrangimentos existentes.

2.5 Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e/ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Entidade no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Entidade, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.

2.6 Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de

exigência que estão associados e regulamentados; (ii) os riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber, maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) as contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pela Entidade; e com (iv) as responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2024 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

a) Vidas úteis ou taxas de amortização usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respetivas taxas de amortização. Para os ativos intangíveis obtidos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de amortização utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

b) Método de amortização usado

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado. Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

A quantia bruta escriturada e de amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era assim resumida:

Ativos Intangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Programas de computador e sistemas de informação	1 573 059,26	1 569 788,01		3 271,25	1 573 059,26	1 569 808,51		3 250,75
Total	1 573 059,26	1 569 788,01	0,00	3 271,25	1 573 059,26	1 569 808,51	0,00	3 250,75

Tabela 3.1 | Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreram as seguintes variações:

Ativos Intangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Variações								Quantia Escriturada Final
		Adições	Transf. Internas à Entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do Período	Diferenças Cambiais	Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)-(10)
Programas de computador e sistemas de informação	3 271,25						-20,50			3 250,75
Total	3 271,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-20,50	0,00	0,00	3 250,75

Tabela 3.2 | Ativos intangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram adições, nem diminuições, nem revalorizações de ativos intangíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Entidade não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo, deduzidos das depreciações e de perdas de imparidade, quando aplicável. O custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição, no caso dos ativos que foram adquiridos após esta mesma data.

b) Método de depreciação usado

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, atendendo ao período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar aumento na vida útil dos ativos são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As fichas de cadastro dos demais ativos encontram-se atualizadas à data de relato, com informações sobre a vida útil dos bens e respetivas taxas de depreciação. Para os bens adquiridos antes da transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as definidas pelo Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE). Para os bens adquiridos posteriormente à data de transição para o SNC-AP, as taxas de depreciação utilizadas são as que se encontram previstas no Classificador Complementar 2.

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 resume-se como segue:

Ativos Tangíveis	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade	Quantia Escriturada
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)-(3)-(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)-(7)-(8)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8 650 983,55	3 739 469,27		8 650 983,55	8 650 983,55			8 650 983,55
Edifícios e outras construções	36 277 172,67	15 929 616,77		32 537 703,40	36 277 172,67	4 274 325,37		32 002 847,30
Equipamento básico	18 671 166,15	547 748,55		2 741 549,38	19 155 476,28	16 343 667,17		2 811 809,11
Equipamento de transporte	547 810,92	9 113 808,69		62,37	599 140,70	555 203,02		43 937,68
Equipamento administrativo	9 378 196,05	2 265 109,01		264 387,36	9 443 830,14	9 166 166,94		277 663,20
Outros	2 443 877,64			178 768,63	2 517 436,43	2 293 287,71		224 148,72
Ativos fixos tangíveis em curso	106 045,76			106 045,76	128 073,62			128 073,62
	76 075 252,74	31 595 752,29	0,00	44 479 500,45	76 772 113,39	32 632 650,21	0,00	44 139 463,18
Total	76 075 252,74	31 595 752,29	0,00	44 479 500,45	76 772 113,39	32 632 650,21	0,00	44 139 463,18

Tabela 5.1 | Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 ocorreram as seguintes variações:

Ativos Fijos Tangíveis	Quantia Escriturada Inicial	Transf. Internas à Entidade				Reversões de Perdas por Imparidade		Depreciações do Período	Diferenças Cambiais		Quantia Escriturada Final
		Adições	Revalorizações	Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Diminuições	Diminuições				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
Outros ativos fixos tangíveis										(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
Terrenos e recursos naturais	8 650 983,55									8 650 983,55	
Edifícios e outras construções	32 537 703,40						-534 856,10		-370,12	32 002 847,30	
Equipamento básico	2 741 549,38	516 520,71					-445 890,86			2 811 809,11	
Equipamento de transporte	62,37	51 329,78					-7 454,47		-795,08	43 937,68	
Equipamento administrativo	264 387,36	95 589,30					-81 518,38			277 663,20	
Outros	178 768,63	76 525,70					-31 145,61			224 148,72	
Ativos fixos tangíveis em curso	106 045,76	35 805,78							-13 777,92	128 073,62	
	44 479 500,45	775 771,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 100 865,42	0,00	-14 943,12	44 139 463,18	
Total	44 479 500,45	775 771,27	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 100 865,42	0,00	-14 943,12	44 139 463,18	

Tabela 5.2 | Ativos Fijos Tangíveis - Quantia Escriturada e Variações do Período

Ativos Fijos Tangíveis	Adições										
	Internas	Aquisições	Cessões	Transf. ou Troca	Doação, Herança, Legado ou Expropriação	Doação em Pagamento	Locação Financeira	Fusão, Cisão	Reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)+(10)+(11)
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais											0,00
Edifícios e outras construções							-534 856,10		-370,12		0,00
Equipamento básico	13 777,92	502 742,79					-445 890,86				516 520,71
Equipamento de transporte		1 929,78					-7 454,47		-795,08		51 329,78
Equipamento administrativo		95 589,30					-81 518,38				95 589,30
Outros		76 525,70					-31 145,61				76 525,70
Ativos fixos tangíveis em curso		35 805,78							-13 777,92		35 805,78
	13 777,92	712 593,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 100 865,42	0,00	-14 943,12		775 771,27
Total	13 777,92	712 593,35	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 100 865,42	0,00	-14 943,12		775 771,27

Tabela 5.2A | Ativos Fijos Tangíveis - Desagregação das Adições

O montante reconhecido como adições refere-se maioritariamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, sendo que estes estão registados pelo preço de fatura. Registou-se, ainda, no decorrer do exercício de 2024, a doação de uma viatura por parte da Fundação Gaspar Frutuoso, bem como, a passagem de um ativo fixo tangível em curso para equipamento básico.

Ativos Fixos Tangíveis	Diminuições					
	Alienação a Título Oneroso	Transferência ou Troca	Devolução ou Reversão	Fusão, Cisão Reestruturação	Outras	Total
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(2)+(3)+(4)+(5)+(6)
Outros ativos fixos tangíveis						(5)+(6)
Terrenos e recursos naturais						0,00
Edifícios e outras construções						0,00
Equipamento básico					-370,12	-370,12
Equipamento de transporte						0,00
Equipamento administrativo	-142,55		-541,65		-110,88	-795,08
Outros						0,00
Ativos fixos tangíveis em curso					-13 777,92	-13 777,92
Total	-142,55	0,00	-541,65	0,00	-14 258,92	-14 943,12

Tabela 5.2B | Ativos Fixos Tangíveis - Desagregação das Diminuições

O montante reconhecido como diminuições refere-se maioritariamente ao abate de ativos fixos tangíveis. Foi, ainda, registada, em 2024, a alienação de um equipamento aos SASE, bem como, a passagem de um ativo fixo tangível em curso para equipamento básico.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram revalorizações de ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Entidade não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade é legalmente proprietária de alguns edifícios cedidos aos SASE. Como esses imóveis são utilizados pelos SASE na sua atividade operacional, proporcionando benefícios económicos e estando sob o seu controlo e administração, são reconhecidos nas suas demonstrações financeiras como ativos fixos tangíveis. Os bens cedidos aos SASE são os seguintes:

Bens cedidos aos SASE

Terrenos e recursos naturais

- Terreno do edifício da Residência das Laranjeiras em Ponta Delgada
- Terreno do edifício dos SASE, cantina, bar e snack-bar do campus de Ponta Delgada
- Terreno do edifício da Residência do Morrão em Angra do Heroísmo
- Terreno do edifício dos SASE, cantina, bar e snack-bar do campus de Angra do Heroísmo

Edifícios e outras construções

- Edifício da Residência das Laranjeiras em Ponta Delgada
- Edifício dos SASE, cantina, bar e snack-bar do campus de Ponta Delgada
- Edifício da Residência do Morrão em Angra do Heroísmo
- Edifício dos SASE, cantina, bar e snack-bar do campus de Angra do Heroísmo

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:

Rubrica	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	78 449,80		78 449,80
Total	78 449,80	0,00	78 449,80

Tabela 10.1 | Inventários

Rubrica	Quantia Escriturada Inicial	Variações							Quantia Escriturada Final
		Compras Líquidas	Consumos/ Gastos	Variações nos Inventários da Produção	Perdas por Imparidade	Reversões de Perdas por Imparidade	Outras Reduções Inventários	Outros Aumentos Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (1) + (2) - (3) + (4) - (5) + (6) - (7) + (8)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	79 095,68	39 841,23	39 956,13				530,98		78 449,80
Total	79 095,68	39 841,23	39 956,13	0,00	0,00	0,00	530,98	0,00	78 449,80

Tabela 10.2 | Inventários: movimentos do período

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido nos resultados de 2024, foi de 39.956,13 euros (41.963,66, em 2023).

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 têm a seguinte decomposição:

Tipo de Rendimento	2024		2023	
Venda de bens	25 187,68	25 187,68	16 383,71	16 383,71
Prestações de Serviços				
Serviços laboratoriais	4 132,93		1 233,88	
Aluguer de equipamentos	5 555,71		8 416,50	
Arrendamento	-		1 826,90	
Ações de formação	51 089,54		25 855,00	
Parque de estacionamento	45 186,73		44 692,84	
Protocolos e acordos	96 463,73		90 803,98	
Outros serviços	464 946,67	667 375,31	500 999,62	673 828,72
Outros rendimentos e ganhos				
Alienações	435,42			
Reposições não abatidas aos pagamentos	9 312,09		27 834,85	
Outras correções relativas a períodos anteriores	70 792,87		30 999,75	
Imputação de subsídios e transferências	1 004 511,34		940 972,67	
Restituição de impostos	8 030,37		2 592,04	
Juros de mora obtidos	12 595,18		10 688,22	
Outros	12 574,72	1 118 251,99	10 949,30	1 024 036,83
Total rendimentos de transações com contraprestação		1 810 814,98		1 714 249,26

A rubrica Outras correções relativas a períodos anteriores engloba maioritariamente rendimentos provenientes de propinas, cujo rendimento pertence a 2023.

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação, recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

Tipo de Rendimento	Rendimento do Período		Quantias por Receber		Adiantamentos Recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do Período	Final do Período	
Taxas	2 967 396,82		1 699 169,36	1 872 072,97	
Multas e outra penalidades	12 946,25				
Transferências sem condição	24 104 124,17				
Transferências com condição	2 372 660,72				
Total	29 457 127,96	0,00	1 699 169,36	1 872 072,97	0,00

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

Rubricas	Quantia Escriturada Início 2024	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2024
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	166 145,13	67 967,68			67 967,68				0,00	234 112,81
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	800 838,87				0,00	51 011,66	31 472,66		82 484,32	718 354,55
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 749 875,00	67 967,68	0,00	0,00	67 967,68	51 011,66	31 472,66	0,00	82 484,32	1 735 358,36

Rubricas	Quantia Escriturada Início 2023	Aumentos				Utilizações				Quantia Escriturada Final 2023
		Reforços	Aumentos da Quantia Descontada	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(7)+(8)+(9)	(11)=(2)+(6)-(10)
Processos judiciais em curso	166 145,13				0,00				0,00	166 145,13
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	493 674,77	343 765,89			343 765,89	36 601,79			36 601,79	800 838,87
Outras provisões	782 891,00				0,00				0,00	782 891,00
Total	1 442 710,90	343 765,89	0,00	0,00	343 765,89	36 601,79	0,00	0,00	36 601,79	1 749 875,00

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pela Entidade, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1,0% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;

- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 01/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

O efeito nos resultados das provisões de processos judiciais em curso foi de um gasto de 97.967,69 euros. Relativamente às provisões para acidentes de trabalho e doenças profissionais, houve, em 2024, uma reversão no montante de 31.472,66€. No período anterior havia sido registado um gasto 343.765,89 euros.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2024 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos em 31 de dezembro de 2024 é de 362.712,45 euros (292.594,76 euros, em 31 de dezembro de 2023).

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2024 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Em março de 2022, foi interposta ação administrativa contra a decisão final de arquivamento do procedimento de revisão oficiosa relativo às referidas declarações. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho deste processo, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a este processo é de 313.840,69 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 20 de março de 2025 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Quantia Líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa				1 486,32		1 486,32
Depósitos bancários	12 720 311,30		12 720 311,30	10 058 072,55		10 058 072,55
Subtotal	12 720 311,30		12 720 311,30	10 059 558,87		10 059 558,87
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo						
Investimentos em entidades controladas	748 696,85		748 696,85	748 696,85		748 696,85
Investimentos noutras entidades	114 654,30		114 654,30	114 654,30		114 654,30
Devedores por transferências e subsídios						
Cientes, contribuintes e utentes	2 666 012,20	622 570,51	2 043 441,69	2 657 393,24	625 642,06	2 031 751,18
Estado e outros entes públicos						
Outras contas a receber	507 270,52	25 000,00	482 270,52	653 648,03	25 000,00	628 648,03
Subtotal	4 036 633,87	647 570,51	3 389 063,36	4 174 392,42	650 642,06	3 523 750,36
Total Ativos Financeiros	16 756 945,17	647 570,51	16 109 374,66	14 233 951,29	650 642,06	13 583 309,23
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Passivo corrente						
Credores por transferências e subsídios concedidos						
	140 044,34		140 044,34	147 779,26		147 779,26
Fornecedores	111 542,40		111 542,40	76 030,90		76 030,90
Estado e outros entes públicos	46 559,86		46 559,86	28 628,00		28 628,00
Fornecedores de investimentos	47 331,27		47 331,27	6 777,63		6 777,63
Outras contas a pagar	3 629 022,29		3 629 022,29	3 299 839,87		3 299 839,87
Subtotal	3 974 500,16		3 974 500,16	3 559 055,66		3 559 055,66
Total Passivos Financeiros	3 974 500,16		3 974 500,16	3 559 055,66		3 559 055,66

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2024/2025, no montante de 1.872.072,97 euros (1.699.169,36 euros, em 2023). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.807.338,46 euros em 31 de dezembro de 2024 (1.601.847,08 euros, em 2023), são reconhecidos em Diferimentos.

O saldo da rubrica de Clientes, contribuintes e utentes inclui os seguintes montantes de crédito em cobrança duvidosa, cujo movimento no período foi:

Clientes cobrança duvidosa	31/12/2023	Aumento	Redução	31/12/2024
Clientes	46 074,32	-	-	46 074,32
Utentes	579 567,74	174 716,51	177 788,06	576 496,19
Total	625 642,06	174 716,51	177 788,06	622 570,51

No ponto “2.3.2 – Propinas”, do Relatório e Contas, é apresentada uma análise detalhada sobre a evolução das propinas em dívida de anos letivos anteriores.

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente, sendo que se manteve o valor de 2023.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas, por prudência, em montante igual ao dos utentes com cobrança duvidosa.

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade acumuladas foi o seguinte nos períodos apresentados:

Instrumentos Financeiros	Imparidade Acumulada Início 2024	Movimentos do Período		Imparidade Acumulada Final 2024
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades				
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	46 074,32			46 074,32
Utentes	579 567,74	174 716,51	177 788,06	576 496,19
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
Total Ativos Financeiros	650 642,06	174 716,51	177 788,06	647 570,51

Instrumentos Financeiros	Imparidade Acumulada Início 2023	Movimentos do Período		Imparidade Acumulada Final 2023
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Participações financeiras - Custo				
Investimentos noutras entidades				
Clientes, contribuintes e utentes				
Clientes	47 640,35		1 566,03	46 074,32
Utentes	470 432,22	241 086,41	131 950,89	579 567,74
Outras contas a receber	25 000,00			25 000,00
Total Ativos Financeiros	543 072,57	241 086,41	133 516,92	650 642,06

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024 a rubrica de Outras contas a pagar contempla, essencialmente, a previsão para férias e subsídios de férias no montante de 3.035.197,77 euros (3.048.955,92 euros, em 2023), conforme detalhe apresentado em Outras Divulgações, no final do presente Anexo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam juros e gastos similares de ativos e passivos financeiros.

Os rendimentos de juros e similares de ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 têm a seguinte decomposição:

Juros e rendimentos similares	2024	2023
Rendimentos de juros de ativos financeiros		
Juros obtidos	110 733,30	36,30
Total	110 733,30	36,3
Gastos de juros para passivos financeiros		
Financiamentos obtidos		
Total de juros e gastos similares		-

Em 2024 foi registado um aumento substancial nesta rubrica, uma vez que foram efetuadas diferentes subscrições de CEDIC ao longo do exercício.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as participações de capital em entidades que sejam subsidiárias, associadas ou outras entidades são:

Entidades Denominação	Natureza da Entidade	31/12/2024				31/12/2023						
		Valor Nominal da Participação	%	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida	Valor Nominal da Participação	%	Quantia Bruta	Imparidade	Quantia Líquida	
Investimentos em entidades controladas												
Fundação	Fundação Pública de											
Gaspar Frutuoso	Direito Privado	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85	748 196,85	100,0%	748 196,85		748 196,85	
Chegalvorada,	Sociedade Uni-											
Unipessoal Lda	pessoal p/ Quotas	105 460,00	100,0%	500,00		500,00			500,00		500,00	
Subtotal		853 656,85		748 696,85	-	748 696,85		853 656,85	100,0%	748 696,85	-	748 696,85
Investimentos em associadas												
Observatório	Associação Privada							22,0%				
Regional do Turismo	s/ Fins Lucrativos	20 000,00	22,0%	20 000,00		20 000,00		20 000,00		20 000,00		20 000,00
Subtotal		20 000,00		20 000,00	-	20 000,00		20 000,00		20 000,00	-	20 000,00
Investimentos noutras entidades												
INOVA	Pes. Coletiva de Dir. Privado	92 354,30	13,0%	92 354,30		92 354,30		13,0%	92 354,30		92 354,30	
Associação para o	Associação							15,4%				
Desenvolvimento e	Privada											
Formação do Mar dos	s/ Fins											
Açores - ADFMA	Lucrativos	2 000,00	15,4%	2 000,00		2 000,00		2 000,00		2 000,00		2 000,00
Biotech Synergy, Lda.	Soc. p/ Quotas	300,00	10,0%	300,00		300,00		300,00		300,00		300,00
Subtotal		94 654,30		94 654,30		94 654,30		94 654,30		94 654,30	-	94 654,30
Total de Investimentos financeiros		968 311,15		863 351,15	-	863 351,15		968 311,15		863 351,15	-	863 351,15

À data do fecho de contas da UAc não eram conhecidos os resultados do exercício de 2024 das entidades associadas e das outras entidades.

NOTA 19 - Benefícios dos Empregados

Em 31 de dezembro de 2024 os benefícios dos empregados encontram-se detalhados da seguinte forma:

Gastos Reconhecidos no Período	Conta da Demonstração de Resultados	Valor
Custo do serviço corrente		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	631	498 946,32
Remunerações do pessoal	632	17 695 319,72
Indemnizações	634	238 817,22
Encargos sobre remunerações	635	4 245 586,93
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	636	5 879,30
Outros gastos com o pessoal	638	2 196,38
Outros encargos sociais	639	72 978,88
Custo dos juros		
Retorno esperado dos ativos do plano		
Retorno esperado de qualquer direito de reembolso reconhecido como ativo		
Ganhos e perdas atuariais		
Custo dos serviços passados		
Efeito de qualquer corte ou liquidação		
Total		22 759 724,75

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A Entidade está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2024 a Entidade tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Entidades Denominação	Natureza da Entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAç	Serviço da UAç com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

As transações que ocorreram nos exercícios de 2024 e 2023, por natureza de partes relacionadas, foram:

Transações	31/12/2024				31/12/2023			
	Compra ou Venda de Bens	Compra ou Venda de Ativos	Prestação de Serviços	Outros	Compra ou Venda de Bens	Compra ou Venda de Ativos	Prestação de Serviços	Outros
Serviços Ação Social Escolar da UAç	8 446,79	-	7 765,11	124 000,00	4 985,91	-	6 002,85	171 541,78
Fundação Gaspar Frutuoso	-	-	59 680,57	347 538,00	-	-	8 144,26	-
Chegalvorada, Unipessoal Lda	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades controladas	8 446,79	-	67 445,68	471 538,00	4 985,91	-	14 147,11	171 541,78
Pessoas-chave da gestão	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8 446,79	-	67 445,68	471 538,00	9 971,82	-	14 147,11	171 541,78

Em 31 de dezembro de 2024 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Cargo	Número de Pessoas	Remuneração	Outras Remunerações e Compensações	Empréstimos	Benefícios Diretos e Indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	516 240,24	-	-	-
Membros próximos da família	3	181 470,57	-	-	-

* Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

NOTA 21 – Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente de investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAç.

De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006, na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

NOTA 23 – Outras divulgações

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica Outras contas a receber era constituída por:

Outras Contas a Receber	31/12/2024		31/12/2023
	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia Líquida
FCT - apoio à contratação de doutorados	361 331,47		361 331,47
PREVPAP	60 634,31		
Emprego Científico	20 788,49		201 659,51
CIVISA e IMAR - acordo de cedência pessoal próprio	25 061,73		34 528,41
Cauções entregues a terceiros	12 160,50		12 160,50
Outros	2 294,02		92,19
FGF - acordo de cedência de pessoal próprio			18 875,95
Azores Parque - Soc. Desenv. Gest. Parq.	25 000,00	25 000,00	-
Total	507 270,52	25 000,00	421 636,21

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Outras contas a pagar era constituída por:

Outras Contas a Pagar	31/12/2024	31/12/2023
Especialização de férias e subsídio de férias	3 035 197,77	3 048 955,92
Outros acréscimos de gastos	85 895,99	40 872,38
Outros credores	507 928,53	210 011,57
Total	3 629 022,29	3 299 839,87

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Diferimentos do ativo era constituída por:

Diferimentos (Ativo)	31/12/2024	31/12/2023
Outros gastos a reconhecer	118 266,61	52 625,69
Total	118 266,61	52 625,69

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Diferimentos do passivo eram constituídas por:

Diferimentos (Passivo)	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos a reconhecer a mais de 12 meses		
PNAES - Residências Universitárias	2 210 908,00	1 763 370,00
Rendimentos a reconhecer a menos de 12 meses		
Propinas	1 807 338,46	1 601 847,08
Projetos de Investigação & Desenvolvimento	2 231 126,87	2 558 385,33
Outros Rendimentos	435 074,39	1 639 696,39
Total	6 684 447,72	7 563 298,80

O montante de 2.210.908,00 euros, relativo à construção das residências universitárias nos três polos universitários, desagrega-se no montante 1.763.370,00 euros proveniente do PRR, bem como nas verbas recebidas, no decorrer do ano de 2024, do Município da Horta (100.000,00 euros) e da Fundação Gaspar Frutuoso (347.538,00 euros), com o objetivo de apoiar o financiamento das residências universitárias.

O valor de 1.807.338,46 euros de propinas a diferir corresponde a 8/12 das inscrições do ano letivo de 2024/2025, cujo rendimento só será reconhecido em 2025.

O montante de 2.231.126,87 euros reporta-se a rendimentos de transferências e subsídios obtidos para projetos de I&D, cujos gastos ainda não foram executados. Como resultado, esses rendimentos são diferidos e reconhecidos em períodos futuros para compensar os gastos a incorrer.

A rubrica de outros rendimentos é maioritariamente composta pelo diferimento do montante de 295.378,00 euros, recebido ao abrigo da linha de financiamento de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados.

Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:

Gastos com o Pessoal	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão		
Remunerações certas e permanentes	491 686,22	497 524,35
Abonos variáveis ou eventuais	7 260,10	2 933,70
Remunerações do pessoal		
Remunerações certas e permanentes	17 458 559,60	17 142 152,86
Abonos variáveis ou eventuais	236 760,12	176 085,88
Indemnizações	238 817,22	50 432,98
Encargos sobre remunerações		
Caixa Geral de Aposentações	3 050 954,92	3 049 180,11
Segurança Social	1 194 632,01	1 062 399,97
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 879,30	15 387,86
Outros gastos com o pessoal	2 196,38	2 160,20
Outros encargos sociais	72 978,88	59 591,48
Total	22 759 724,75	22 057 849,39

O aumento da rubrica de Gastos com pessoal deve-se, sobretudo, aos aumentos salariais verificados em 2024.

A Entidade detém a 31 de dezembro de 2024 um total de 497 funcionários.

Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

		<i>Euros</i>
Fornecimentos e Serviços Externos	31/12/2024	31/12/2023
Subcontratos e parcerias		
Serviços de alojamento e de restauração	775,00	3 538,75
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	488 008,02	194 781,74
Publicidade, comunicação e imagem	13 800,32	14 494,94
Vigilância e segurança	196 384,08	211 487,28
Honorários	341 420,84	323 976,45
Conservação e reparação	594 839,67	214 733,37
Outros serviços especializados	588,70	3 189,88
Materiais de consumo		
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 830,97	3 613,42
Livros e documentação técnica	2 361,92	6 729,17
Material de escritório	28 171,08	21 119,32
Artigos para oferta e de publicidade de propaganda	35 948,45	27 007,06
Material de educação, cultura e recreio	12 122,44	1 708,71
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	3 362,71	2 990,18
Produtos químicos e de laboratórios	79 788,68	54 241,41
Outros materiais	186 685,39	154 459,91
Energia e fluidos		
Eletricidade	292 918,49	396 101,45
Combustíveis e lubrificantes	8 320,10	8 133,09
Água	56 426,84	68 735,62
Outros	823,90	1 153,46
Deslocações, estadas e transportes		
Desclocações e estadas	428 221,71	375 521,02
Transporte de pessoal		134,62
Transporte de mercadorias e outros bens	2 590,54	239,60
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	9 363,81	9 144,77
Comunicação	18 486,84	15 563,94
Seguros	16 098,78	13 151,38
Contencioso e notariado		
Limpeza, higiene e conforto	8,50	434,28
Outros serviços	845 493,52	506 714,96
Total	3 665 841,30	2 633 099,78

Em 2024, a rubrica de conservação e reparação registou um aumento substancial, o qual é justificado pelas intervenções inadiáveis, como o caso de intervenções nas infraestruturas e manutenção de equipamentos.

Os trabalhos especializados também registaram um aumento considerável, principalmente, devido a contratações em regime de tarefa, por conta de projetos de I&D.

Quanto aos outros serviços, destacam-se os gastos com o licenciamento, aquisição ou atualização de ferramentas de natureza informática, como as licenças da Microsoft, NONIO, SPSS e *software* de deteção de plágio.

Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Transferências e subsídios concedidos decompunha-se como se segue:

Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2024	Euros
		31/12/2023
Transferências correntes concedidas		
Administração Central (Estado)		
Outras entidades públicas (SASE)	124 000,00	171 541,78
Setor privado:		
Famílias	367 535,87	334 644,52
Entidades de setor não lucrativo (AAUA)	10 000,00	10 000,00
Total	501 535,87	516 186,30

Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica de Outros gastos e perdas decompunha-se como se segue:

Outros gastos e perdas	31/12/2024	Euros
		31/12/2023
Impostos e taxas	16 277,80	
Perdas em inventários	530,98	193,01
Gastos em investimentos não financeiros		
Alienações	142,55	
Abates	1 022,65	367,85
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	123 133,66	116 110,94
Quotizações	11 900,00	11 800,00
Multas fiscais		64,03
Emolumentos		70,71
Serviços bancários	25 800,46	24 338,35
Total	178 808,10	152 944,89

7. Demonstrações Orçamentais

7.1 Demonstração do Desempenho Orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023	Rubrica	Pagamentos	Fontes de Financiamento (2024)						2023
		RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total				RP	RG	UE	EMPR	Fundos Alheios	Total	
	Saldo de gerência anterior	2 380 792,23	5 337 581,84	2 007 030,45			9 725 404,72	4 508 105,36		Despesa corrente	4 384 247,40	21 497 261,10	1 390 720,64			27 272 229,14	25 401 108,52
	Operações orçamentais [1]	2 380 792,23	5 337 581,84	2 007 030,45			9 725 404,72	4 495 515,81		D1 Despesas com o pessoal	1 581 270,42	21 142 885,71	462 493,92			23 186 650,25	22 048 572,31
	Restituição do saldo operações orçamentais									D11 Remunerações certas e permanentes	144 764,40	18 040 554,35	179 470,54			18 384 788,99	17 675 765,70
	Recetimento do saldo devolvido por terceiras entidades									D12 Abonos variáveis ou eventuais	83 133,93	398 897,78	805,73			482 837,44	229 452,56
	Operações de tesouraria [A]					334 154,15	334 154,15	14 589,55		D13 Segurança Social	1 333 372,59	2 703 433,58	282 217,65			4 319 023,82	4 143 154,05
	Recarga corrente	5 923 652,20	20 361 301,81	2 243 818,27			28 528 772,28	28 448 270,02		D2 Juros e outros encargos	2 439 931,19	344 702,13	507 256,09			3 291 889,41	2 600 313,73
	R1 Receita fiscal									D3 Transferências e subsídios correntes	181 702,18		319 833,69			501 535,87	516 186,30
	R11 Impostos diretos									D4 Transferências correntes	181 702,18		319 833,69			501 535,87	516 186,30
	R12 Impostos indiretos									D41 Administrações Públicas	124 000,00					124 000,00	171 541,78
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde									D411 Administração Central - Estado							
	R3 Taxas, multas e outras penalidades	3 170 827,66	5 500,00				3 176 327,66	2 612 899,39		D4112 Administração Central - Outras entidades	124 000,00					124 000,00	171 541,78
	R4 Rendimentos de propriedade	110 733,30					110 733,30	1 863,20		D4113 Segurança Social							
	R5 Transferências e subsídios correntes	1 840 942,35	20 355 801,81	2 243 818,27			24 460 562,43	25 333 853,57		D4114 Administração Regional							
	R51 Transferências correntes	1 840 942,35	20 355 801,81	2 243 818,27			24 460 562,43	25 333 853,57		D4115 Administração Local							
	R511 Administrações Públicas	1 718 987,57	20 355 801,81	16 809,92			22 091 599,30	23 706 312,05		D412 Entidades do setor não lucrativo	10 000,00					10 000,00	10 000,00
	R5111 Administração Central - Estado		20 319 184,00				22 300 349,00			D413 Famílias	47 702,18		319 833,69			367 535,87	334 644,52
	R5112 Administração Central - Outras entidades	347 538,00	36 617,81	16 809,92			400 965,73	42 179,91		D414 Outras							
	R5113 Segurança Social									D42 Subsídios correntes							
	R5114 Administração Regional	1 265 695,98					1 265 695,98	1 361 083,14		D5 Outras despesas correntes	181 343,41	9 673,26	101 136,94			292 153,61	236 236,18
	R5115 Administração Local	105 753,59					105 753,59	2 700,00		Despesa de capital	314 802,64	202 973,87	134 567,34			652 343,85	512 582,10
	R512 Exterior - UE			2 227 008,35			2 227 008,35	1 502 872,02		D6 Aquisição de bens de capital	314 802,64	202 973,87	134 567,34			652 343,85	512 582,10
	R513 Outras	141 954,78					141 954,78	124 669,50		D7 Transferências e subsídios de capital							
	R52 Subsídios correntes									D71 Transferências de capital							
	R6 Venda de bens e serviços	732 538,15					732 538,15	460 000,71		D711 Administrações Públicas							
	R7 Outras receitas correntes	48 610,74					48 610,74	39 653,15		D7112 Administração Central - Estado							
	Recarga de capital	435,42	1 681 938,60	64 316,81			1 746 690,83	2 669 774,66		D7112 Administração Central - Outras entidades							
	R8 Venda de bens de investimento	435,42					435,42			D7113 Segurança Social							
	R9 Transferências de capital		1 681 938,60	64 316,81			1 746 255,41	2 669 774,66		D7114 Administração Regional							
	R91 Transferências e subsídios de capital		1 681 938,60	64 316,81			1 746 255,41	2 669 774,66		D7115 Administração Local							
	R911 Administrações Públicas		1 681 938,60	64 316,81			1 746 255,41	2 669 774,66		D712 Entidades do setor não lucrativo							
	R9111 Administração Central - Estado									D713 Famílias							
	R9112 Administração Central - Outras entidades		1 681 938,60	64 316,81			1 746 255,41	2 669 774,66		D714 Outras							
	R9113 Segurança Social									D72 Subsídios de capital							
	R9114 Administração Regional									D8 Outras despesas de capital							
	R9115 Administração Local									Despesa efetiva [5]	4 699 050,04	21 700 234,97	1 525 287,98			27 924 572,99	25 913 690,62
	R912 Exterior - UE									Despesa não efetiva [6]							300,00
	R913 Outras									D09 Despesa com ativos financeiros							300,00
	R92 Subsídios de capital									D10 Despesa com passivos financeiros							
	R10 Outras receitas de capital									Soma [7]=[5]+[6]	4 699 050,04	21 700 234,97	1 525 287,98			27 924 572,99	25 913 990,62
	R11 Reposição não abatidas aos pagamentos	8 595,61		716,48			9 312,09	27 834,85		Operações de tesouraria [C]					253 146,37	215 620,82	
	Recarga efetiva [2]	5 932 683,23	22 043 240,41	2 308 851,56			30 284 775,20	31 145 879,53		Saldo para a gerência seguinte	3 614 425,42	5 680 587,28	2 790 594,23		634 704,37	12 720 311,30	10 059 558,87
	Recarga não efetiva [3]									Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3 614 425,42	5 680 587,28	2 790 594,23		12 085 606,93	9 725 404,72	
	R12 Receita com ativos financeiros									Operações de tesouraria [D] = [A]+[B]-[C]					634 704,37	334 154,15	
	R13 Receita com passivos financeiros									Saldo global [2] - [5]	1 233 633,19	343 005,44	783 563,58		2 360 202,21	5 232 188,91	
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	8 313 475,46	27 380 822,25	4 315 882,21			40 010 179,92	35 639 395,34		Despesa primária	4 699 050,04	21 700 234,97	1 525 287,98		27 924 572,99	25 913 690,62	
	Operações de tesouraria [B]					553 696,59	553 696,59	535 185,42		Saldo corrente	1 539 404,80	-1 135 959,29	853 097,63		1 256 543,14	3 047 161,50	
										Saldo de capital	-314 367,22	1 478 964,73	-70 250,53		1 094 346,98	2 157 192,56	
										Saldo primário	1 233 633,19	343 005,44	783 563,58		2 360 202,21	5 232 188,91	
										Recarga total [1] + [2] + [3]	8 313 475,46	27 380 822,25	4 315 882,21		40 010 179,92	35 639 395,34	
										Despesa total [5] + [6]	4 699 050,04	21 700 234,97	1 525 287,98		27 924 572,99	25 913 990,62	

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

7.2 Demonstração de Execução Orçamental da Receita

Rubrica	Descrição	Receitas										Grau de execução orçamental (%)		
		Receitas por cobrar		Receitas Liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Períodos anteriores	Período Corrente
		Previsões Corrigidas	de períodos anteriores				Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período Corrente	Total			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(5)-(7)	(11)	(12)=(8)/(11)*100	(13)=(9)/(11)*100		
	Receita corrente	29 005 914,00	2 585 019,41	28 513 884,31	146 325,13	28 535 321,66	6 549,38	6 549,38	229 138,08	28 299 634,20	28 528 772,28	2 423 806,31	0,79	97,57
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	3 270 710,00	2 272 705,59	3 182 456,84	70 571,68	3 182 456,84	6 129,18	6 129,18	0,00	3 176 327,66	3 176 327,66	2 208 263,09	0,00	97,11
R4	Rendimentos de propriedade	110 734,00	0,00	110 733,30	0,00	110 733,30	0,00	0,00	0,00	110 733,30	110 733,30	0,00	0,00	100,00
R5	Transferências e subsídios correntes	24 841 460,00	1 045,50	24 460 562,43	0,00	24 460 562,43	0,00	0,00	0,00	24 460 562,43	24 460 562,43	1 045,50	0,00	98,47
R51	Transferências correntes	24 841 460,00	1 045,50	24 460 562,43	0,00	24 460 562,43	0,00	0,00	0,00	24 460 562,43	24 460 562,43	1 045,50	0,00	98,47
R511	Administrações Públicas	22 472 445,00	0,00	22 091 599,30	0,00	22 091 599,30	0,00	0,00	0,00	22 091 599,30	22 091 599,30	0,00	0,00	98,31
R5111	Administração Central - Estado	20 319 184,00	0,00	20 319 184,00	0,00	20 319 184,00	0,00	0,00	0,00	20 319 184,00	20 319 184,00	0,00	0,00	100,00
R5112	Administração Central - Outras entidades	446 656,00	0,00	400 965,73	0,00	400 965,73	0,00	0,00	0,00	400 965,73	400 965,73	0,00	0,00	89,77
R5113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5114	Administração Regional	1 600 051,00	0,00	1 265 695,98	0,00	1 265 695,98	0,00	0,00	0,00	1 265 695,98	1 265 695,98	0,00	0,00	79,10
R5115	Administração Local	106 554,00	0,00	105 753,59	0,00	105 753,59	0,00	0,00	0,00	105 753,59	105 753,59	0,00	0,00	99,25
R512	Exterior - UE	2 227 010,00	0,00	2 227 008,35	0,00	2 227 008,35	0,00	0,00	0,00	2 227 008,35	2 227 008,35	0,00	0,00	100,00
R513	Outras	142 005,00	1 045,50	141 954,78	0,00	141 954,78	0,00	0,00	0,00	141 954,78	141 954,78	1 045,50	0,00	99,96
R52	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	733 978,00	307 540,19	711 100,80	75 333,25	732 538,15	0,00	0,00	229 138,08	503 400,07	732 538,15	210 769,59	31,22	68,59
R7	Outras receitas correntes	49 032,00	3 728,13	49 030,94	420,20	49 030,94	420,20	420,20	0,00	48 610,74	48 610,74	3 728,13	0,00	99,14
	Receita de capital	11 481 906,00	25 000,00	11 481 818,28	410,64	11 481 407,64	0,00	0,00	0,00	11 481 407,64	11 481 407,64	25 000,00	0,00	100,00
R8	Venda de bens de investimento	847,00	0,00	846,06	410,64	435,42	0,00	0,00	0,00	435,42	435,42	0,00	0,00	51,41
R9	Transferências de capital	1 746 337,00	0,00	1 746 255,41	0,00	1 746 255,41	0,00	0,00	0,00	1 746 255,41	1 746 255,41	0,00	0,00	100,00
R91	Transferências e subsídios de capital	1 746 337,00	0,00	1 746 255,41	0,00	1 746 255,41	0,00	0,00	0,00	1 746 255,41	1 746 255,41	0,00	0,00	100,00
R911	Administrações Públicas	1 746 337,00	0,00	1 746 255,41	0,00	1 746 255,41	0,00	0,00	0,00	1 746 255,41	1 746 255,41	0,00	0,00	100,00
R9111	Administração Central - Estado											0,00	0,00	0,00
R9112	Administração Central - Outras entidades	1 746 337,00	0,00	1 746 255,41	0,00	1 746 255,41	0,00	0,00	0,00	1 746 255,41	1 746 255,41	0,00	0,00	100,00
R9113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9114	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9115	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R912	Exterior - UE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R913	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R92	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	9 314,00	25 000,00	9 312,09	0,00	9 312,09	0,00	0,00	0,00	9 312,09	9 312,09	25 000,00	0,00	99,98
R12	Receita com ativos financeiros											0,00	0,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros											0,00	0,00	0,00
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	9 725 408,00	0,00	9 725 404,72	0,00	9 725 404,72	0,00	0,00	0,00	9 725 404,72	9 725 404,72	0,00	0,00	100,00
		40 487 820,00	2 610 019,41	39 995 702,59	146 735,77	40 016 729,30	6 549,38	6 549,38	229 138,08	39 781 041,84	40 010 179,92	2 448 806,31	0,57	98,25

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

Em 20 de março de 2025

7.3 Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

Rubrica	Descrição	Despesas pagas líquidas de reposições										Grau de execução orçamental (%)	
		Despesas por pagar de períodos anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Períodos anteriores	Período Corrente	Total	Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período Corrente
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(6)+(7)	(9)=(4)-(5)	(10)=(5)-(8)	(11)=(6)/(2)+100	(12)=(7)/(2)+100
	Despesa corrente	90 584,67	37 225 005,00	0,00	35 034 020,93	27 384 946,53	90 584,67	27 181 644,47	27 272 229,14	7 649 074,40	112 717,39	0,24	73,02
D1	Despesas com o pessoal	11 281,10	25 809 227,00	0,00	24 653 581,75	23 186 650,25	11 281,10	23 175 369,15	23 186 650,25	1 466 931,50	0,00	0,04	89,79
D11	Remunerações certas e permanentes	11 087,78	19 814 645,00		19 660 334,57	18 384 788,99	11 087,78	18 373 701,21	18 384 788,99	1 275 545,58	0,00	0,06	92,73
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	486 014,00		482 837,44	482 837,44	0,00	482 837,44	482 837,44	0,00	0,00	0,00	99,35
D13	Segurança Social	193,32	5 508 568,00		4 510 409,74	4 319 023,82	193,32	4 318 830,50	4 319 023,82	191 385,92	0,00	0,00	78,40
D2	Aquisição de bens e serviços	79 303,57	7 795 818,00		6 861 594,17	3 404 606,80	79 303,57	3 212 585,84	3 291 889,41	3 456 987,37	112 717,39	1,02	41,21
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	1 326 282,00	0,00	1 251 932,91	501 535,87	0,00	501 535,87	501 535,87	750 397,04	0,00	0,00	37,82
D41	Transferências correntes	0,00	1 326 282,00	0,00	1 251 932,91	501 535,87	0,00	501 535,87	501 535,87	750 397,04	0,00	0,00	37,82
D411	Administrações Públicas	0,00	148 800,00	0,00	124 000,00	124 000,00	0,00	124 000,00	124 000,00	0,00	0,00	0,00	83,33
D4111	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4112	Administração Central - Outras entidades	0,00	148 800,00		124 000,00	124 000,00	0,00	124 000,00	124 000,00	0,00	0,00	0,00	83,33
D4113	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4114	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4115	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D412	Entidades do setor não lucrativo	0,00	12 500,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	10 000,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	80,00
D413	Famílias	0,00	1 164 982,00	0,00	1 117 932,91	367 535,87	0,00	367 535,87	367 535,87	750 397,04	0,00	0,00	31,55
D414	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D42	Subsídios Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras despesas correntes	0,00	2 293 678,00	0,00	2 266 912,10	292 153,61	0,00	292 153,61	292 153,61	1 974 758,49	0,00	0,00	12,74
	Despesa de capital	3 760,99	3 262 815,00	0,00	2 948 548,85	760 392,13	3 760,99	648 582,86	652 343,85	2 188 156,72	108 048,28	0,12	19,88
D6	Aquisição de bens de capital	3 760,99	3 262 815,00	0,00	2 948 548,85	760 392,13	3 760,99	648 582,86	652 343,85	2 188 156,72	108 048,28	0,12	19,88
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D71	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D711	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7111	Administração Central - Estado Português									0,00	0,00	0,00	0,00
D7112	Administração Central - Outras entidades									0,00	0,00	0,00	0,00
D7113	Segurança Social									0,00	0,00	0,00	0,00
D7114	Administração regional									0,00	0,00	0,00	0,00
D7115	Administração local									0,00	0,00	0,00	0,00
D712	Entidades do setor não lucrativo									0,00	0,00	0,00	0,00
D713	Famílias									0,00	0,00	0,00	0,00
D714	Outras									0,00	0,00	0,00	0,00
D72	Subsídios de capital									0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital									0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros			0,00			0,00			0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	94 345,66	40 487 820,00	0,00	37 982 569,78	28 145 338,66	94 345,66	27 830 227,33	27 924 572,99	9 837 231,12	220 765,67	0,23	68,74

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

7.4 Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Rubrica Orçamental	Forma de Realização	Fonte de financiamento				Datas		Montante previsto			Montante executado			Nível de Execução Financeira Anual (%)	Nível de Execução Financeira Anual (%)
					RG	RP	UE	EMPR	Início	Fim	Ano 2024	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano 2024	Total		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)	(16)	(17)=(15)+(16)	(18)=(16)/(12)	(19)=(17)/(14)
					0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total					0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

O Responsável pela Elaboração: A Administradora

Em 20 de março de 2025

O Órgão de Gestão: Conselho de Gestão

Em 20 de março de 2025

7.5 Anexo às Demonstrações Orçamentais em 31 de dezembro de 2024

As presentes demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental).

As demonstrações orçamentais visam a divulgação de informação verdadeira e apropriada sobre a execução orçamental, o cumprimento de obrigações legais ou outras regras impostas externamente.

As presentes demonstrações orçamentais referem-se ao período de 1/1/2024 a 31/12/2024 e estão apresentadas em euros.

Segundo a Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, até à plena entrada em vigor da Lei de Enquadramento Orçamental, as entidades sujeitas à aplicação do SNC-AP não estão obrigadas a entregar as demonstrações orçamentais previsionais prevista na NCP 26.

1. Alterações orçamentais da receita

As alterações orçamentais na receita, que ocorreram em 2024, resultaram de:

- integração do saldo de gerência do ano anterior, no montante total de 9.725.408 euros (a diferença para o saldo efetivo da gerência anterior deve-se a arredondamentos nas diversas parcelas das alterações orçamentais);
- receitas provenientes da Administração Central, não prevista em orçamento, no valor de 752.237 euros, sendo que 295.378 euros são referentes ao programa de contratação de doutorados, 441.396 euros relativos ao financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas e 14.923 euros para financiamento complementar das refeições 2024;
- receitas provenientes da União Europeia, países terceiros e organizações internacionais, não previstas em orçamento, para projetos e bolsas de mobilidade, no valor de 1.001.207 euros; 64.398 euros para um projeto PRR não previsto em orçamento; 598.733 euros de receitas provenientes de entidades pertencentes à Administração Central.
- 347.538 euros do protocolo com a Fundação Gaspar Frutuoso para a construção das residências universitárias, não prevista em orçamento inicial.
- Na fonte de financiamento de receitas próprias, registaram-se no total de 1.158.653 euros, os quais não foram previstos na elaboração do orçamento.

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da receita do período findo em 31 de dezembro de 2024, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

Rubrica	Descrição	Tipo	Alterações Orçamentais				Previsões Corrigidas	Observações
			Previsões Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
			(3)	(4)	(5)	(6)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
	Receita corrente		25 729 097,00	2 212 880,00	1 463 948,00	2 527 885,00	29 005 914,00	
R1	Receita fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R11	Impostos diretos						0,00	
R12	Impostos indiretos						0,00	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde						0,00	
R3	Taxas, multas e outras penalidades		2 753 750,00	237 846,00	622 830,00	901 944,00	3 270 710,00	
R4	Rendimentos de propriedade		0,00	91 394,00	0,00	19 340,00	110 734,00	
R5	Transferências e subsídios correntes		22 637 647,00	1 214 603,00	484 336,00	1 473 546,00	24 841 460,00	
R51	Transferências correntes		22 637 647,00	1 214 603,00	484 336,00	1 473 546,00	24 841 460,00	
R511	Administrações Públicas		21 349 327,00	855 291,00	103 054,00	370 881,00	22 472 445,00	
R5111	Administração Central - Estado		19 566 947,00	752 237,00	0,00	0,00	20 319 184,00	
R5112	Administração Central - Outras entidades		87 500,00	0,00	0,00	359 156,00	446 656,00	
R5113	Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5114	Administração Regional		1 691 380,00	0,00	103 054,00	11 725,00	1 600 051,00	
R5115	Administração Local		3 500,00	103 054,00	0,00	0,00	106 554,00	
R512	Exterior - UE		1 226 520,00	318 304,00	318 585,00	1 000 771,00	2 227 010,00	
R513	Outras		61 800,00	41 008,00	62 697,00	101 894,00	142 005,00	
R52	Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R6	Venda de bens e serviços		297 400,00	609 361,00	297 600,00	124 817,00	733 978,00	
R7	Outras receitas correntes		40 300,00	59 676,00	59 182,00	8 238,00	49 032,00	
	Receita de capital		1 098 824,00	726 049,00	722 744,00	10 379 777,00	11 481 906,00	
R8	Venda de bens de investimento			847,00			847,00	
R9	Transferências de capital		1 094 824,00	720 229,00	720 229,00	651 513,00	1 746 337,00	
R91	Transferências e subsídios de capital		1 094 824,00	720 229,00	720 229,00	651 513,00	1 746 337,00	
R911	Administrações Públicas		1 094 824,00	720 229,00	720 229,00	651 513,00	1 746 337,00	
R9111	Administração Central - Estado						0,00	
R9112	Administração Central - Outras entidades		1 094 824,00	720 229,00	720 229,00	651 513,00	1 746 337,00	
R9113	Segurança Social						0,00	
R9114	Administração Regional						0,00	
R9115	Administração Local						0,00	
R912	Exterior - UE						0,00	
R913	Outras						0,00	
R92	Subsídios de capital						0,00	
R10	Outras receitas de capital						0,00	
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos		4 000,00	4 973,00	2 515,00	2 856,00	9 314,00	
R12	Receita com ativos financeiros						0,00	
R13	Receita com passivos financeiros						0,00	
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais			0,00	0,00	9 725 408,00	9 725 408,00	
Total			26 827 921,00	2 938 929,00	2 186 692,00	12 907 662,00	40 487 820,00	

2. Alterações orçamentais da despesa

O quadro seguinte apresenta as alterações orçamentais da despesa do período findo em 31 de dezembro de 2023, desagregadas pelas respetivas rubricas orçamentais:

								Despesa
Rubrica	Descrição	Tipo	Alterações Orçamentais				Dotações Corrigidas	Observações
			Dotações Iniciais	Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações	Créditos Especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)	(8)	
	Despesa corrente		25 919 899,00	8 371 790,00	7 974 436,00	10 906 952,00	37 224 205,00	
D1	Despesas com o pessoal		22 327 082,00	4 840 756,00	4 964 126,00	3 605 515,00	25 809 227,00	
D11	Remunerações certas e permanentes		18 108 691,00	3 374 258,00	2 595 502,00	927 198,00	19 814 645,00	
D12	Abonos variáveis ou eventuais		106 070,00	357 672,00	1 650,00	23 922,00	486 014,00	
D13	Segurança Social		4 112 321,00	1 108 826,00	2 366 974,00	2 654 395,00	5 508 568,00	
D2	Aquisição de bens e serviços		2 984 015,00	3 142 772,00	2 478 775,00	4 147 806,00	7 795 818,00	
D3	Juros e outros encargos		0,00		0,00	0,00	0,00	
D4	Transferências e subsídios correntes		510 802,00	141 484,00	210 986,00	884 182,00	1 325 482,00	
D41	Transferências correntes		510 802,00	141 484,00	210 986,00	884 182,00	1 325 482,00	
D411	Administrações Públicas		148 000,00	0,00	0,00	0,00	148 000,00	
D4111	Administração Central - Estado		0,00	0,00			0,00	
D4112	Administração Central - Outras entidades		148 000,00			0,00	148 000,00	
D4113	Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4114	Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D4115	Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D412	Entidades do setor não lucrativo		12 500,00	0,00	0,00	0,00	12 500,00	
D413	Famílias		350 302,00	141 484,00	210 986,00	884 182,00	1 164 982,00	
D414	Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D42	Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D5	Outras despesas correntes		98 000,00	246 778,00	320 549,00	2 269 449,00	2 293 678,00	
	Despesa de capital		907 222,00	774 517,00	419 634,00	2 000 710,00	3 262 815,00	
D6	Aquisição de bens de capital		907 222,00	774 517,00	419 634,00	2 000 710,00	3 262 815,00	
D7	Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D71	Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D711	Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D7111	Administração Central - Estado						0,00	
D7112	Administração Central - Outras entidades						0,00	
D7113	Segurança Social						0,00	
D7114	Administração Regional						0,00	
D7115	Administração Local						0,00	
D712	Entidades do setor não lucrativo						0,00	
D713	Famílias						0,00	
D714	Outras						0,00	
D72	Subsídios de capital						0,00	
D8	Outras despesas de capital						0,00	
D09	Despesa com ativos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D10	Despesa com passivos financeiros		0,00		0,00	0,00	0,00	
Total			26 827 121,00	9 146 307,00	8 394 070,00	12 907 662,00	40 487 020,00	

3. Alterações ao plano plurianual de investimentos

A Universidade dos Açores não dispõe de plano plurianual de investimentos.

4. Operações de tesouraria

O quadro abaixo, relativo às operações de tesouraria, apresenta as operações que geraram influxos ou exfluxos de caixa, que tiveram expressão na tesouraria, mas não representaram operações de execução orçamental, não sendo consideradas receita ou despesa orçamental:

Códigos das Contas	Designação	Códigos das Contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
071	Recebimentos por operações de tesouraria	072	Pagamentos por operações de tesouraria				0,00
0711	Intermediação de fundos	0721	Intermediação de fundos				0,00
0712	Cobrança de receita por conta de outrem	0722	Entrega de receita cobrada por conta de outrem				0,00
07121	Receita fiscal	07221	Receita Fiscal				0,00
071211	Autarquias Locais	072211	Autarquias Locais				0,00
071212	Entidade Contabilística Estado	072212	Entidade Contabilística Estado				0,00
071213	Região Autónoma Açores	072213	Região Autónoma Açores				0,00
071214	Região Autónoma Madeira	072214	Região Autónoma Madeira				0,00
071219	Outras entidades beneficiárias	072219	Outras entidades beneficiárias				0,00
07122	Receita não fiscal	07222	Receita não fiscal				0,00
0713	Constituição e reforço de cauções e garantias	0723	Devolução de cauções e garantias				0,00
0714	Cobrança de recursos próprios europeus	0724	Entrega de recursos próprios europeus				0,00
0715	Receção de receitas próprias - duplo cabimento	0725	Entrega de receitas próprias - duplo cabimento				0,00
0716	Retenções - Transição para o SNC-AP	0726	Retenções - Transição para o SNC-AP				0,00
		0728	Conversão de op. de tesouraria em receita orçamental				0,00
0719	Outras receitas de operações tesouraria	0729	Outras despesas de operações de tesouraria	334 154,15	553 696,59	253 146,37	634 704,37
Total				334 154,15	553 696,59	253 146,37	634 704,37

As operações de tesouraria realizadas referem-se a operações que ficam provisoriamente pendentes a aguardar informações adicionais para a sua correta classificação orçamental.

5. Contratação administrativa

5.1 Adjudicações por tipo de procedimento

As adjudicações efetuadas em 2024, resumidas por tipo de procedimento de adjudicação, são apresentadas no quadro seguinte:

CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO												
Entidade: UAc - Universidade dos Açores											NIPC: 512 017 050	
Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento do período findo em 31 de dezembro de 2024											Euros	
Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento										Total	
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Procedimento de negociação		Diálogo concorrencial		Ajuste direto		Número dos contratos	Valor
	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual	Número dos contratos	Preço contratual		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	
Empreitada de obras públicas	4	9 192 890,55							8	357 688,40	12	9 550 578,95
Aquisição de serviços	2	27 468,35							88	2 446 535,43	90	2 474 003,78
Locação ou aquisição de bens móveis									38	564 172,29	38	564 172,29
Concessão de obras públicas												
Concessão de serviços públicos												
Sociedade												
Outros												

5.2 Situação dos contratos

Os contratos celebrados em 2024 ou em períodos anteriores e que foram objeto de execução financeira em 2024 são apresentados no quadro seguinte:

Entidade: UAC - Universidade dos Açores
Contratação administrativa - Situação dos contratos do período findo em 31 de dezembro de 2024

NPC: 512 017 050

Table with columns: Entidade, Descrição, NPC, Tipo, ID, Objeto, Data, Valor do contrato (€), Preço contratual (€), Prazo de execução, Início da execução (física), Procedimento de contratação, Data do primeiro pagamento (início da execução financeira), Pagamentos no período (€), Pagamentos acumulados (€), Observações

Entidade: UAC - Universidade dos Açores													NFC: 512 017 050	
Contratação administrativa - Situação dos contratos do período findo em 31 de dezembro de 2024													Euros	
Entidade		Contrato										Pagamentos no período (€)	Pagamentos acumulados (€)	Observações
Descrição	NPC	Tipo	ID		Data	Valor do contrato (€)	Preço contratual (€)	Prazo de execução	Início da execução (física)	Procedimento de contratação	Data do primeiro pagamento (início da execução financeira)	Trabalhos normais	Trabalhos normais	
Amberjack Solutions, Unipessoal, Lda	517126161	Aquisição de serviços	7033473	Aquisição de serviços de desenvolvimento de um sistema de monitorização remota e adição de novos módulos no âmbito do Projeto LIFE-Aves Marinhas	2024-05-06	20 000,00	20 000,00	365	2024-05-07	Contratação Excluída	2024-06-18	14 000,00	14 000,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
LSM Technical Solutions, LLC	EN 85-209263	Aquisição de serviços	7084043	Aquisição de serviços de reparação e manutenção do microscópio Zeiss LSM 1010, sitos no Centro de Biotecnologia dos Açores	2024-06-07	11 479,05	11 479,05	90	2024-06-08	Contratação Excluída	2024-07-05	11 479,05	11 479,05	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Lotek NZ Limited	NZNR942033881512	Aquisição de bens	7024458	Aquisição de marcas de salite para tartarugas marinhas	2024-04-30	19 978,00	19 978,00	90	2024-05-01	Contratação Excluída	2024-09-24	19 978,00	19 978,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Balthão Coelho Açores - Equipamento De Escalifórios, Lda	51002098	Aquisição de bens	7013828	Aquisição de Impressoras multifunções	2024-04-22	10 600,00	10 600,00	10	2024-04-23	Ajuste Direto	2024-08-02	10 600,00	10 600,00	
TOP ATLANTICO OMC VIKINGS E TURISMO S.A.	500299220	Aquisição de serviços	7042501	Aquisição de serviços de agência de viagens para a Universidade dos Açores	2024-05-15	74 400,00	74 400,00	180	2024-05-16	Consulta Prévia	2024-06-05	59 167,55	59 167,55	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Beatriz Amanal Brilhante	241189357	Aquisição de serviços	6991592	Prestação de serviços de apoio técnico na modalidade de tarifa	2024-04-06	13 860,00	13 860,00	275	2024-04-08	Ajuste Direto	2024-04-19	13 860,00	13 860,00	
CONTACOREANA - Contabilidade e Gestão de Empresas, Lda	510251674	Aquisição de serviços	7017284	Subscrição das demonstrações financeiras e orçamentos consolidados, em referência a 31 de dezembro de 2023	2024-04-23	5 500,00	5 500,00	30	2024-04-24	Ajuste Direto	2024-05-02	5 500,00	5 500,00	
Xenia Patricia Couat Mendonça Alves	227239150	Aquisição de serviços	7001251	Prestação de serviços no âmbito do projeto de apoio a manutenção do espaço em vias de generalização vegetal do CBA - FCTC0000 - LEP000269200	2024-04-15	6 000,00	6 000,00	122	2024-04-16	Ajuste Direto	2024-08-02	6 000,00	6 000,00	
Leila Nunes Morgado	278931286	Aquisição de serviços	7004949	Prestação de serviços de apoio técnico ao funcionamento - GBA	2024-04-17	11 000,00	11 000,00	306	2024-04-18	Ajuste Direto	2024-05-22	11 000,00	11 000,00	
Paulo de Rosa Luna	238160254	Aquisição de serviços	7006255	Prestação de serviços de apoio técnico na modalidade de avença	2024-04-17	6 900,00	6 900,00	183	2024-04-18	Ajuste Direto	2024-05-24	6 900,00	6 900,00	
Eutânio Florêncio dos Santos Costa	29987014	Aquisição de serviços	7007428	Prestação de serviços na modalidade de tarifa	2024-04-18	11 140,00	11 140,00	153	2024-04-19	Ajuste Direto	2024-05-28	11 140,00	11 140,00	
Rita Isabel Pereira Cordeiro	252269539	Aquisição de serviços	7009344	Prestação de serviços "Monalgas in IT"	2024-04-19	15 000,00	15 000,00	153	2024-04-19	Ajuste Direto	2024-05-28	15 000,00	15 000,00	
SNH - Serviços de Gestão Agrícola, Lda	505322684	Aquisição de serviços	7033526	Aquisição de serviços de assistência técnica ao software ERP Primavera Public Sector em uso na Universidade dos Açores	2024-04-30	73 510,00	73 510,00	1 095	2024-05-01	Consulta Prévia	2024-05-28	16 335,52	16 335,52	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
PRA - Reposo, SÁ Miranda & Associados, Soc. Advogados, SP,RL	50553739	Aquisição de serviços	7037533	Aquisição de serviços jurídicos no âmbito da atividade da HJAC	2024-04-30	6 000,00	6 000,00	305	2024-05-13	Ajuste Direto	2024-06-07	3 500,00	3 500,00	
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.	504615947	Aquisição de bens	7057493	Fornecimento e instalação de UPS, incluindo licenciamento, configuração e formação	2024-06-04	38 820,55	38 820,55	181	2024-06-05	Consulta Prévia	2024-12-26	38 820,55	38 820,55	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
António José Couto Alves S. U. Lda.	512094578	Emprestado de obras públicas	7102430	Emprestado de conservação exterior do edifício da Ribeira da Universidade dos Açores, sito no Campus da Ponta Delgada	2024-09-21	119 468,00	119 468,00	210	2024-09-18	Consulta Prévia	2024-11-05	46 024,33	46 024,33	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Zürich Insurance PLC - Sucursal em Portugal	890420638	Aquisição de serviços	7040705	Seguro de acidentes pessoais - Escolar Grupo - Alunos	2024-05-14	10 597,90	10 597,90	365	2024-05-18	Consulta Prévia	2024-06-05	10 597,90	10 597,90	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
IMAR - Instituto do Mar	502776463	Aquisição de serviços	7060025	Prestação de serviços de utilização de embarcação Arquipélago, incluindo o fornecimento do combustível, alimentação e apoio da tripulação nas operações	2024-05-23	28 600,00	28 600,00	22	2024-05-24	Contratação Excluída	2024-10-17	28 600,00	28 600,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
BIOPORTUGAL Químico, Farmacêutica, S.A.	502380543	Aquisição de bens	7057747	Aquisição de um FairPlay-24 865 beat trading grindr arx lysis s/w/tem	2024-05-22	8 250,00	8 250,00	10	2024-05-23	Contratação Excluída	2024-06-07	8 250,00	8 250,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Vanessa Sofia Moreira da Costa	246920015	Aquisição de serviços	7040776	Prestação de serviços "Monalgas in IT"	2024-05-14	13 000,00	13 000,00	153	2024-05-15	Ajuste Direto	2024-06-26	13 000,00	13 000,00	
Efer Saúde, Lda	510222587	Aquisição de bens	7081308	Aquisição de uma HCTE1, RP 1/1500 mm	2024-05-31	9 413,00	9 413,00	30	2024-06-01	Contratação Excluída	2024-11-13	9 413,00	9 413,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
SGS - Sociedade Geral de Superintendência, S.A.	500417660	Aquisição de bens	7057812	Aquisição de serviços de licenciamento e organização de uma Pós-Graduação em Execução e Sustentabilidade da Gestão de Serviços 11 Edição 2023-2024	2024-05-24	37 125,00	37 125,00	92	2024-05-27	Contratação Excluída	2024-07-05	32 700,00	32 700,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Gecite-Açor, Consultores de Engenharia, Lda	512094560	Aquisição de serviços	7081388	Aquisição de serviços técnicos de segurança no trabalho, para o ano 2024-2025	2024-06-06	13 140,00	13 140,00	548	2024-06-07	Ajuste Direto	2024-09-25	3 650,00	3 650,00	
Bruno Aguiar Giacomin	313030782	Aquisição de serviços	7079044	Prestação de serviços na modalidade de tarifa	2024-06-03	13 860,00	13 860,00	273	2024-06-06	Ajuste Direto	2024-06-14	13 860,00	13 860,00	
Lab'Q - Soluções para Laboratório, Lda	509507131	Aquisição de bens	7103387	Aquisição de um módulo da atividade da água AW de bancada, modelo LABWATER-001-100	2024-06-21	13 698,00	13 698,00	60	2024-06-24	Contratação Excluída	2024-07-29	13 698,00	13 698,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
A. R. CASANOVA - Construção Civil, Lda	512033714	Emprestado de obras públicas	7133983	Emprestado de reparações de arranhar no campus da Ponta Delgada	2024-07-15	34 617,48	34 617,48	60	2024-08-12	Consulta Prévia	2024-09-11	34 617,48	34 617,48	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
FILSAT - Equipamentos Médico-Científicos, Lda	506708616	Aquisição de bens	7132315	Aquisição de subsistema de diagnóstico (microscópio, estereoscópio e uma Teuacart)	2024-07-12	19 796,40	19 796,40	30	2024-07-15	Ajuste Direto	2024-09-09	19 796,40	19 796,40	
João Carlos da Silva Moreira	223048160	Aquisição de serviços	7099441	Prestação de serviços na modalidade de tarifa	2024-06-19	7 053,00	7 053,00	11	2024-06-20	Ajuste Direto	2024-07-02	7 053,00	7 053,00	
CIBERANGRA, Unipessoal, Lda	512108960	Aquisição de bens	7145066	Aquisição de 25 computadores desktop all-in-one	2024-07-23	11 206,68	11 206,68	30	2024-07-24	Consulta Prévia	2024-09-09	11 206,68	11 206,68	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
CIBERANGRA, Unipessoal, Lda	512108960	Aquisição de bens	7174626	Aquisição de 10 computadores desktop all-in-one	2024-08-13	4 654,31	4 654,31	30	2024-08-14	Consulta Prévia	2024-09-09	4 654,31	4 654,31	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Nuno Lavrador Unipessoal, Lda	514230451	Aquisição de bens	7113930	Fornecimento e instalação de dois controladores de pedaleiros de grande precisão e respetivo software	2024-06-28	6 470,00	6 470,00	45	2024-07-01	Contratação Excluída	2024-09-05	6 470,00	6 470,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Wondertest Unipessoal, Lda.	510533191	Aquisição de bens	7133994	Aquisição de equipamento de proteção de água O2 Ultra Pure Type 1 e 1	2024-07-15	4 220,00	4 220,00	30	2024-07-16	Ajuste Direto	2024-09-25	4 220,00	4 220,00	
Visualmark - Tecnologias de Informação, S.A.	503538717	Aquisição de bens	7144335	Aquisição de uma infraestrutura de virtualização de ambiente de trabalho (VIT)	2024-07-23	67 490,00	67 490,00	70	2024-07-24	Consulta Prévia	2024-11-21	67 490,00	67 490,00	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Marco Paulo Carvalho Veiros	211018070	Emprestado de obras públicas	7235358	Emprestado de reabilitação de cobertura do edifício do Complexo Científico, sito no campus da Ponta Delgada da Universidade dos Açores	2024-09-27	74 274,00	74 274,00	150	2024-10-25	Consulta Prévia	2024-12-26	15 261,76	15 261,76	Aquisição ao abrigo da Consulta Prévia (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
CUSTOMPROJECT - Software Lda	513875980	Aquisição de serviços	7200531	Aquisição de serviços de desenvolvimento da plataforma MONKEY	2024-09-10	19 500,00	19 500,00	181	2024-09-11	Ajuste Direto	2024-12-23	5 871,00	5 871,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Rafael Medeiros Unipessoal, Lda.	512088650	Aquisição de serviços	7221743	Aquisição de meios de iron, incluindo colocação, e de serviços de limpeza cabine do edifício Walter Berrardo, no campus da Ponta Delgada	2024-09-18	9 945,01	9 945,01	60	2024-09-19	Ajuste Direto	2024-11-18	9 945,01	9 945,01	
ELSEVIER B.V.	NL005930318691	Aquisição de bens	7230224	Aquisição de licença de utilização (publicação) pelo período de 36 meses, da base de dados SCOPUS	2024-09-25	51 524,68	51 524,68	1 095	2024-10-01	Ajuste Direto	2024-11-13	16 669,80	16 669,80	
Marco Paulo Carvalho Veiros	211018070	Emprestado de obras públicas	7232429	Emprestado de manutenção de contentores de ar condicionado, sito no campus da Ponta Delgada da Universidade dos Açores	2024-09-23	14 660,00	14 660,00	60	2024-10-21	Ajuste Direto	2024-12-26	12 256,20	12 256,20	
AJAAZORES - António José Couto Alves, S.U. Lda.	512094578	Emprestado de obras públicas	7180759	Emprestado de manutenção das fachadas exteriores do edifício do Complexo Científico da Universidade dos Açores, sito em Ponta Delgada	2024-08-19	21 147,00	21 147,00	60	2024-08-20	Ajuste Direto	2024-10-24	21 147,00	21 147,00	
SGS - Sociedade Geral de Superintendência, S.A.	500417660	Aquisição de bens	7233039	Aquisição de serviços de análises laboratoriais de metais pesados em peixe	2024-09-27	18 141,00	18 141,00	90	2024-09-30	Contratação Excluída	2024-12-13	1 088,46	1 088,46	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Paulo M.S. Melo - SU Lda. - Oficina de Música	515135772	Aquisição de bens	7216639	Fornecimento e montagem de equipamento de vídeo e som	2024-09-13	5 989,77	5 989,77	60	2024-09-16	Ajuste Direto	2024-10-24	5 989,77	5 989,77	
Sernilhana do Outeiro, Lda.	512043825	Emprestado de obras públicas	7259185	Emprestado de manutenção das escadas do Edifício do Complexo Científico da Universidade dos Açores, sito em Ponta Delgada	2024-10-16	14 026,00	14 026,00	20	2024-10-21	Ajuste Direto	2024-11-21	14 026,00	14 026,00	
Gondring Chawan	276942477	Aquisição de bens	7230457	Organização e implementação de Satis-Plataform Colibri, no âmbito do projeto financiamento plurianual do PCT - LIDE05634/2020 - ODS/MS, na modalidade de tarifa	2024-09-25	7 552,80	7 552,80	153	2024-09-26	Ajuste Direto	2024-10-30	7 552,80	7 552,80	
CONFORTO - Maria Andrade e Raúl Silva, Lda.	512090659	Aquisição de bens	7322426	Fornecimento e instalação de decorações de paredes de ar condicionado - campus da Ponta Delgada	2024-11-26	12 564,39	12 564,39	75	2024-11-27	Ajuste Direto	2024-12-27	12 564,39	12 564,39	
Edward Melo, Unipessoal, Lda.	515385256	Aquisição de serviços	7231539	Aquisição de serviços de agência de viagens	2024-09-26	9 125,00	9 125,00	20	2024-09-26	Ajuste Direto	2024-10-35	9 125,00	9 125,00	
Maciel Máximo Aguiar, Lda.	502842504	Aquisição de bens	7231688	Aquisição de um emulador portátil para formação e treino X-AR (Near Infrared), incluindo o QUP e software training, On-CLOUD e o registo de dados laboratoriais	2024-09-26	16 878,00	16 878,00	40	2024-09-27	Contratação Excluída	2024-11-25	16 878,00	16 878,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
IMAR - Instituto do Mar	502776463	Aquisição de serviços	7297309	Aquisição de serviços para a construção padronizada de dados e preparação de novas campanhas dedicadas ao estudo de grandes ilhéus usando metodologias de telemetria	2024-11-08	31 500,00	31 500,00	34	2024-11-12	Contratação Excluída	2024-12-26	31 500,00	31 500,00	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
SGS - Sociedade Geral de Superintendência, S.A.	500417660	Aquisição de bens	7242928	Aquisição de serviços de análises laboratoriais de amoníacos, gorduras, ácidos gordos e proteína em 131 amostras de peixe	2024-10-09	35 050,38	35 050,38	83	2024-10-10	Contratação Excluída	2024-12-13	28 639,28	28 639,28	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
MDOI AG	CHE-115.694.943	Aquisição de bens	7240096	Aquisição de serviços de processamento de dados quatro arquivos	2024-10-03	7 023,54	7 023,54	1	2024-10-04	Contratação Excluída	2024-11-13	7 023,54	7 023,54	Aquisição ao abrigo da Contratação Excluída (inserido no mapa da Contratação Administrativa - Adjuicações por tipo de procedimento no Ajuste Direto)
Ana Rita Torres Gonçalves Matias	256415943	Aquisição de bens	7253504	Prestação de serviços na modalidade de tarifa	2024-10-11	13 800,00	13 800,00	182	2024-10-14	Ajuste Direto	2024-11-21	4 600,00	4 600,00	
Paula Margarida Correia Silva	181885018	Aquisição de bens	7262817	Prestação de serviços na modalidade de tarifa	2024-10-18									

6. Transferências e Subsídios

6.1 Transferências e subsídios - despesa

As transferências e subsídios correntes concedidos em 2024 são apresentados no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS - CORRENTES							
Entidade: UAC - Universidade dos Açores							NIPC: 512 017 050
							Euros
Tipos de despesa	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de subsídios ocorrida no
040305 - Serviços e fundos	Transferências Correntes SASE	Serviço de Ação Social Escolar	148 800,00 €	124 000,00 €	124 000,00 €	- €	- €
040701 - Instituições sem fins	Transferência para Associação	Associação Académica da UAC	12 500,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	- €	- €
040802 - Outras	Bolsas Erasmus		1 281,00 €	1 081,22 €	- €	1 081,22 €	- €
040802 - Outras	Bolsas Mobilidade Erasmus		602 681,00 €	586 222,98 €	162 897,30 €	423 325,68 €	- €
040802 - Outras	Bolsas Estudo		354 918,00 €	346 828,61 €	156 936,39 €	189 892,22 €	- €
040802 - Outras	Bolsas Mobilidade/Estudo		123 910,00 €	123 909,32 €	13 255,39 €	110 653,93 €	- €
040802 - Outras	Bolsas Estudo		76 146,00 €	54 877,63 €	29 433,64 €	25 443,99 €	- €
040802 - Outras	Bolsas Estudo		3 724,00 €	2 823,97 €	2 823,97 €	- €	- €
040802 - Outras	Bolsas Estudo		2 322,00 €	2 189,18 €	2 189,18 €	- €	- €
Total			1 326 282,00 €	1 251 932,91 €	501 535,87 €	750 397,04 €	

6.2 Transferências e subsídios - receita

As transferências e subsídios correntes e de capital obtidos em 2024 são apresentados no quadro seguinte:

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS - CORRENTES							
Entidade: UAC - Universidade dos Açores							NIPC: 512 017 050
							Euros
Tipos de receita	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de subsídios ocorrida no exercí	
060102 - Privadas	Bolsas	Açores Cabral de Melo - Hot. & Restauração, Lda	697,00 €	697 €	- €	- €	
060102 - Privadas	Bolsas	Fundacion Bancaria Caixa Estal Pens de	57 546,00 €	57 546 €	- €	- €	
060102 - Privadas	Bolsas	Grupo Ilha Verde - Rego, Costa e Tavares, Lda.	1 000,00 €	1 000 €	- €	- €	
060102 - Privadas	Bolsas	Outras entidades	50,00 €	- €	50,00 €	- €	
060201 - Bancos e outras instituições financeiras	Protocolo UAC / Fundação Santander Totta	Fundação Santander Portugal	30 000,00 €	30 000 €	- €	- €	
060201 - Bancos e outras instituições financeiras	Protocolo UAC / Novo Banco dos Açores, SA	Novo Banco dos Açores, SA	15 000,00 €	15 000 €	- €	- €	
060201 - Bancos e outras instituições financeiras	Protocolo UAC / Novo Banco, SA	Novo Banco, SA	20 000,00 €	20 000 €	- €	- €	
060301 - Estado	Requisição Fundos Corrente OE	Agência Gestão da Tesouraria e da Dívida	20 319 184,00 €	20 319 184 €	- €	- €	
060307 - Serviços e fundos autónomos	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Universidade Nova de Lisboa	36 618,00 €	36 618 €	- €	0,19 €	
060307 - Serviços e fundos autónomos	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Fundação Gaspar Frutuoso	347 538,00 €	347 538 €	- €	- €	
060311 - SFA- Participação comunitária em projetos co-financiados	PRR	Universidade Coimbra	62 500,00 €	16 810 €	45 690,08 €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Direcao Reg. Ciencia, Inovação e	256 639,51 €	256 639,51 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Direção Regional da Ciência e Tecnologia	200 474,46 €	200 474,46 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Direção Regional das Comunidades	5 951,60 €	5 951,60 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	FRCT - Fundo Regional da Ciência e Tecnologia	59 114,41 €	59 114,41 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Direção Regional das Pescas	99 996,00 €	99 996,00 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	PGRA- Secretaria Geral	11 520,00 €	11 520,00 €	- €	- €	
060401 - Região Autónoma dos Açores	Tripolaridade	Direcao Reg. Ciencia, Inovação e	966 355,00 €	632 000,00 €	334 355,00 €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Câmara Municipal de Ponta Delgada	1 412,00 €	1 412,00 €	- €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Câmara Municipal de Angra Heroísmo	1 642,00 €	1 641,59 €	0,41 €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Câmara Municipal Vila Franca do Campo	2 700,00 €	2 700,00 €	- €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Município da Horta	100 000,00 €	100 000,00 €	- €	- €	
060502 - Região Autónoma dos Açores	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Outras entidades	800,41 €	- €	800,41 €	- €	
060701 - Instituições sem fins lucrativos	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Fundação Luso Americana	1 000,00 €	1 000,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Agência para o Desenvolvimento e Coesão LP.	162 435,00 €	162 434,02 €	0,98 €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Agência Nacional Erasmus+ Educação e	198 491,20 €	198 491,20 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	ARDITI - Ag. Reg.p/Desenv. Invest. Tecnol.	94 727,54 €	94 727,54 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Centro de Estudos Sociais - CES	35 304,09 €	35 304,09 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	CETAF	867,30 €	867,30 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	ELKE UOP University of Peloponnese	24 058,80 €	24 058,80 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Gabinete Secret. Regional das Finanças	249 148,21 €	249 148,21 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Hogskulen Pa Vestlandet (HVL)	62 908,00 €	62 908,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	INESC TEC - Inst. Eng. Sist. Tecnol. e Ciencia	44 114,75 €	44 114,75 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Istituto Nazionale di Geofisica e Vulcanologia	43 232,82 €	43 232,82 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	IUCN, European Union Representative Office	64 348,12 €	64 348,12 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Kairoo - Coop. Inc. Inc. Econ. Solidaria, CRL	2 292,00 €	2 292,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Marine Institute MI	415 367,35 €	415 367,35 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Matis Ohf	100 957,59 €	100 957,59 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Mesosystem, SA	36 369,82 €	36 369,82 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Politehnika Todtza	26 217,60 €	26 217,60 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	S.Pro - Sustainable Projets GMBH SPRO	89 250,00 €	89 250,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Submariner Network for Blue Growth EWIV	73 125,00 €	73 125,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Teknologian Tutkimuskeskus VTT OY	11 943,60 €	11 943,60 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	The Vienna Institute for Inter.Econ. Studies WIIW	5 400,00 €	5 400,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Universidad de Las Palmas de Gran Canarias	29 855,35 €	29 855,35 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Universidade da Madeira	206 999,20 €	206 999,20 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Università Degli Studi Dell'Aquila	25 912,20 €	25 912,20 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Università Politecnica Delle Marche UNIVPAM	124 191,87 €	124 191,87 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Universitat Autonoma de Barcelona	11 782,40 €	11 782,40 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Universitatea Transilvania din Brasov	16 240,00 €	16 240,00 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	University College Cork	51 269,53 €	51 269,53 €	- €	- €	
060901 - União Europeia - Instituições	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Instituto de Financiamento da Agricultura e	20 399,99 €	20 399,99 €	- €	- €	
060905 - Países terceiros e organizações internacionais	Outras bolsas de estudo/Outros projetos	Embaixada dos Estados Unidos da América	16 712,00 €	16 711,78 €	0,22 €	- €	
Total			24 841 460 €	24 460 562 €	380 897 €		

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS RECEBIDOS - CAPITAL

							Euros
	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de subsídios ocorrida no exercício	
100308 - Serviços e fundos autónomos	Outras bolsas de estudo/Outros projetos Outras bolsas de estudo/Outros projetos Programa de apoio à contratação de	Fundação para a Ciência e a Tecnologia	1 681 939,00 €	1 681 938,60 €	0,40 €		
100308 - Serviços e fundos autónomos		APMEI - Agencia Competividade e Inovacao, Lda.	39 436,00 €	39 357,99 €	78,01 €		
100308 - Serviços e fundos autónomos		Instituto Superior de Agronomia da UL	24 962,00 €	24 958,82 €	3,18 €		
Total			1 746 337 €	1 746 255 €	82 €		

7. Declaração de Conformidade com Leis, Regulamentos e Normas Externas

Em cumprimento do estabelecido no § 48 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26, a Universidade dos Açores garante a conformidade com todas as normas, regulamentos e exigências legais aplicáveis, assegurando a transparência e a regularidade das suas operações financeiras e administrativas.

7.1 Conformidade com a Legislação e Regulamentação

A Universidade dos Açores implementa diretrizes e procedimentos internos que garantem o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ao ensino superior público, incluindo:

- O cumprimento do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);
- A aplicação das normas orçamentais e financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- A observância dos regulamentos de contratação pública e da gestão de fundos comunitários;
- A adoção de práticas de transparência e responsabilização nos relatórios financeiros anuais.

7.2 Auditoria e Controlo Interno

A Universidade dos Açores é sujeita a auditorias regulares por entidades externas, como a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e o Tribunal de Contas (TdC), assegurando o cumprimento rigoroso das normas aplicáveis. Internamente, dispõe de mecanismos de controlo financeiro que reforçam a conformidade e minimizam eventuais riscos.

7.3 Gestão de Riscos e Medidas Corretivas

Quando são identificadas irregularidades ou riscos de incumprimento, a Universidade adota medidas corretivas e estratégias de mitigação, garantindo que os seus processos internos estão sempre alinhados com as exigências normativas em vigor.

7.4 Transparência e Divulgação

A Universidade dos Açores disponibiliza, no seu portal institucional, documentos previsionais e os relatórios de atividades e contas, permitindo o acesso a informação relevante por parte dos órgãos de fiscalização, entidades financiadoras e comunidade académica.

7.5 Compromisso e Responsabilidade

A Universidade dos Açores reafirma o seu compromisso com a legalidade, a transparência e a gestão eficiente dos seus recursos, garantindo o cumprimento das disposições do § 48 da NCP 26 e assegurando a conformidade com os requisitos normativos aplicáveis às suas atividades.



**DOCUMENTOS DO
ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO**

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Universidade dos Açores** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 60.448.805 euros e um total de fundos próprios de 48.024.499 euros, incluindo um resultado líquido de 3.068.501 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;

Audit | Tax | Consulting



- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 40.010.180 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 27.924.573 euros) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.



Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 20 de março de 2025

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Manuel Luís Fernandes Branco', is written over a faint, light blue circular stamp or watermark.

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Conselho Geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente os documentos de Prestação de Contas Separadas da **Universidade dos Açores** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as quais compreendem as demonstrações financeiras que inclui o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras e, também, as demonstrações orçamentais que inclui uma demonstração de desempenho orçamental, da execução orçamental da receita e da despesa e o anexo às demonstrações orçamentais, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

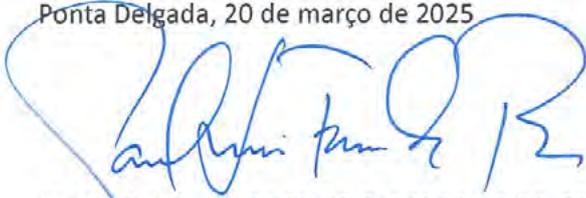
1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros legalmente exigidos, indicando de forma clara a evolução passada e previsível da atividade da Entidade, que estará sujeita a alguns constrangimentos derivados da insuficiência das dotações atribuídas pelo Orçamento do Estado, que são consideradas escassas para as efetivas necessidades do seu funcionamento e desenvolvimento.
3. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Gestão todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em

Audit | Tax | Consulting

conformidade com os requisitos legais.

Em face do trabalho desenvolvido, cuja Certificação Legal das Contas nesta data emitida é parte integrante, somos de parecer que se aprove os documentos de Prestação de Contas da **Universidade dos Açores** para o período findo em 31 de dezembro de 2024, bem como a aplicação dos resultados proposta.

Ponta Delgada, 20 de março de 2025



UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)



IV^o

**DECLARAÇÕES PREVISTAS
NO ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012,
DE 21 DE FEVEREIRO, RELATIVAS
À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS
E AOS PAGAMENTOS EM ATRASO
DAS ENTIDADES PÚBLICAS**

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2024

Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2024

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2024

Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2024Ministério: **EDUCAÇÃO, CIENCIA E INOVAÇÃO**Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**Montante total de compromissos plurianuais: **€ 19,327,528,35**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da LCPA, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2024, se encontram devidamente registados na base de dados central da entidade responsável pelo controlo da execução orçamental, pelos seguintes montantes globais:

Ano	Montante
2025	13.308.381,03€
2026	5.984.021,15€
2027	23.473,55€
2028	11.652,62€

29 de Janeiro de 2025.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA SILVA
MIRA LEAL**

Data: 2025.01.30 11:24:08-01'00'



Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2024

Ministério: **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de pagamentos em atraso: **€ 0,00**

Sem pagamentos em atraso a declarar.

29 de Janeiro de 2025.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA SILVA
MIRA LEAL**

Data: 2025.01.30 11:20:15-01'00'



Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2024

Ministério: **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO**

Entidade: **UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

Montante total de recebimentos em atraso: **€ 115.131,33**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2006	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	11.458,15€	Juros de mora
2	2010	070204	512022399	Associação Agrícola da Terceira	Serviços de Laboratório	760,00€	Juros de mora
3	2008	070201	512093806	Alimentação Com. Rep. Prod. Alim. U. Lda	Aluguer de espaços e equipamentos	798,00€	Juros de mora
4	2009	070204	812309375	António Galante	Serviços de Laboratório	102,60€	Juros de mora
5	2018	150101	512081727	Azores Parque	Reposição não abatidas nos pagamentos	25.000,00€	
6	2010	070201	503355704	Direcção de Marketing Escolar LEYA	Aluguer de espaços e equipamentos	558,60€	Juros de mora
7	2015	070201	509019315	M.A. Escola de Formação Técnica	Aluguer de espaços e equipamentos	729,01€	Juros de mora
8	2006	070201	512061254	MJU Produções Culturais	Aluguer de espaços e equipamentos	2.500,00€	Juros de mora
9	2010	070202	503976580	Ogimatech Portuga I- Cons. Emp. Inst. SA - Reditus	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	6.589,44€	Juros de mora
10	2009	070202	672000660	Tribunal Judicial de Ponta Delgada 2º Juízo	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	207,48€	
11	2010	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.150,80€	Juros de mora
12	2011	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	4.189,92€	Juros de mora
13	2012	070201	512055076	Primaz Catering	Aluguer de espaços e equipamentos	1.047,48€	Juros de mora
14	2023	040122	999999999	Alunos	Propinas	9.864,43€	Juros de mora
15	2022	040122	999999999	Alunos	Propinas	8.414,13€	Juros de mora
16	2021	040122	999999999	Alunos	Propinas	4.865,80€	Juros de mora
17	2020	040122	999999999	Alunos	Propinas	4.556,56€	Juros de mora
18	2019	040122	999999999	Alunos	Propinas	7.737,26€	Juros de mora
19	2018	040122	999999999	Alunos	Propinas	6.795,18€	Juros de mora
20	2017	040122	999999999	Alunos	Propinas	2.838,92€	Juros de mora
21	2016	040122	999999999	Alunos	Propinas	1.703,00€	Juros de mora
22	2015	040122	999999999	Alunos	Propinas	10.264,57€	Juros de mora

29 de Janeiro de 2025.

Assinado por: **SUSANA DA CONCEIÇÃO MIRANDA SILVA MIRA LEAL**

Data: 2025.01.30 11:14:55-01'00'

